

VIBRA

Informações Trimestrais – ITR

Vibra Energia S.A.

Em 31 de Março de 2025



SUMÁRIO

Balanços patrimoniais individuais e consolidados.....	2
Demonstrações do resultado individuais e consolidadas.....	3
Demonstrações de resultados abrangentes individuais e consolidadas.....	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas.....	5
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas.....	6
Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidados.....	7
1 Considerações gerais	8
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias	8
3 Uso de estimativas e julgamentos	12
4 Políticas contábeis materiais	12
5 Caixa e equivalentes de caixa	12
6 Caixa e aplicações restritas.....	13
7 Contas a receber, líquidas	13
8 Estoques	15
9 Bonificações antecipadas concedidas a clientes	15
10 Investimentos diretos	16
11 Imobilizado	19
12 Intangível	21
13 Fornecedores	22
14 Financiamento de fornecimento de produtos	22
15 Financiamentos.....	23
16 Arrendamentos.....	28
17 Tributos.....	31
18 Salário, férias, encargos, prêmios e incentivos	34
19 Benefícios concedidos a empregados	37
20 Patrimônio líquido	42
21 Receita de vendas.....	43
22 Custo e despesas por natureza.....	44
23 Resultado financeiro, líquido.....	46
24 Informações por segmento	47
25 Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências.....	50
26 Compromissos contratuais	59
27 Instrumentos financeiros.....	61
28 Gerenciamento de riscos.....	62
29 Partes relacionadas.....	73
30 Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa	76
31 Evento subsequente	76
Declaração dos diretores sobre as demonstrações contábeis e sobre o relatório dos auditores.....	78
Membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.....	79
Relatório dos auditores independentes.....	81

Vibra Energia S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024			31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.473	10.480	3.019	9.316	Fornecedores	13	2.919	2.432	2.394	2.427
Caixa e aplicações restritas	6	70	-	-	-	Financiamento de fornecimento de produtos	14	267	-	267	-
Debêntures		34	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	15	3.462	2.695	2.631	2.592
Contas a receber, líquidas	7	6.121	4.953	5.753	5.295	Arrendamentos	16	98	80	173	183
Estoques	8	6.546	6.109	6.485	6.102	Adiantamentos de clientes	21.1	555	409	537	401
Adiantamentos a fornecedores		284	293	259	201	Imposto de renda e contribuição social		76	187	40	184
Imposto de renda e contribuição social		88	4	-	2	Impostos e contribuições a recolher	17	206	137	173	135
Impostos e contribuições a recuperar	17.1	2.800	2.764	2.769	2.756	Dividendos e Juros sobre o capital próprio	20.3	1.355	1.512	1.355	1.512
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	474	486	458	470	Salários, férias, encargos, prêmios e incentivos	18	293	340	203	323
Despesas antecipadas		146	131	132	124	Planos de pensão e saúde	19	131	145	131	145
Instrumentos financeiros derivativos	27	3.625	461	93	461	Instrumentos financeiros derivativos	27	3.534	53	12	44
Outros ativos circulantes		307	160	97	147	Credores por aquisição de participações societárias	27	121	145	70	70
		25.968	25.841	19.065	24.874	Outras contas e despesas a pagar		357	379	285	328
								13.374	8.514	8.271	8.344
Não circulante											
Realizável a longo prazo						Não circulante					
Caixa e aplicações restritas	6	108	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	15	22.222	17.754	16.053	16.946
Debêntures		325	-	-	-	Arrendamentos	16	568	279	483	492
Contas a receber, líquidas	7	960	843	967	985	Incentivos de longo prazo	18.2	31	16	19	16
Depósitos judiciais	25.2	1.336	1.333	1.334	1.331	Planos de pensão e saúde	19	726	757	726	757
Impostos e contribuições a recuperar	17.1	5.202	5.046	5.194	5.046	Instrumentos financeiros derivativos	27	2.601	65	112	65
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.3	2.162	2.170	2.041	2.160	Outros impostos diferidos		51	-	-	-
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	804	831	804	831	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.3	234	-	-	-
Despesas antecipadas		45	47	42	47	Provisão para processos judiciais e administrativos	25	1.172	1.135	1.156	1.134
Instrumentos financeiros derivativos	27	3.165	442	191	442	Credores por aquisição de participações societárias	27	98	89	87	89
Outros ativos realizáveis a longo prazo		187	95	81	57	Outras contas e despesas a pagar		153	6	317	225
		14.294	10.807	10.654	10.899			27.856	20.101	18.953	19.724
								41.230	28.615	27.224	28.068
Investimentos						Patrimônio líquido					
Imobilizado	10	1.865	3.921	10.843	5.634	Capital social realizado	20	10.034	10.034	10.034	10.034
Intangível	11	14.816	6.984	6.375	6.262	Ações em tesouraria		(105)	(105)	(105)	(105)
	12	5.291	1.447	844	784	Reserva de capital		24	92	24	92
		36.266	23.159	28.716	23.579	Reservas de lucros		11.744	11.479	11.744	11.479
		62.234	49.000	47.781	48.453	Ajustes de avaliação patrimonial		(1.140)	(1.115)	(1.140)	(1.115)
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		20.557	20.385	20.557	20.385
						Participação de acionistas não controladores		447	-	-	-
								21.004	20.385	20.557	20.385
								62.234	49.000	47.781	48.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Vibra Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhões de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
		2025	2024	2025	2024
Receita de vendas de produtos e serviços prestados	21	44.906	39.599	42.914	39.395
Marcação a mercado		(47)	-	-	-
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22.1	(42.519)	(37.488)	(40.788)	(37.314)
Lucro bruto		2.340	2.111	2.126	2.081
Despesas operacionais					
Vendas	22.2	(742)	(668)	(744)	(669)
Perdas de crédito esperadas		(14)	2	(6)	2
Gerais e administrativas	22.3	(359)	(224)	(206)	(199)
Tributárias		(34)	(35)	(34)	(35)
Outras receitas (despesas), líquidas	22.4	314	443	304	443
		(835)	(482)	(686)	(458)
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos		1.505	1.629	1.440	1.623
Financeiras	23				
Despesas		(716)	(316)	(464)	(322)
Receitas		313	189	234	186
Variações cambiais e monetárias, líquidas		(268)	(207)	142	(205)
		(671)	(334)	(88)	(341)
Resultado de participações em investimentos	10	29	(71)	(470)	(58)
Lucro antes dos impostos		863	1.224	882	1.224
Imposto de renda e contribuição social	17.3				
Corrente		(189)	(451)	(148)	(444)
Diferido		(73)	16	(119)	9
		(262)	(435)	(267)	(435)
Lucro líquido do período		601	789	615	789
Participação atribuída aos acionistas controladores		615	789	615	789
Participação atribuída aos acionistas não controladores		(14)	-	-	-
Resultado por ação básico - R\$	20.4	0,5518	0,7045	0,5518	0,7045
Resultado por ação diluído - R\$	20.4	0,5498	0,7025	0,5498	0,7025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Vibra Energia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do período	601	789	615	789
Outros resultados abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Ajustes de conversão	(29)	8	(29)	8
Resultados não realizados em instrumentos financeiros	4	-	4	-
Resultado abrangente do período	576	797	590	797
Participação atribuída aos acionistas controladores	590	797	590	797
Participação atribuída aos acionistas não controladores	(14)	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Vibra Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhões de reais)

	Consolidado												Controladora	
	Capital social subscrito e integralizado	Reservas de Capital / Transações de Capital e Opções outorgadas	Reservas de lucros								Ajustes de avaliação patrimonial	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
			Ações em Tesouraria	Incentivos fiscais	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados					
Em 31 de dezembro de 2023	7.579	59	(1.150)	195	361	270	9.403	404	-	(1.390)	-	15.731	15.731	
Opções outorgadas	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7	
Transação de capital reflexa	-	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	21	
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	8	8	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	789	-	-	789	789	
Em 31 de março de 2024	7.579	87	(1.150)	195	361	270	9.403	404	789	(1.382)	-	16.556	16.556	
Em 31 de dezembro de 2024	10.034	92	(105)	195	319	-	10.932	33	-	(1.115)	-	20.385	20.385	
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	490	490	-	
Opções outorgadas	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	12	
Aquisição / Venda de participação acionária	-	(110)	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)	(139)	(110)	
Transação de capital reflexa	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	30	
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)	-	(29)	(29)	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	615	-	(14)	601	615	
Ganhos ou Perdas não realizados em instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4	4	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(350)	-	-	(350)	(350)	
Em 31 de março de 2025	10.034	24	(105)	195	319	-	10.932	33	265	(1.140)	447	21.004	20.557	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Vibra Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhões de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
		2025	2024	2025	2024
Atividade operacional					
Lucro líquido do período		601	789	615	789
Ajustes:					
Imposto de renda e contribuição social	17.3	262	435	267	435
Depreciação e amortização	22	242	143	131	139
Resultado com alienação / baixas de ativos		(40)	(57)	(37)	(57)
Perdas de crédito esperadas, líquidas de reversão	7	29	15	21	15
Resultado de participações em investimentos		(29)	71	470	58
Apropriação / baixa das bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	171	176	169	176
Apropriação de seguros, aluguéis e outros		38	23	31	21
Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas		(19)	443	(263)	442
Resultado valor justo instrumentos financeiros derivativos		903	20	470	23
Despesa com planos de pensão e saúde	19	27	33	27	33
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	25.1	58	(28)	57	(28)
Provisão para Créditos de Descarbonização (CBIOS)		146	255	146	255
Créditos de ICMS - Fim da definitividade - Substituição Tributária		3	(3)	3	(3)
Créditos de PIS COFINS	17	(398)	(535)	(398)	(535)
Provisão para perda de recuperabilidade de impostos		-	5	-	5
Provisão de prêmios e incentivos		72	33	51	33
Outros ajustes		-	(69)	(6)	(70)
Redução (aumento) de ativos e aumento (redução) de passivos					
Contas a receber		(497)	60	(464)	220
Estoques		(432)	(1.153)	(383)	(1.019)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	(132)	(35)	(130)	(35)
Despesas antecipadas		(55)	(21)	(47)	(18)
Depósitos Judiciais		(13)	(13)	(13)	(13)
Aquisição de Créditos de Descarbonização (CBIOS)		(165)	(293)	(165)	(293)
Fornecedores		305	(113)	228	(352)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(29)	(10)	-	-
Impostos, taxas e contribuições		37	(65)	109	(64)
Planos de pensão e de saúde		(72)	(74)	(72)	(74)
Pagamento de prêmios e incentivos		(218)	(128)	(169)	(128)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos		(12)	(52)	(12)	(52)
Adiantamentos de clientes		142	3	139	5
Adiantamentos a fornecedores		12	(108)	(58)	(108)
Outros ativos e passivos, líquidos		8	23	38	24
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		945	(230)	755	(176)
Atividades de investimentos					
Desembolsos por aquisições de imobilizados e intangíveis		(458)	(155)	(290)	(150)
Desembolsos por aquisições/aportes de participações societárias		(191)	(5)	(5.694)	(168)
Recebimentos pela venda de ativos		122	204	122	179
Investimentos em TVM		35	(6)	-	-
Dividendos recebidos		6	-	12	15
Recebimentos de principal de empréstimos concedidos		22	-	-	-
Mútuos concedidos		(103)	(10)	(7)	(10)
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado	2.3	(2.812)	-	-	-
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimentos		(3.379)	28	(5.857)	(134)
Atividades de financiamentos					
Financiamentos					
Captações	15.1	1.446	149	1.444	-
Amortizações de principal	15.1	(3.371)	(343)	(2.086)	(246)
Amortizações de juros	15.1	(179)	(173)	(110)	(168)
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	20.3	(478)	(441)	(478)	(441)
Arrendamentos					
Pagamentos de principal	16.2	(22)	(25)	(121)	(125)
Pagamentos de juros	16.2	(10)	(16)	(9)	(17)
Depósitos e aplicações restritas	6	(61)	-	-	-
Resgate depósitos e aplicações restritas	6	12	-	-	-
Contratos de swaps vinculados a operações de empréstimos					
Pagamentos de ajustes em contratos		(134)	(172)	(128)	(172)
Recebimentos de ajustes em contratos		293	11	293	11
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamentos		(2.504)	(1.010)	(1.195)	(1.158)
Efeito de variação cambial sobre caixas e equivalentes de Caixa		(69)	22	-	-
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no período		(5.007)	(1.190)	(6.297)	(1.468)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		10.480	6.666	9.316	6.157
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		5.473	5.476	3.019	4.689

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Vibra Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhões de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
		2025	2024	2025	2024
Receitas					
Vendas de produtos e serviços e outras receitas		46.738	41.513	44.462	41.307
Perdas de crédito esperadas, líquidas de reversão	7	(29)	(15)	(21)	(15)
Marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos		(47)	-	-	-
Receitas relativas à construção de ativos para uso		240	133	239	133
		46.902	41.631	44.680	41.425
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos Produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		42.484	37.438	40.729	37.264
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		1.089	964	1.055	956
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos		1.208	1.144	1.208	1.144
		44.781	39.546	42.992	39.364
Valor adicionado bruto		2.121	2.085	1.688	2.061
Retenções					
Depreciação e amortização	22	242	143	131	139
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		1.879	1.942	1.557	1.922
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de participações em investimentos	10	29	(71)	(469)	(58)
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais		540	215	465	211
Aluguéis e royalties	22	115	113	115	113
		684	257	111	266
Valor adicionado a distribuir		2.563	2.199	1.668	2.188
Pessoal e administradores					
Remuneração direta					
Salários		168	146	144	137
Prêmios por desempenho e outros incentivos		62	34	50	34
		230	180	194	171
Benefícios					
Vantagens		34	25	29	25
Plano de aposentadoria e pensão		34	39	34	39
Plano de saúde		20	13	17	13
		88	77	80	77
FGTS		21	14	18	14
		339	271	292	262
Tributos					
Federais		172	(62)	13	(61)
Estaduais		156	565	128	564
Municipais		14	22	9	22
Exterior		-	5	-	-
		342	530	150	525
Instituições financeiras e fornecedores					
Juros, variações cambiais e monetárias		1.217	549	554	552
Aluguéis / arrendamentos		64	60	57	60
		1.281	609	611	612
Acionistas					
Juros sobre capital próprio		350	-	350	-
Participação de acionistas não controladores		(14)	-	-	-
Lucros retidos		265	789	265	789
		601	789	615	789
Valor adicionado distribuído		2.563	2.199	1.668	2.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

1 Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A Vibra Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil e constituída em 12 de novembro de 1971.

A Vibra Energia S.A. tem por objeto social a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia e de produtos químicos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada no município do Rio de Janeiro - RJ.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária), e com o IAS 34 - Demonstração Intermediária emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Essas demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas. Portanto, tais demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 06 de maio de 2025, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis intermediárias.

2.1 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. As IFRS não exigem a apresentação desta demonstração que, portanto, é divulgada como informação adicional.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.2 Base de mensuração

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi considerado o custo histórico como base de valor, com exceção de instrumentos financeiros avaliados por valor justo por meio de resultado e de passivo atuarial de benefício definido, reconhecido como o valor presente das obrigações deduzido do valor justo dos ativos do plano.

2.3 Combinação de negócios

Comerc Energia S.A.

Em 21 de agosto de 2024, a Companhia celebrou um acordo para antecipar a aquisição dos 50% remanescentes da Comerc Energia S.A., em conjunto com a Perfin Infra e outros acionistas da Comerc. A transação foi avaliada em R\$ 3,52 bilhões, com data-base de 1º de julho de 2024, estando sujeita a ajustes pelo CDI até a data de liquidação.

Nesta operação, a Comerc foi avaliada em R\$ 7,05 bilhões. É importante ressaltar que o valor da aquisição estava abaixo do limite de R\$ 9,34 bilhões previamente aprovado em assembleia geral extraordinária da Vibra, realizada em 11 de agosto de 2022, dispensando assim a necessidade de nova convocação de assembleia para esta finalidade.

No âmbito da Operação, a Companhia adquiriu 181.514.631 ações ordinárias de emissão da Comerc, representativas de, aproximadamente, 50% do capital social votante e total da Comerc. Essas ações foram adquiridas do Sr. Cristopher Alexander Vlavianos, dos Fundos Perfin Infra e dos Acionistas Originais Minoritários, conforme definidos e qualificados no Acordo de Acionistas da Comerc celebrado em 25 de fevereiro de 2022.

Com a conclusão da Operação, em 16 de janeiro de 2025, a Companhia passou a deter 358.309.951 ações ordinárias da Comerc, representando cerca de 98,70% do capital social votante e total da sociedade, consolidando, assim, o controle.

O preço total de aquisição devido pela Companhia foi de R\$ 3.732 ("Preço de Aquisição"), correspondendo a R\$ 20,56 por ação de emissão da Comerc. Desse valor, foi retida uma parcela como garantia contratual.

A Comerc é uma holding de empresas que atuam na comercialização, gestão de energia para consumidores livres, geradores e pequenas distribuidoras, soluções de eficiência energética, baterias e plataformas de informação e tecnologia, sendo uma das principais comercializadoras de energia do Brasil.

A aquisição da Comerc está alinhada ao planejamento estratégico da Vibra e permitirá agregar competências complementares em uma plataforma integrada de energia.

A seguir apresentamos os montantes envolvidos na obtenção de controle da Comerc Energia S.A.:

Valor pago em dinheiro	3.641
Valor retido a pagar	91
Preço de aquisição	3.732
Participação dos acionistas não controladores a valor justo (*)	329
Valor justo da participação detida anteriormente pela Vibra	3.634
(-) Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	(4.859)
Ágio por rentabilidade futura (Goodwill) atribuível à Vibra	2.836

(*) Baseado na participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos.

O goodwill é oriundo de experiência e reconhecimento da Comerc na gestão de energia e eficiência energética do Brasil, além de um ecossistema integrado que engloba os diversos ativos do segmento de energia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O total dos ativos adquiridos e passivos assumidos no Consolidado Vibra está demonstrado a seguir:

	<u>Valor Justo</u>
Caixa e equivalentes de caixa	829
Caixas e aplicações restritas	125
Contas a receber	677
Instrumentos financeiros derivativos	3.657
Impostos e contribuições a recuperar	58
Partes relacionadas	419
Dividendos a receber	8
Venda de participação acionária	149
Estoques	4
Ativos da concessão	31
Impostos e contribuições diferidos	41
Outros ativos	61
Investimentos	1.551
Imobilizado	7.605
Intangível	782
Fornecedores	(451)
Empréstimos e financiamentos	(7.200)
Obrigações sociais e trabalhistas	(104)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(22)
Outros tributos a pagar	(42)
Adiantamentos de clientes	(25)
Partes relacionadas	(25)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.590)
Passivo de arrendamento	(208)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(14)
Impostos e contribuições diferidos	(262)
Provisão para perdas em investimentos	(4)
Provisão para desmobilização	(19)
Opções de compra de ações outorgadas	(134)
Outros passivos	(38)
Total valor justo dos ativos identificáveis	4.859

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

As técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo dos principais ativos adquiridos foram:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Investimento	Para os investimentos que já estão em operação e dispõem de estimativas atualizadas de projeções de fluxos de caixa, utilizou-se a metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), que calcula o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontando-os a uma taxa apropriada. Para os demais investimentos, foi adotada a Avaliação Patrimonial, que se baseia no valor contábil do investimento registrado no balanço patrimonial.
Intangível (Direito de autorização, Parecer de acesso e Carteira de clientes)	Para o cálculo do valor dos intangíveis Direito de autorização, carteira de clientes e parecer de acesso, foi utilizada a metodologia Método Multi-period Excess Earnings (MPEEM) que é uma aplicação do método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD) para o cálculo do valor de ativos intangíveis sob uma perspectiva stand alone, que consiste na estimativa a valor presente dos fluxos de caixa após impostos, deduzindo as cobranças de ativos contributórios (CAC). O CAC consiste na remuneração dos demais ativos da companhia, os ativos necessários para a geração dos fluxos de caixa.
Imobilizado	Avaliação de um ativo com base na atualização custo de aquisição histórico e/ou no custo de reposição a novo, incluindo despesas diretas e indiretas, com posterior aplicação da depreciação a partir da relação entre a vida útil específica e idade do ativo avaliado.

VB0224 Participações Ltda.

Em 27 de dezembro de 2024, a VB0224 Participações, empresa controlada pela Vibra Energia, adquiriu o controle (100%) das empresas VSA Participações Ltda. e Cedro Serviços e Participações Empresariais Ltda., que, por meio de suas controladas operacionais, atuam no segmento de Transportadores Revendedores Retalhistas (TRR) de combustíveis.

No período findo em 31 de março de 2025 foi concluída a avaliação preliminar do ágio que havia sido divulgada na nota 10.6 das demonstrações de 31 de dezembro de 2024. Os montantes finais estão apresentados a seguir:

Valor pago em dinheiro	120
Valor retido a pagar	75
Preço de aquisição	195
(-) Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	(142)
Ágio por rentabilidade futura (Goodwill)	53

O goodwill é decorrente das sinergias esperadas na integração dos negócios das empresas atuantes no segmento de Transportadores Revendedores Retalhistas (TRR) de combustíveis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O total dos ativos adquiridos e passivos assumidos está demonstrado abaixo:

	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	6
Contas a receber	83
Impostos e contribuições a recuperar	7
Estoques	6
Outros ativos	4
Imobilizado	67
Intangível	79
Fornecedores	(18)
Empréstimos e financiamentos	(37)
Arrendamentos	(37)
Salários e encargos	(5)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(1)
Outros passivos	(12)
Total valor justo dos ativos identificáveis	142

3 Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar essas demonstrações contábeis intermediárias, a administração fez julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

Os julgamentos significativos feitos pela administração na aplicação das políticas contábeis e as principais fontes de incerteza de estimativa foram as mesmas que as aplicadas e evidenciadas na nota 3 das demonstrações financeiras consolidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4 Políticas contábeis materiais

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações contábeis intermediárias são os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Caixa e Bancos	1.401	1.309	383	399
Aplicações financeiras				
No país	3.639	8.931	2.203	8.677
No exterior	433	240	433	240
Total	5.473	10.480	3.019	9.316

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

As aplicações financeiras correspondem a (i) Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Operações Compromissadas emitidos por bancos de primeira linha e a (ii) fundos de investimentos no país, cujos recursos encontram-se aplicados majoritariamente em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais brasileiros. Todas as aplicações possuem liquidez imediata. As aplicações financeiras no exterior da Vibra Energia referem-se a aplicações de recursos no *Overnight*.

6 Caixa e aplicações restritas

Algumas controladas da Companhia (diretas e indiretas) possuem contas bancárias e/ou aplicações financeiras cujos saldos encontravam-se restritos em 31 de março de 2025. Os recursos financeiros encontram-se restritos temporariamente e sua utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais, sendo mantidos retidos conforme definições de seus respectivos contratos de financiamento. Eventualmente, os valores podem ser remunerados, em sua maioria, pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), respeitando as definições contratuais.

Em 31 de março de 2025 os saldos registrados como caixa e aplicações restritas totalizam R\$ 178 (R\$ 70 no ativo circulante e R\$ 108 no ativo não circulante).

7 Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Partes relacionadas (nota 29)	8	-	714	699
Terceiros	9.347	8.044	8.249	7.818
Total das contas a receber (nota 7.1)	9.355	8.044	8.963	8.517
Recebíveis de contratos com clientes	7.939	6.713	7.012	6.501
Outras contas a receber	1.416	1.331	1.951	2.016
Financiamentos a receber	1.265	1.329	1.422	1.486
Adiantamentos	-	-	528	528
Outros	151	2	1	2
Perdas de crédito esperadas				
Terceiros	(2.274)	(2.248)	(2.243)	(2.237)
Total das perdas de crédito esperadas	(2.274)	(2.248)	(2.243)	(2.237)
Contas a receber - líquidas	7.081	5.796	6.720	6.280
Contas a receber (circulante), líquidas	6.121	4.953	5.753	5.295
Contas a receber (não circulante), líquidas	960	843	967	985

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2025	2024	2025	2024
Mutação das perdas de crédito esperadas				
Saldo inicial	(2.248)	(2.358)	(2.237)	(2.350)
(Adições)/Reversões, líquidas	(29)	(15)	(21)	(15)
Baixas	15	17	15	17
Combinação de negócios	(12)	-	-	-
Saldo final	(2.274)	(2.356)	(2.243)	(2.348)
Perdas de crédito esperadas (circulante)	(2.227)	(2.309)	(2.196)	(2.301)
Perdas de crédito esperadas (não circulante)	(47)	(47)	(47)	(47)

A Companhia apresenta R\$ 2.049 de contas a receber de clientes em cobrança judicial no consolidado e na controladora (R\$ 2.032 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2024). A Companhia reduz a zero a expectativa de recuperação da totalidade dos recebíveis em cobrança judicial.

7.1 Composição dos saldos de contas a receber - vencidos e a vencer

	Consolidado					
	31.03.2025			31.12.2024		
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Vencidos						
Até 3 meses	192	(45)	147	99	(6)	93
De 3 a 6 meses	63	(19)	44	25	(14)	11
De 6 a 12 meses	59	(17)	42	102	(17)	85
Acima de 12 meses	2.289	(2.146)	143	2.234	(2.143)	91
Total	2.603	(2.227)	376	2.460	(2.180)	280
A vencer	6.752	(47)	6.705	5.584	(68)	5.516
Total	9.355	(2.274)	7.081	8.044	(2.248)	5.796

	Controladora					
	31.03.2025			31.12.2024		
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Vencidos						
Até 3 meses	173	(44)	129	96	(6)	90
De 3 a 6 meses	59	(17)	42	23	(13)	10
De 6 a 12 meses	53	(13)	40	98	(15)	83
Acima de 12 meses	2.264	(2.122)	142	2.228	(2.137)	91
Total	2.549	(2.196)	353	2.445	(2.171)	274
A vencer	6.414	(47)	6.367	6.072	(66)	6.006
Total	8.963	(2.243)	6.720	8.517	(2.237)	6.280

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Produtos para venda				
Derivados de petróleo				
Gasolina	1.282	1.161	1.293	1.159
Óleo diesel	2.300	2.187	2.235	2.189
Óleo combustível	176	178	176	178
Querosene de Aviação	523	426	523	426
Lubrificantes	419	424	419	424
Outros	21	30	21	30
Biocombustíveis (*)	1.208	1.040	1.208	1.040
	5.929	5.446	5.875	5.446
Produtos em trânsito (**)	363	363	363	363
Outros produtos	254	300	247	293
Total	6.546	6.109	6.485	6.102

(*) Compreendem os saldos de estoques de etanol e biodiesel.

(**) Inclui importações em andamento.

Foi avaliado e não houve necessidade de reconhecimento de nenhuma provisão para redução ao valor realizável dos estoques de janeiro a março de 2025 e nem de janeiro a dezembro de 2024.

Garantias

A Companhia possui estoques dados em garantia em ações judiciais no montante de R\$ 187 em 31 de março de 2025 e de R\$ 196 em 31 de dezembro de 2024.

9 Bonificações antecipadas concedidas a clientes

Consolidado								
31.12.2023	Adições	Baixa / apropriação	Renegociação	Transferências	31.12.2024	Adições	Baixa / apropriação	31.03.2025
1.926	298	(696)	(218)	7	1.317	132	(171)	1.278
Circulante					486			
Não Circulante					831			

Controladora							
31.12.2023	Adições	Baixa / apropriação	Renegociação	31.12.2024	Adições	Baixa / apropriação	31.03.2025
1.926	286	(693)	(218)	1.301	130	(169)	1.262
Circulante				470			
Não Circulante				831			

As bonificações antecipadas concedidas a clientes estão condicionadas a prazos e desempenhos a serem cumpridos, em especial ao consumo de volumes previstos em contratos de fornecimento (nota 21). Os contratos de bonificação judicializados que possuem saldo a amortizar são provisionados em sua totalidade.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

10 Investimentos diretos

10.1 Mutação dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto

Controladora									
	31.12.2024	Combinação de negócio (a)	Aportes	Resultado de participações em investimentos (b)	Ajuste de conversão	Equivalência reflexa (c)	Transações com acionistas não controladores (d)	31.03.2025	Participação no capital total %
Controladas									
FII	171	-	-	9	-	-	-	180	99,01%
Vibra Trading BV	386	-	-	(10)	(29)	-	-	347	100,00%
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda	222	-	-	14	-	-	-	236	100,00%
Vibra Ventures	43	-	1	(1)	-	-	-	43	100,00%
VBBR Conveniência	684	-	-	3	-	-	-	687	100,00%
VB0224 Participações	207	-	-	2	-	-	-	209	100,00%
Comerc Energia	3.635	3.732	1.900	(514)	-	30	41	8.824	100,00%
	5.348	3.732	1.901	(497)	(29)	30	41	10.526	
Empreendimentos controlados em conjunto									
Evolua	237	-	-	29	-	4	-	270	49,99%
Demais empreendimentos (e)	49	-	-	(2)	-	-	-	47	33,33%
	286	-	-	27	-	4	-	317	
Total	5.634	3.732	1.901	(470)	(29)	34	41	10.843	

(a) Aquisição do controle com o aumento da participação acionária de 48,7% para 98,7%.

(b) Inclui amortização de mais/menos valia.

(c) Trata-se de transações de capital ocorridas na Comerc e registradas em reserva de capital.

(d) Refere-se às mudanças de participações da Vibra na Comerc, sem alteração no controle.

(e) Trata-se das SPEs Navegantes Logística Portuária S.A., Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. e Nordeste Logística III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Controladora										
	31.12.2023	Aportes	Resultado de participações em investimentos	Dividendos	Amortização mais valia de ativos	Ajuste de conversão	Equivalência reflexa	Impairment	31.12.2024	Participação no capital total - %
Controladas										
FII	145	-	62	(36)	-	-	-	-	171	99,01%
Vibra Trading BV	189	98	17	-	-	82	-	-	386	100,00%
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda.	-	225	(3)	-	-	-	-	-	222	100,00%
Vibra Ventures	23	14	6	-	-	-	-	-	43	100,00%
VBBR Conveniência	649	21	21	(4)	(3)	-	-	-	684	100,00%
VB0224 Participações	-	207	-	-	-	-	-	-	207	100,00%
	1.006	565	103	(40)	(3)	82	-	-	1.713	
Empreendimentos controlados em conjunto										
Comerc	3.913	-	61	-	(14)	-	18	(343)	3.635	48,70%
Evolua	166	-	71	-	-	-	-	-	237	49,99%
Zeg Biogás e Energia	356	18	(7)	-	(5)	-	-	(362)	-	50,00%
Demais empreendimentos	55	-	(6)	-	-	-	-	-	49	33,33%
	4.490	18	119	-	(19)	-	18	(705)	3.921	
Total	5.496	583	222	(40)	(22)	82	18	(705)	5.634	

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Aumento de capital na Comerc

Em assembleia geral extraordinária da Comerc Energia S.A. ("Comerc") realizada em 17 de janeiro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Comerc em R\$1,5 bilhão, mediante a emissão de 161.985.792 ações ordinárias pela Comerc, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia. Em decorrência do referido aumento de capital, a Companhia passou a ser titular de 520.295.743 ações ordinárias de emissão da Comerc, representativas de 99,10% do capital social votante e total da Comerc.

Em 14 de março de 2025, a Companhia adquiriu as ações restantes da Comerc pertencentes aos demais acionistas do bloco Vibra, totalizando 100% do capital social votante e total da Comerc. Após a aquisição do controle, a Companhia efetuou um novo aporte de R\$400.

Acordo para saída do Capital Social da Zeg Biogás

No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia celebrou acordo para sua saída do capital social da sociedade ZEG Biogás e Energia S.A. ("ZEG"). A conclusão da transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em abril de 2025 (nota 31).

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

11 Imobilizado

Consolidado						
Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Direitos de uso (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	416	3.826	5.869	1.452	1.305	12.868
Adições	15	141	154	541	122	973
Baixas	(40)	(88)	(185)	(1)	(657)	(971)
Transferências entre classes	-	38	154	(192)	-	-
Transferências – Adiantamento a Fornecedores	-	-	9	-	-	9
Combinação de negócios	1	-	50	-	-	51
Saldo em 31 de dezembro de 2024	392	3.917	6.051	1.800	770	12.930
Adições	-	-	35	309	67	411
Baixas	(4)	(15)	(25)	(4)	(9)	(57)
Transferências (b)	-	-	32	(97)	57	(8)
Alocação mais valia de combinação preliminar (c)	3	2	38	-	-	43
Juros capitalizados	-	-	-	6	-	6
Combinação de negócios	4	379	7.226	392	231	8.232
Saldo em 31 de março de 2025	395	4.283	13.357	2.406	1.116	21.557
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(1.751)	(3.654)	-	(509)	(5.914)
Depreciação	-	(138)	(221)	-	(105)	(464)
Baixas	-	47	145	-	268	460
Combinação de negócios	-	-	(28)	-	-	(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(1.842)	(3.758)	-	(346)	(5.946)
Depreciação	-	(39)	(141)	-	(26)	(206)
Baixas	-	10	23	-	6	39
Combinação de negócios	-	(31)	(560)	-	(37)	(628)
Saldo em 31 de março de 2025	-	(1.902)	(4.436)	-	(403)	(6.741)
Saldo do imobilizado						
Em 31 de dezembro de 2024	392	2.075	2.293	1.800	424	6.984
Em 31 de março de 2025	395	2.381	8.921	2.406	713	14.816
Tempo de vida útil estimada	ilimitada	01 a 60 anos	01 a 40 anos	n/a	01 a 32 anos	

(a) Ver detalhamento dos ativos de direito de uso na nota 16.

(b) Inclui ajuste a valor presente de outorga de arrendamento no valor de R\$ 12.

(c) Refere-se à alocação do laudo definitivo da combinação de negócios na VB0224 Participações ocorrida em 2024 (nota 2.3). Na ocasião do laudo preliminar, o montante pago acima do valor contábil dos ativos líquidos foi alocado como goodwill. Em 31.03.2025, com a obtenção do laudo definitivo, os valores estão sendo transferidos para os respectivos ativos que deram origem a mais valia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Controladora						
Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Direitos de uso (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	413	3.499	5.863	752	1.728	12.255
Adições	15	139	147	541	120	962
Baixas	(40)	(87)	(185)	(1)	(658)	(971)
Transferências entre classes	-	38	154	(192)	-	-
Remensuração de direito de uso e arrendamentos	-	-	-	-	(13)	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	388	3.589	5.979	1.100	1.177	12.233
Adições	-	-	35	162	57	254
Baixas	(4)	(14)	(26)	-	(11)	(55)
Transferências (b)	-	1	7	(73)	53	(12)
Saldo em 31 de março de 2025	384	3.576	5.995	1.189	1.276	12.420
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(1.685)	(3.653)	-	(623)	(5.961)
Depreciação	-	(132)	(220)	-	(118)	(470)
Baixas	-	47	146	-	267	460
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(1.770)	(3.727)	-	(474)	(5.971)
Depreciação	-	(34)	(55)	-	(25)	(114)
Baixas	-	9	23	-	8	40
Saldo em 31 de março de 2025	-	(1.795)	(3.759)	-	(491)	(6.045)
Saldo do imobilizado						
Em 31 de dezembro de 2024	388	1.819	2.252	1.100	703	6.262
Em 31 de março de 2025	384	1.781	2.236	1.189	785	6.375
Tempo de vida útil estimada	Ilimitada	01 a 60 anos	02 a 30 anos	n/a	01 a 60 anos	

(a) Ver detalhamento dos ativos de direito de uso na nota 16.

(b) Inclui ajuste a valor presente de outorga de arrendamento no valor de R\$ 12.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

12 Intangível

Consolidado							
Custo do intangível	Direitos e Concessões (*)	Marcas	Relacionamento com clientes e direito de autorização	Créditos de Descarbonização	Softwares (a)	Goodwill	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	437	79	-	35	1.110	-	1.661
Adições (b)	3	-	-	851	293	-	1.147
Transferências	(8)	-	-	-	-	-	(8)
Aposentadoria CBIOS	-	-	-	(885)	-	-	(885)
Combinação de negócios	41	-	-	-	1	132	174
Saldo em 31 de dezembro de 2024	473	79	-	1	1.404	132	2.089
Adições (b)	17	-	-	165	81	-	263
Alocação mais valia de combinação preliminar (c)	-	-	41	-	-	(80)	(39)
Transferências	(7)	-	-	-	7	-	-
Transação de capital	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Aposentadoria CBIOS	-	-	-	(165)	-	-	(165)
Combinação de negócios	37	-	771	-	87	3.042	3.937
Saldo em 31 de março de 2025	520	79	812	1	1.579	3.091	6.082
Amortização acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(31)	(3)	-	-	(516)	-	(550)
Amortização	(15)	(3)	-	-	(72)	-	(90)
Transferências	1	-	-	-	-	-	1
Combinação de negócios	(2)	-	-	-	(1)	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(47)	(6)	-	-	(589)	-	(642)
Amortização	(4)	-	(9)	-	(23)	-	(36)
Combinação de negócios	-	-	(82)	-	(31)	-	(113)
Saldo em 31 de março de 2025	(51)	(6)	(91)	-	(643)	-	(791)
Saldo do intangível							
Em 31 de dezembro de 2024	426	73	-	1	815	132	1.447
Em 31 de março de 2025	469	73	721	1	936	3.091	5.291
Tempo de vida útil estimada	5 a 31 anos	30 anos	25 anos	Indefinida	5 a 9 anos		

(*) inclui contratos de fornecedores e franquias, entre outros.

- (a) Em 31 de março de 2025 o saldo de *software* em desenvolvimento é de R\$558 (R\$ 406 em 31 de dezembro de 2024).
- (b) Do total de R\$81 de adições de softwares (R\$ 293 em 31 de dezembro de 2024), R\$ 78 corresponde a desenvolvimento interno (R\$ 199 em 31 de dezembro de 2024).
- (c) Refere-se à alocação do laudo definitivo da combinação de negócios na VB0224 Participações ocorrida em 2024 (nota 2.3). Na ocasião do laudo preliminar, o montante pago acima do valor contábil dos ativos líquidos foi alocado como goodwill. Em 31.03.2025, com a obtenção do laudo definitivo, os valores estão sendo transferidos para os respectivos ativos que deram origem a mais valia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Custo do intangível	Controladora			Total
	Direitos e Concessões	Créditos de Descarbonização	Softwares (a)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17	35	1.089	1.141
Adições (b)	-	851	265	1.116
Aposentadoria CBIOS	-	(885)	-	(885)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17	1	1.354	1.372
Adições (b)	-	165	77	242
Aposentadoria CBIOS	-	(165)	-	(165)
Saldo em 31 de março de 2025	17	1	1.431	1.449
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(8)	-	(513)	(521)
Amortização	(1)	-	(66)	(67)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(9)	-	(579)	(588)
Amortização	(1)	-	(16)	(17)
Saldo em 31 de março de 2025	(10)	-	(595)	(605)
Saldo do intangível				
Em 31 de dezembro de 2024	8	1	775	784
Em 31 de março de 2025	7	1	836	844
Tempo de vida útil estimada	10 a 13 anos	Indefinida	9 anos	

(a) A Companhia apresenta saldo de R\$ 483 de *software* em desenvolvimento (R\$ 406 em 31 de dezembro de 2024).(b) Do total de R\$ 77 de adições de *softwares* (R\$ 265 em 31 de dezembro de 2024), R\$ 77 corresponde a desenvolvimento interno (R\$ 199 em 31 de dezembro de 2024).

13 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Fornecedores				
No país	2.642	2.326	2.250	2.328
No exterior	277	106	144	99
Total	2.919	2.432	2.394	2.427

14 Financiamento de fornecimento de produtos

A Companhia mantém parcerias com instituições financeiras para antecipação de pagamentos referentes à aquisição de produtos com o fornecedor Petrobras. Nestas operações, denominadas de risco sacado, o banco paga os valores devidos pela Vibra a Petrobras e, posteriormente, dentro do prazo contratado de 99 dias, o banco recebe da Vibra. Não são exigidas garantias adicionais na operação.

Os valores a pagar por financiamento de produtos são reconhecidos pelo valor presente do fluxo de pagamentos e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

Em 31 de março de 2025, o montante registrado como Financiamento por fornecimento de produtos é de R\$ 267.

A Companhia apresenta os fluxos de caixa dessas operações como atividade operacional.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

15 Financiamentos

País (moeda R\$)	Taxa de juros nominal média (a)	Consolidado				Controladora			
		31.03.2025		31.12.2024		31.03.2025		31.12.2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures não conversíveis									
Taxa flutuante (CDI)	15,78%	9.886	10.126	8.052	8.198	8.320	8.512	8.052	8.198
Taxa flutuante (IPCA)	13,26%	3.485	3.537	-	-	-	-	-	-
Taxa Fixa	15,13%	998	1.004	-	-	998	1.004	-	-
Empréstimos e financiamentos									
Taxa flutuante (IPCA)	11,14%	2.710	2.448	1.731	1.583	1.402	1.546	1.359	1.241
Taxa flutuante (CDI)	16,04%	2.220	2.285	2.181	2.237	2.192	2.256	2.149	2.205
Taxa flutuante (SELIC)	16,68%	11	12	-	-	-	-	-	-
Taxa flutuante (TR-M)	10,20%	21	17	-	-	-	-	-	-
Taxa Fixa	5,14%	27	21	5	5	-	-	-	-
Total país		19.358	19.450	11.969	12.023	12.912	13.318	11.560	11.644
Exterior (moeda USD)									
Empréstimos e financiamentos bancários									
Taxa flutuante (SOFR)	6,14%	1.494	1.503	1.596	1.566	1.030	1.037	1.094	1.068
Taxa Fixa	3,59%	4.832	4.722	6.884	6.588	4.742	4.631	6.884	6.588
Total exterior		6.326	6.225	8.480	8.154	5.772	5.668	7.978	7.656
Total de empréstimos e financiamentos		25.684	25.675	20.449	20.177	18.684	18.986	19.538	19.300
Circulante		3.462		2.695		2.631		2.592	
Não Circulante		22.222		17.754		16.053		16.946	

(a) Para cálculo de contratos com taxas flutuantes foi utilizada a taxa de 31 de março de 2025. As taxas das dívidas de 31.12.2024 estão apresentadas na nota 14 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

Os custos de transações incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do saldo do passivo correspondente e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva. Em 31 de março de 2025, o montante apropriado ao resultado foi R\$ 5 (R\$3 em 31 de março de 2024). O saldo a apropriar nos próximos exercícios é de R\$ 101.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Principais movimentações ocorridas no período

Combinação de negócios

Em 16 de janeiro de 2025, a Companhia adquiriu o controle da Comerc Energia S.A.. O saldo de empréstimos e financiamentos adicionados ao balanço consolidado na posição de 31 de março de 2025 foi de R\$6.220 (R\$7.200 referente ao saldo adquirido na combinação de negócios – nota 2.3)

Captações Realizadas

Captações do Período							
Empresa	Banco	Produto	Data	Moeda	Principal (MLN)	Vencimento	Custo
Vibra Energia S.A.	Bank of America Merrill Lynch	PPE	15/01/2025	USD	75	jan/30	SOFR + 1,85% a.a.
Vibra Energia S.A.	9ª Emissão - Série Única	Debêntures	23/01/2025	BRL	1.000	fev/33	CDI + 1,05% a.a.

Pré-pagamentos

Conforme a estratégia de gestão de passivos (liability management), foi realizado o pré-pagamento do empréstimo Loan 4131 junto ao Bank of America na data de 08/01/2025. Simultaneamente, ocorreu a captação de um novo financiamento PPE junto à mesma instituição, no mesmo valor, garantindo a continuidade da estrutura financeira planejada.

Ainda no contexto das iniciativas de liability management, foi realizado o pré-pagamento de duas dívidas da controlada Comerc e da controlada indireta Várzea, com o objetivo de reduzir o custo da dívida e potencializar sinergias financeiras.

Empresa	Banco	Produto	Moeda	Principal (MLN)	Data de Pré-Pagamento	Custo
Vibra Energia S.A.	Bank of America Merrill Lynch	Loan 4131	USD	75	08/01/2025	CDI + 1,64% a.a.
Comerc Energia S.A.	3ª Emissão - COMR13	Debêntures	BRL	1.000	31/01/2025	CDI + 3,20% a.a.
Várzea Solar Participações S.A.	1ª Emissão - VARZ11	Debêntures	BRL	145	31/01/2025	CDI + 2,10% a.a.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

15.1 Movimentação

	Consolidado			Controladora	
	Mercado Bancário	Mercado de Capitais (CRI's e Debêntures)	Outras Operações	Total	Total
No país					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2024	3.404	5.458	-	8.862	8.429
Captações	-	4.764	-	4.764	4.764
Amortização de principal	(1.200)	(602)	-	(1.802)	(1.704)
Amortização de juros	(397)	(663)	-	(1.060)	(1.060)
<u>Alterações não caixa</u>					
Provisionamento de juros	342	726	-	1.068	1.068
Variações monetárias	-	100	-	100	63
Combinação de negócios	37	-	-	37	-
Total no país em 31 de dezembro de 2024	2.186	9.783	-	11.969	11.560
Captações	2	985	-	987	985
Amortização de principal	(10)	(1.246)	(29)	(1.285)	-
Amortização de juros	(41)	(39)	(13)	(93)	(31)
<u>Alterações não caixa</u>				-	
Provisionamento de juros	86	467	17	570	388
Variações monetárias	1	117	-	118	23
Combinação de negócios	637	6.000	468	7.105	-
Custo de transação (*)	-	(13)	-	(13)	(13)
Total no país em 31 de março de 2025	2.861	16.054	443	19.358	12.912
No exterior					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2024	5.908	-	-	5.908	5.662
Captações	1.161	-	-	1.161	1.012
Amortização de principal	(299)	-	-	(299)	(299)
Amortização de juros	(214)	-	-	(214)	(181)
<u>Alterações não caixa</u>				-	
Provisionamento de juros	235	-	-	235	206
Variação cambial	1.579	-	-	1.579	1.578
Ajuste acumulado de conversão	110	-	-	110	-
Total no exterior em 31 de dezembro de 2024	8.480	-	-	8.480	7.978
Captações	459	-	-	459	459
Amortização de principal	(2.086)	-	-	(2.086)	(2.086)
Amortização de juros	(86)	-	-	(86)	(79)
<u>Alterações não caixa</u>				-	
Provisionamento de juros	80	-	-	80	72
Variação cambial	(580)	-	-	(580)	(572)
Ajuste acumulado de conversão	(36)	-	-	(36)	-
Combinação de negócios	95	-	-	95	-
Total no exterior em 31 de março de 2025	6.326	-	-	6.326	5.772
Saldo final em 31 de março de 2025	9.187	16.054	443	25.684	18.684

(*) Custo de captação reclassificado no período.

15.2 Informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos

	Consolidado								Controladora	
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032 em diante	Total	Total
Financiamentos País:	1.833	531	2.033	2.459	2.668	2.891	2.754	4.189	19.358	12.912
Financiamentos Exterior:	382	1.607	2.180	1.055	958	144	-	-	6.326	5.772
Em 31 de março de 2025	2.215	2.138	4.213	3.514	3.626	3.035	2.754	4.189	25.684	18.684
Em 31 de dezembro de 2024	3.005	1.753	3.184	3.340	3.112	1.732	4.323	1.401	20.449	19.538

Os valores justos dos financiamentos país são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot DI x Pré interpoladas e pelo risco de crédito da Companhia (nível 2). Para os financiamentos feitos em moeda estrangeira os valores justos são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot interpoladas Cupom Cambial Limpo e pelo risco de crédito da Companhia (nível 2).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é apresentada na nota 28.

15.3 Linhas de crédito

A seguir apresentamos as linhas de crédito contratadas com instituições financeiras e com saldos em aberto:

Empresa	Instituição Financeira	Data de abertura do crédito	Vencimento	Montante contratado	Montante utilizado em 31/03/2025	Montante a utilizar
Nexway Comércio e Prestação de Serviços	BNDES	dez-23	16/08/2025	75	49	26
Nexway Comércio e Prestação de Serviços	BNDES	abr-24	31/01/2026	60	30	30

15.4 Covenants

A Comerc Energia, Hélio Valgas e Bon Nome Solar Participações possuem emissões de debêntures com covenants financeiros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa da Apuração	Indicador	Periodicidade	Limite
Comerc Energia S.A. / Hélio Valgas	Dívida Líquida / EBITDA	Trimestral ¹	5,25x
Hélio Valgas	ICSD ²	Anual	1,20x
Bom Nome Solar Participações	ICSD ²	Semestral	1,05x

Nota 1: 1ª apuração no 1T25 com limite de 5,25x e a partir de 1T26 o limite de 4,75x.

Nota 2: Índice de cobertura do serviço da dívida.

A Vibra Energia S.A. (Controladora) não possui contratos de dívida com *covenants* financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

No endividamento consolidado da Companhia existem covenants não financeiros, que devem ser cumpridos anualmente ou trimestralmente, incluindo, mas não se limitando a: (i) apresentação das demonstrações contábeis; (ii) não sofrer protestos de títulos em montantes previamente determinados; (iii) não figurar como inadimplente junto ao credor ou a qualquer instituição financeira ou de crédito conforme valores acordados; (iv) cumprir as normas aplicáveis referentes às leis anticorrupção, antiterrorismo e leis socioambientais; (v) não realizar reorganizações societárias não autorizadas ou vendas de ativos acima dos limites estabelecidos nos contratos, dentre outras cláusulas.

Não foi identificado nenhum descumprimento de covenants (financeiros e não financeiros) que ensejasse vencimento antecipado das operações de dívida consolidada da Companhia.

15.5 Garantias e depósitos vinculados

As dívidas contratadas pela Companhia no nível da controladora não possuem nenhuma Garantia real ou fidejussória.

As dívidas contratadas por algumas controladas da Companhia possuem garantias reais, tais como, fianças bancárias, penhor de ações, cessão fiduciária de créditos, alienação fiduciária de equipamentos, cessão de duplicatas e aplicações financeiras de uso restrito para cumprimento de obrigações atreladas aos contratos de financiamento (nota 6).

Em 31 de março de 2025, o montante de imobilizado dado em garantia totaliza R\$ 5.218.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16 Arrendamentos

16.1 Ativos de direito de uso – Movimentação por tipo de ativos

	Consolidado				Controladora			
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Total	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	406	381	9	796	458	636	11	1.105
Adições	118	1	3	122	118	1	1	120
Baixas	(23)	(366)	-	(389)	(25)	(366)	-	(391)
Depreciação	(85)	(16)	(4)	(105)	(94)	(20)	(4)	(118)
Transferências entre classes	(1)	1	-	-	-	-	-	-
Remensuração de direito de uso e arrendamentos	-	-	-	-	(13)	-	-	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	415	1	8	424	444	251	8	703
Adições	65	-	2	67	57	-	-	57
Baixas	(2)	(1)	-	(3)	(2)	(1)	-	(3)
Depreciação	(23)	(1)	(2)	(26)	(23)	(1)	(1)	(25)
Transferências (a)	57	-	-	57	53	-	-	53
Combinação de negócios	183	6	5	194	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2025	695	5	13	713	529	249	7	785
Prazo contratual	01 a 32 anos	01 a 10 anos	01 a 20 anos		01 a 30 anos	01 a 60 anos	01 a 20 anos	

(a) Inclui ajuste a valor presente de outorga de arrendamento no valor de R\$ 12.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***16.2 Passivo de Arrendamento – Movimentação e conciliação com os fluxos de caixa de financiamento**

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024
Saldo início do exercício	359	748	675	1.161
Pagamento de principal	(22)	(25)	(121)	(125)
Pagamento de juros	(10)	(16)	(9)	(17)
Alterações não caixa				
Aquisições de direito de uso	124	23	90	12
Provisionamento de juros	13	16	16	26
Variações monetárias	-	-	6	9
Baixas	(1)	(1)	(1)	(1)
Combinação de negócios	208	-	-	-
Transferências	(5)	-	-	-
Saldo Final	666	745	656	1.065

16.3 Fluxo de pagamentos

A seguir estão apresentados os fluxos de pagamentos dos arrendamentos:

	Consolidado			Controladora
	Pagamentos			Pagamentos
	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor presente
Compromissos estimados				
2025	129	(33)	96	68
2026	118	(60)	58	136
2027	90	(48)	42	61
2028	73	(45)	28	50
2029	66	(43)	23	43
2030 em diante	911	(492)	419	298
Em 31 de março de 2025	1.387	(721)	666	656
Circulante			98	173
Não circulante			568	483
Em 31 de março de 2025			666	656
Circulante			80	183
Não circulante			279	492
Em 31 de dezembro de 2024			359	675

Os pagamentos das parcelas variáveis dos arrendamentos, assim como os pagamentos de arrendamentos de curto prazo que não compõem o passivo, foram reconhecidos no resultado totalizando R\$ 56 e R\$ 1 (R\$ 59 e R\$ 1 em 31 de março de 2024), respectivamente (consolidado e controladora).

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Assim sendo, a Companhia está potencialmente exposta a saídas futuras de caixa de pagamentos variáveis de arrendamentos, principalmente associados a variações nos volumes vendidos. Esse fluxo está demonstrado a seguir:

Consolidado						
2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
120	186	139	132	127	478	1.182

16.4 Taxas nominais médias de desconto

Prazos contratuais	Até 5 anos	De 5 a 10 anos	De 10 a 15 anos	De 15 a 20 anos	De 20 a 25 anos
Taxa média de desconto (% a.a.)	9,26%	8,88%	9,46%	10,06%	10,54%

16.5 Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº2/2019

16.5.1 Apresentação dos arrendamentos, direito de uso e PIS/COFINS a recuperar – CPC 06 e Ofício CVM

Consolidado						
	Passivo de Arrendamento (*)	Direito de uso	Despesa Financeira	Depreciação	Contraprestação (**)	PIS/COFINS (**)
CPC 06 (R2) (a)	608	714	13	26	592	35
Ofício CVM (b)	833	852	20	33	444	16

(a) Fluxo de caixa não inflacionado.

(b) Fluxo de caixa incluindo a projeção de inflação futura.

(*) Referem-se a contratos impactados pela revisão IFRS16, ou seja, contratos anteriores à revisão e que já estavam classificados como arrendamento financeiro não estão sendo considerados nesta apresentação.

(**) Os pagamentos das contraprestações dos arrendamentos podem gerar direito ao creditamento do PIS e COFINS, desde que atendam as condições previstas na legislação tributária.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17 Tributos

17.1 Impostos e contribuições

	Consolidado (a)						
	Ativo				Passivo		
	31.03.2025				31.03.2025		
	NÃO						
	Circulante	Circulante	Total	31.12.2024	Circulante	Total	31.12.2024
ICMS	1.443	334	1.777	1.852	94	94	102
PIS / COFINS	1.300	4.613	5.913	5.688	21	21	3
IR a recuperar	-	181	181	157	-	-	-
CSLL a recuperar	-	66	66	57	-	-	-
IPI	17	-	17	16	-	-	-
Outros	40	8	48	40	91	91	32
Total	2.800	5.202	8.002	7.810	206	206	137

(a) Valores da controladora não diferem substancialmente das informações do consolidado.

No período findo em 31 de março de 2025 a Companhia reconheceu crédito tributário no montante de R\$377 referente à exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS/COFINS, após decisão judicial transitada em julgado favoravelmente à Companhia – nota 22.4.

17.2 Programas de Anistias Estaduais

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a Companhia liquidou débitos tributários de ICMS junto a diversos Estados, por meio de Programas de Anistias.

Estaduais

Estado	Lei Estadual / Decreto	Benefícios auferidos	31.03.2025		
			Débitos Existentes	Benefício de Redução	Valor pago após benefício
BA	Lei nº 14.761/24	Redução de 95 % multas por infrações e dos acréscimos moratórios	17	12	5
Total			17	12	5

Estaduais

Estado	Lei Estadual / Decreto	Benefícios auferidos	31.12.2024		
			Débitos Existentes	Benefício de Redução	Valor pago após benefício
SP	Lei nº 17.843, de 7 de novembro de 2023 e Edital de nº 1/2024	Redução de 100% (cem por cento) dos juros e 50% das multas punitivas e moratórias	22	19	3
PE	Lei Complementar 523 de 22/12/2023	Redução aplicada: 85% (oitenta e cinco por cento)	17	3	14
GO	Programa Negocie Já - Lei nº 22.572/24	Redução de até 99% do valor total de multas e juros	17	9	8
Outros			3	1	2
Total			59	32	27

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17.3 Imposto de Renda e contribuição social diferidos

17.3.1 Movimentação

Origem do registro dos impostos diferidos	Consolidado												Controladora
	Reconhecido no				31.12.2024			Reconhecido no	31/03/2025				Valor líquido
	31.12.2023	Resultado	Patrimônio Líquido	Combinação de Negócios	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	Resultado	Combinação de Negócios	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	
Contas a receber	36	(20)	-	-	16	16	-	5	-	21	21	-	19
Bonificações antecipadas	958	(60)	-	-	898	898	-	10	-	908	908	-	908
Imobilizado	(648)	107	-	-	(541)	85	(626)	(33)	-	(574)	85	(659)	(574)
Arrendamentos	359	(164)	-	-	195	195	-	(6)	-	189	189	-	189
Processos judiciais	454	(68)	-	-	386	386	-	8	1	395	395	-	393
Benefício Pós Emprego	539	(2)	(150)	-	387	447	(60)	(2)	-	385	445	(60)	385
Depósitos judiciais	(166)	(7)	-	-	(173)	-	(173)	(4)	-	(177)	-	(177)	(177)
Instrumentos financeiros derivativos	636	250	-	-	886	886	-	(37)	4	853	853	-	853
Ganho na avaliação a valor justo dos ativos aportados na constituição de JV	(138)	4	-	-	(134)	-	(134)	1	-	(133)	-	(133)	(133)
Provisão para Créditos de Descarbonização	17	(17)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impairment de Investimento	-	240	-	-	240	240	-	-	-	240	240	-	240
Resultado a valor justo (earnouts e opções)	(9)	(136)	-	-	(145)	9	(154)	(31)	46	(130)	61	(191)	(161)
Prejuízos fiscais / Base Negativa CSLL	-	-	-	-	-	-	-	38	157	195	195	-	-
Valor justo da Mori Holding (*)	-	-	-	-	-	-	-	2	(174)	(172)	2	(174)	-
Passivo de contratos futuros de energia elétrica IRPJ/CSLL	-	-	-	-	-	-	-	16	(173)	(157)	-	(157)	-
Outros	157	(3)	-	1	155	183	(28)	(40)	(30)	85	174	(89)	99
Total	2.195	124	(150)	1	2.170	3.345	(1.175)	(73)	(169)	1.928	3.568	(1.640)	2.041

(*) Empresa controlada da Comerc.

Os impostos diferidos compreendem ativo de R\$2.162 e passivo de R\$234 no balanço patrimonial, resultando em posição líquida de R\$1.928.

17.3.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido antes dos impostos	863	1.224	882	1.224
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(293)	(416)	(300)	(416)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:				
• Contribuição previdenciária	(7)	(7)	(7)	(7)
• Atualização dos Indébitos Tributários	2	-	2	-
• (Adições)/exclusões permanentes, líquidas	(31)	(9)	(11)	(14)
• Juros sobre o capital próprio	119	-	119	-
• Resultado de equivalência patrimonial	12	(16)	(154)	(11)
• Tributação no Brasil de lucro de empresas no exterior	-	-	-	-
• Incentivos fiscais	5	6	5	6
• Atualização de ações judiciais transitadas em julgado (*)	81	2	81	2
• Prejuízos fiscais/adições temporárias não reconhecidos no exercício pela falta de expectativa de lucros tributáveis futuros	(43)	-	-	-
• Diferença de presunção de base do lucro presumido (*)	(105)	-	-	-
• Indébito tributário - PAT	(2)	5	(2)	5
Imposto de renda e contribuição social	(262)	(435)	(267)	(435)
IR e CSLL correntes	(189)	(451)	(148)	(444)
IR e CSLL diferidos	(73)	16	(119)	9
	(262)	(435)	(267)	(435)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	30,4%	35,5%	30,3%	35,5%

(*) O prejuízo líquido apresentado pelas empresas do lucro presumido deve-se, principalmente, à marcação a mercado do derivativo embutido contido no contrato de venda de energia.

17.3.3 Imposto Mínimo Complementar Global (Pilar Dois)

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou as regras modelo do Pilar Dois ("Global Anti-Base Erosion" ou GloBE Rules), que introduzem um imposto mínimo complementar global para grupos multinacionais com receita consolidada anual superior a € 750 milhões. O objetivo é assegurar que esses grupos paguem um nível mínimo de imposto sobre o lucro (alíquota efetiva mínima de 15%) em cada jurisdição onde operam.

No Brasil, a legislação do Pilar Dois foi implementada pela Lei nº 15.079/2024, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2.228/2024, com produção de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025. A companhia possui operações relevantes para fins do Pilar Dois na Holanda, jurisdição que já implementou legislação similar e, Estados Unidos da América, que ainda discute potencial implementação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Conforme as alterações recentes no Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (equivalente à IAS 12), a companhia aplicou a exceção temporária obrigatória prevista no item 4A do CPC 32 e, portanto, não reconheceu nem divulgou informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados aos tributos sobre o lucro decorrentes da legislação do Pilar Dois (item 88A do CPC 32).

A Vibra tem realizado avaliações da sua exposição aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois, considerando as operações no Brasil, Holanda e EUA. Com base nas análises efetuadas, a companhia concluiu que se qualifica para as regras de transição simplificadoras (“transitional safe harbours”) previstas pelas legislações brasileira, holandesa e diretrizes da OCDE. A aplicação destas regras simplificadoras resultou na determinação de que não há imposto complementar do Pilar Dois a ser pago pelo grupo referente a este período. Portanto, a despesa (receita) de imposto de renda corrente relacionada aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois, requerida pelo item 88B do CPC 32, é de 0 (zero) para o período.

Embora a legislação do Pilar Dois esteja em vigor no Brasil e na Holanda, sua aplicação envolve complexidade significativa. A Companhia continuará monitorando a evolução da legislação e regulamentação nas jurisdições em que opera, as interpretações administrativas e o desenvolvimento de práticas contábeis, bem como avaliando continuamente os potenciais impactos fiscais e contábeis futuros.

18 Salário, férias, encargos, prêmios e incentivos

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Provisão de férias	93	78	78	77
Salários, encargos e outras provisões	113	92	88	76
Prêmio por desempenho / Incentivos de curto prazo (nota 18.1)	57	170	37	170
Incentivos de longo prazo (nota 18.2)	30	-	-	-
Total registrado no circulante	293	340	203	323
Incentivos registrados no não circulante (nota 18.2)	31	16	19	16
Incentivos registrados no patrimônio líquido (nota 18.2)	84	72	84	72

18.1 Incentivos de curto prazo aos empregados e aos membros da Diretoria Executiva

Em 31 de março de 2025, foram provisionados os montantes de R\$ 43 no consolidado e R\$ 36 na controladora (R\$ 167 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2024) para pagamento de incentivos de curto prazo aos empregados e aos membros da Diretoria, tendo sido pagos no período R\$ 218 no consolidado e R\$ 169 na controladora.

18.2 Incentivos de longo prazo

18.2.1 Incentivos de longo prazo

A controlada Comerc Energia possui uma política de incentivo de longo prazo com liquidação em caixa, composto por um programa de retenção e por um programa de performance de longo prazo.

O programa prevê período de apuração de três anos, com pagamento no início do quarto ano, estando vigentes os programas de 2023 e 2024.

O prêmio somente será plenamente adquirido se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições: vínculo empregatício durante o período e atingimento de determinadas métricas de desempenho pela Companhia, conforme pesos e valores estabelecidos nos contratos de outorga.

No final de 2021, a Comerc realizou a primeira outorga do plano de retenção de executivos também com a condição de vínculo empregatício e avaliação econômica da empresa no final do 4º aniversário da outorga, a qual será apurada por empresa especializada independente. Foi determinado um valor target de avaliação da Comerc nos contratos outorgados.

Em 31 de março de 2025 o saldo reconhecido é de R\$ 41 (R\$ 30 no passivo circulante e R\$ 11 no passivo não circulante). Em 31 de março de 2025, a Comerc reconheceu no resultado o montante de R\$ 14, referente aos incentivos de longo prazo.

18.2.2 Planos de pagamentos baseados em ações

Em 31 de março de 2025, a Companhia reconheceu no resultado como despesa de pessoal o montante de R\$ 15, incluindo encargos sociais, referente aos planos de pagamento baseado em ações (R\$ 6 em 31 de março de 2024).

Em 31 de março de 2025 o saldo reconhecido é de R\$ 103 (R\$19 no passivo não circulante e R\$ 84 no patrimônio líquido). Em 31 de dezembro de 2024 o saldo reconhecido era de R\$ 88 (R\$ 16 no passivo não circulante e R\$ 72 no patrimônio líquido).

Seguem informações dos programas em aberto:

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Programa	Data da outorga	Fim da carência	Data de expiração	Quantidades outorgadas	Quantidades canceladas	Ativos Exercidos / Resgatados	Ativos liberados para exercício em 31.03.2025 (*)	Ativos em carência em 31.03.2025	Preço de exercício na outorga	Preço de exercício atualizado	Valor justo na outorga	Valor Justo atualizado
Stock Options 2020	31/07/2020	31/07/2023	31/07/2026	1.498.318	418.292	1.008.604	71.422	-	R\$ 21,81	R\$ 15,32	R\$ 7,36	R\$ 4,68
Stock Options 2020	31/07/2020	31/07/2023	31/07/2026	1.918.884	838.864	980.147	99.873	-	R\$ 21,81	R\$ 15,32	R\$ 7,36	-
Stock Options 2021	15/04/2021	15/04/2024	15/04/2027	3.409.339	1.107.566	1.774.089	527.684	-	R\$ 21,73	R\$ 16,17	R\$ 6,39	-
Stock Options 2022	28/04/2022	28/04/2025	28/04/2028	1.568.652	784.206	-	291.066	493.380	R\$ 23,02	R\$ 19,48	R\$ 4,50	-
Stock Options 2022 CA	28/04/2022	28/04/2024	28/04/2027	588.234	196.078	196.078	196.078	-	R\$ 23,02	R\$ 19,48	R\$ 4,59	-
Stock Options 2022 CA	03/05/2022	03/05/2024	03/05/2027	392.156	-	196.078	196.078	-	R\$ 23,02	R\$ 19,48	R\$ 4,59	-
Stock Options 2022 CA	05/05/2022	05/05/2024	05/05/2027	196.078	-	-	196.078	-	R\$ 23,02	R\$ 19,48	R\$ 4,59	-
Stock Options 2023	27/04/2023	27/04/2026	27/04/2029	1.309.226	61.361	-	229.573	1.018.292	R\$ 14,56	R\$ 11,86	R\$ 5,51	-
Stock Options 2023	03/07/2023	03/07/2026	03/07/2029	109.489	-	-	-	109.489	R\$ 15,80	R\$ 13,10	R\$ 6,82	-
Stock Options 2023	01/08/2023	01/08/2026	01/08/2029	106.305	-	-	-	106.305	R\$ 16,95	R\$ 14,25	R\$ 6,82	-
Stock Options 2024	18/04/2024	18/04/2027	18/04/2030	886.607	31.403	-	63.583	791.621	R\$ 24,81	R\$ 22,95	R\$ 10,30	-
Stock Options 2024 CA	18/04/2024	18/04/2026	18/04/2029	868.353	108.544	-	-	759.809	R\$ 24,81	R\$ 22,95	R\$ 8,95	-
Matching 2021	28/04/2022	28/04/2025	28/04/2025	41.650	15.269	-	13.385	12.996	-	-	R\$ 21,27	-
Performance Share 2022	28/04/2022	28/04/2025	-	939.613	363.301	-	102.416	473.896	-	-	R\$ 23,02	-
Performance Share 2022	28/04/2022	28/04/2025	-	99.060	39.234	-	11.380	48.446	-	-	R\$ 21,98	-
Performance Shares 2022	01/05/2022	01/05/2025	-	1.741	-	-	-	1.741	-	-	R\$ 21,76	-
Performance Shares 2022	18/05/2022	18/05/2025	-	9.519	-	-	-	9.519	-	-	R\$ 19,85	-
Performance Shares 2023	27/04/2023	27/04/2026	-	1.740.507	237.370	-	173.756	1.329.381	-	-	R\$ 14,56	-
Performance Shares 2023	03/07/2023	03/07/2026	-	85.442	-	-	-	85.442	-	-	R\$ 15,80	-
Performance Shares 2023	03/07/2023	03/07/2026	-	9.495	-	-	-	9.495	-	-	R\$ 34,52	-
Performance Shares 2023	01/08/2023	01/08/2026	-	76.990	-	-	-	76.990	-	-	R\$ 16,95	-
Performance Shares 2023	01/08/2023	01/08/2026	-	7.656	-	-	-	7.656	-	-	R\$ 34,23	-
Performance Shares 2024	18/04/2024	18/04/2027	-	1.219.631	75.868	-	52.793	1.090.970	-	-	R\$ 26,76	-
Performance Shares 2024	05/06/2024	05/06/2027	-	1.667	-	-	-	1.667	-	-	R\$ 24,00	-
Performance Shares 2024	10/06/2024	11/06/2027	-	2.101	-	-	-	2.101	-	-	R\$ 23,87	-
Performance Shares 2024	10/06/2024	10/06/2027	-	111	-	-	-	111	-	-	R\$ 23,87	-
Performance Shares 2024	17/06/2024	17/06/2027	-	5.730	-	-	-	5.730	-	-	R\$ 23,56	-
Programa Especial de Performance 2023	01/02/2023	01/02/2028	01/02/2028	975.142	-	-	-	975.142	-	-	R\$ 15,69	-
Programa Especial de Performance 2023	01/02/2023	01/02/2028	01/02/2028	108.351	-	-	-	108.351	-	-	R\$ 40,99	-
Programa Especial de Performance 2023	03/07/2023	03/07/2028	03/07/2028	128.084	-	-	-	128.084	-	-	R\$ 18,05	-
Programa Especial de Performance 2023	03/07/2023	03/07/2028	03/07/2028	14.231	-	-	-	14.231	-	-	R\$ 45,32	-

(*) Inclui ativos com pedidos de liberação/resgate ainda em análise na data do relatório.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

19 Benefícios concedidos a empregados

As obrigações da Companhia relativas aos planos de pensão e de saúde estão representadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Plano de pensão Petros Repactuado	610	621	610	621
Plano de pensão Petros Não Repactuado	247	248	247	248
Plano de saúde	-	33	-	33
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	857	902	857	902
Circulante	131	145	131	145
Não circulante	726	757	726	757

A movimentação dos benefícios concedidos a empregados está apresentada a seguir:

	Consolidado			
	Planos de Pensão			
	PPSP-R	PPSP-NR	Plano de saúde	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	893	307	72	1.272
(+/-)Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	(393)	(50)	100	(343)
(+) Custo incorrido no período	2	-	1	3
(-)Pagamento de contribuições	(93)	(37)	(145)	(275)
(+)Juros líquidos sobre passivo líquido	81	28	5	114
Saldo em 31 de dezembro de 2024	490	248	33	771
Parcelamento da dívida				
Saldo em 1º de janeiro de 2024	134	-	-	134
Custo dos juros	12	-	-	12
Pagamento de termo financeiro	(15)	-	-	(15)
Saldo parcelamento da dívida em 31 de dezembro de 2024	131	-	-	131
Circulante	93	38	14	145
Não circulante	528	210	19	757
	621	248	33	902
Saldo em 31 de dezembro de 2024	490	248	33	771
(+) Custos incorridos no período	15	7	1	23
(-) Pagamento de contribuições	(7)	(2)	(34)	(43)
(-) Equacionamento De Déficit - Plano Petros	(15)	(6)	-	(21)
Saldo passivo atuarial em 31 de março de 2025	483	247	-	730
Parcelamento da dívida				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	131	-	-	131
Custo dos juros	4	-	-	4
Pagamento de termo financeiro	(8)	-	-	(8)
Saldo parcelamento da dívida em 31 de março de 2025	127	-	-	127
Circulante	94	37	-	131
Não circulante	516	210	-	726
	610	247	-	857

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A despesa líquida com planos de pensão e saúde inclui os seguintes componentes:

	Consolidado			Controladora	
	Plano de Pensão				
	PPSP-R	PPSP-NR	Plano de saúde	Total	Total
Custo do serviço corrente	1	-	-	1	1
Juros líquidos sobre o passivo líquido	14	7	1	22	22
Custo do período	15	7	1	23	23
Relativa a empregados ativos:					
Diretamente no resultado	1	-	-	1	1
Relativa aos inativos (*):	14	7	1	22	22
Custo do período	15	7	1	23	23
Parcelamento da Dívida:					
(+) Custo dos Juros	4	-	-	4	4
Custo da dívida no período	4	-	-	4	4
Relativa a empregados ativos:					
Diretamente no resultado	1	-	-	1	1
Relativa aos inativos (*):	3	-	-	3	3
Custo da dívida no período	4	-	-	4	4
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	19	7	1	27	27

(*) Outras Receitas (Despesas), líquidas

Planos de Pensão

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

PPSP-R e PPSP-NR – Contribuições da Companhia

Em relação as contribuições dos planos PPSP-R, o valor acumulado até 31 de março de 2025, referente às contribuições normais foi de R\$ 7 (R\$ 6 até 31 de março de 2024).

As contribuições extraordinárias (referente aos planos de equacionamento de déficit – PEDs em vigor) do plano PPSP-R foi de R\$ 15 até 31 de março de 2025 (R\$ 15 até 31 de março de 2024).

Em relação as contribuições dos planos PPSP-NR, o valor acumulado até 31 de março de 2025, referente às contribuições normais foi de R\$ 2 (R\$ 3 até 31 de março de 2024). O total até 31 de março de 2025 referente às contribuições extraordinárias (referente ao plano de equacionamento de déficit – PED em vigor) do plano PPSP-NR foi de R\$ 6 (R\$ 4 até 31 de março de 2024).

Atualmente, a Vibra contribui para 3 planos de equacionamento de déficits em andamento para os planos PPSP-R e PPSP-NR, com o objetivo de reequilibrar os ativos e passivos do plano: (i) o Novo PED, iniciado em 2020, que consolidou os resultados do exercício de 2018 ("PED2018") com os valores do PED/2015; (ii) o PED PPSP-R 2021, baseado no resultado deficitário do plano apurado em 31/12/2021, com contribuições iniciadas em 04/2023; e (iii) o PED PPSP-NR 2022, baseado no resultado deficitário do plano apurados em 31/12/2022, com contribuições iniciadas em 04/2024.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

PP-2

O Plano Petros 2 possui uma parcela com característica de contribuição definida cujos pagamentos são reconhecidos no resultado. Até 31 de março de 2025, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida no Plano Petros 2 foi de R\$ 1 (R\$ 1 até 31 de março de 2024).

FlexPrev

O Flexprev é o plano de previdência oficial da Vibra Energia desde dezembro de 2021. Criado na modalidade Contribuição Definida, é um plano mais moderno e alinhados as práticas de mercado. Os participantes oriundos dos planos PPSP-R, PPSP-NR e PP-2, também patrocinados pela Vibra, tiveram a opção de realizar a migração para o Flexprev.

O saldo das obrigações financeiras (instrumento de dívida) a ser pago à Petros resultante desta migração totaliza, em 31 de março de 2025, R\$ 127 referente ao PPSP-R (R\$ 131 em 31 de março de 2024 referente ao PPSP-R). Os valores resultantes da migração dos participantes dos planos PPSP-NR e PP-2 foram quitados na ocasião do pagamento da entrada da amortização do saldo devedor, em 2022. O saldo remanescente será pago pelo prazo máximo de 15 (quinze anos).

Essas obrigações representam: (i) no PPSP-R e PPSP-NR: as contribuições futuras normais devidas aos participantes na condição de assistidos (inatividade), bem como os valores devidos, vencidos e não pagos e os vincendos em relação ao Plano de Equacionamento de Déficit (PED) implementado e a parcela cabível à VIBRA do resultado deficitário nos PPSPs, e (ii) no PP-2: equivale a parcela de resultado deficitário de responsabilidade da VIBRA.

Os valores descritos são objeto de atualização por recorrência até a data do efetivo pagamento de cada parcela, com correção pelas metas atuariais dos planos de origem (pro rata die), sendo PPSP-R (IPCA + 4,43% a.a.), PPSP-NR (IPCA + 4,37% a.a.) e PP-2 (IPCA + 4,75% a.a.).

As contribuições patronais relativas ao FlexPrev pagas no período findo em 31 de março de 2025 totalizaram R\$ 7 (R\$ 7 em 31 de março de 2024).

Plano de saúde

A partir do 4º trimestre de 2020, a Companhia contratou o plano de saúde da Bradesco Seguros, oferecendo o benefício de saúde (médico e odontológico) aos seus colaboradores, ex-colaboradores e seus dependentes em substituição ao plano de autogestão (AMS).

De acordo com a Lei nº 9.656/98, é assegurado ao colaborador aposentado, que contribuiu com o plano de saúde em decorrência de vínculo empregatício por meio de contribuições fixas e mensais, pelo prazo mínimo de 10 anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assumindo o pagamento integral.

Para os colaboradores com 10 anos ou mais de contribuição e que venham a se aposentar na empresa, a Vibra ofereceu a possibilidade da manutenção do benefício vigente à época da aposentadoria, mediante pagamento de quota parte da mensalidade estipulada pela Companhia e a respectiva coparticipação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Aos colaboradores com tempo de contribuição entre 02 (dois) e 09 (nove) anos para o plano “AMS”, a Vibra decidiu oferecer a possibilidade de continuidade do pagamento das mensalidades na condição de titular até que seja completado o período de 10 (dez) anos e desde que o colaborador se aposente na empresa, garantindo as condições de manutenção do plano, conforme regra descrita no parágrafo anterior.

Para aqueles com menos de dois anos de Companhia, o direito ao plano Bradesco foi dado pelo tempo de permanência na Companhia, respeitadas as regras da Lei nº 9.956/1998 e da RN 488 em caso de desligamento sem justa causa para os casos em que houve contribuição mensal ao plano de saúde (Lei nº 9.956/1998 e RN 488: legislação que garante o direito à permanência no plano de saúde de 6 meses a 2 anos após desligamento sem justa causa a depender do tempo de contribuição ao plano).

Os aposentados com menos de dez anos de Companhia, tiveram direito à permanência no plano pelo período equivalente ao tempo de contribuição.

Para os ex-colaboradores que foram desligados nos programas de demissão (PIDV/PDO), na condição de não aposentado, e pela RN 488 foi mantido o prazo previamente determinado no momento do desligamento.

Para o grupo de aposentados e pensionistas com contribuição superior a 10 anos, o plano de saúde é vitalício (direito adquirido), contudo a partir de 2022 é observada redução gradativa do subsídio patronal ao longo de 7 anos, atingindo em 2028 o equilíbrio do custeio.

A Companhia extinguiu as contribuições fixas para os novos colaboradores e adota a partir de 2022 a redução gradativa do subsídio patronal, eliminando o fator gerador do passivo e segue buscando o aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Em abril de 2022, a Companhia foi notificada acerca de duas liminares concedida pela Justiça do Trabalho em favor do Sindicatos de empregados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (ACC 0100176-39.2022.5.01.0009, ajuizada no dia 09/03/2022 e ACC 0010217-76.2022.5.03.0017, ajuizada no dia 28/03/2022) determinando que a Companhia se abstenha de utilizar a variação de faixa etária para fins de estipulação de mensalidades do plano de saúde, adote o custeio 70/30 (70% pela empresa e 30% pelo usuário) relativamente aos aposentados e pensionistas; e realize o desconto do valor devido pelo usuário em folha/contracheque da PETROS, suspendendo a cobrança por meio de boleto.

A liminar concedida na ACC 0100176-39.2022.5.01.0009 foi mantida, conforme sentença e acórdão proferido pelo TRT da 1ª Região (RJ). O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A liminar concedida na ACC 0010217-76.2022.5.03.0017 foi revogada em razão do reconhecimento pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região de incompetência da Justiça do Trabalho para a apreciação de demandas envolvendo o plano de saúde fornecido pela VIBRA, cujo julgamento deve ser realizado pela Justiça Comum, conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça proferida no Incidente de Assunção de Competência nº 5º. O acórdão do TRT da 3ª Região (MG) foi objeto de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que manteve a decisão. O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pelo sindicato perante o STF.

Foram propostas, ainda, outras quatro ações coletivas por sindicatos e associações de aposentados. A ACC 0020293-35.2022.5.04.0017 (ajuizada no dia 28/03/2022) foi extinta sem julgamento do mérito, sob fundamento de prevenção do Juízo da 9ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, que recebeu a primeira demanda sobre o tema. Após a interposição de recursos pelas partes, foi proferido acórdão pelo TRT da 4ª Região (RS) que determinou o retorno do processo à 1ª instância para reabertura da instrução. O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

Na ação coletiva 0100266-33.2022.5.01.0046 (ajuizada no dia 06/04/2022) houve a concessão de liminar, confirmada por sentença e acórdão proferido pelo TRT da 1ª Região (RJ). O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

Na ação coletiva 0100658-83.2022.5.01.0074 (ajuizada no dia 01/08/2022) houve a concessão de liminar e no dia 30/06/24 o processo foi concluso para sentença. Em 05/07/24, foi prolatada sentença desfavorável à VIBRA. O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TRT da 1ª Região (RJ). Considerando o critério de classificação de risco adotado para as ações sobre o tema, mencionado após o relato do andamento dos processos, não houve alteração na expectativa de risco, já classificada como possível.

Na ação coletiva 0101013-75.2022.5.01.0080 (ajuizada no dia 18/11/2022) o Juízo prolatou sentença em que reconheceu a incompetência da Justiça do Trabalho. Em face dessa decisão foi interposto recurso ordinário pelo sindicato perante o TRT da 1ª Região (RJ), ainda não julgado.

Na data de 22/11/2023, foi ajuizada a ação coletiva 0001367-03.2023.5.19.0001, em trâmite no TRT da 19ª Região (AL), na qual foi concedida liminar para determinar a manutenção das condições de custeio anteriores. A liminar em questão foi confirmada em sentença e acórdão proferido pelo TRT da 19ª Região (AL). O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

Atualmente, existem sete ações coletivas sobre o tema. Há um processo com decisão de primeira instância e um com decisão no TST favorável à VIBRA, reconhecendo a incompetência da Justiça do Trabalho para julgar o assunto. Em contrapartida, há um processo com decisão de primeira instância e três processos com decisões de segunda instância desfavoráveis à Vibra. Por fim, há um processo que foi extinto sem resolução do mérito, por prevenção. A decisão de segunda instância determinou a reabertura da instrução e há recurso da Vibra pendente de julgamento.

As ações em que houve a concessão de liminar e/ou a prolação de sentença desfavorável à VIBRA, considerando o contexto jurídico, arcabouço probatório, jurisprudência e legislação aplicáveis, foram classificadas como perda possível: 0100176-39.2022.5.01.0009, 0100266-33.2022.5.01.0046, 0100658-83.2022.5.01.0074, 0001367-03.2023.5.19.0001.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

As ações em que houve o reconhecimento de incompetência da Justiça do Trabalho ou de prevenção estão classificadas como perda remota: 0010217-76.2022.5.03.0017 e 0101013-75.2022.5.01.0080.

Já o processo nº 0020293-35.2022.5.04.0017, em que pende a controvérsia sobre a competência da Justiça do Trabalho nas instâncias ordinárias, o risco jurídico é classificado como perda possível.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

Em 31 de março de 2025 o capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 10.034 (R\$ 10.034 em 31 de dezembro de 2024), está composto por 1.119.000.000 (1.119.000.000 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

20.2 Ações em tesouraria

A quantidade de ações em tesouraria detida pela Companhia em 31 de março de 2025 é de 4.488.696 (4.489.080 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de março de 2025 a Companhia possui registrado no patrimônio líquido o montante de R\$ 105 de ações em tesouraria (R\$ 105 em 31 de dezembro de 2024).

20.3 Dividendos e juros sobre o capital próprio

	Consolidado	
	Período de três meses findos em 31 de março de	
	2025	2024
Saldo inicial	1.512	1.124
Adição	350	-
Pagamento	(478)	(441)
Imposto de renda retido na fonte	(29)	-
Saldo final	1.355	683

Em 24 de fevereiro de 2025, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de remuneração antecipada aos acionistas, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), referente ao exercício social de 2025, no montante bruto de R\$350.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

20.4 Resultado por ação

	Consolidado	
	Período de três meses findos em 31 de março de	
	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido	615	789
Denominador		
Média ponderada das ações em poder dos acionistas	1.114.511.146	1.119.934.667
Resultado por ação básico	0,5518	0,7045
Numerador		
Lucro líquido	615	789
Denominador		
Média ponderada das ações em poder dos acionistas	1.114.511.146	1.119.934.667
Potencial incremento de ações considerando o plano de incentivo	3.987.423	3.144.596
Média ponderada de ações ajustadas	1.118.498.569	1.123.079.264
Resultado por ação diluído	0,5498	0,7025

21 Receita de vendas

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2025	2024	2025	2024
Produtos, serviços e energia				
Derivados de petróleo				
Diesel	22.412	19.099	21.603	19.099
Gasolina	13.161	11.817	13.090	11.817
Óleo combustível	855	1.688	855	1.688
Querosene de aviação	4.948	4.808	4.948	4.808
Lubrificantes	819	746	819	746
Coque	-	74	-	74
Outros derivados	403	688	398	515
Etanol	3.086	2.825	3.086	2.825
Gás natural	85	119	85	119
Produtos de Supply-House (a)	148	15	148	15
Energia	1.279	7	8	7
Serviços e outros	146	57	21	22
	47.342	41.943	45.061	41.735
Juros embutidos no preço dos produtos	(327)	(186)	(327)	(186)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	(130)	(172)	(128)	(172)
Bonificações por desempenho, prêmios e descontos	(238)	(193)	(238)	(193)
Receita bruta	46.647	41.392	44.368	41.184
Encargos de vendas	(1.741)	(1.793)	(1.454)	(1.789)
Receita de vendas	44.906	39.599	42.914	39.395

- (a) Trata-se da venda de serviços e produtos químicos para a área de exploração e produção, abastecendo plataformas, sondas, FPSOs e unidades terrestres com os produtos indispensáveis às operações e demais aplicações, sendo o maior cliente a Petrobras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***21.1 Passivos de contratos**

Estão classificados no grupo de Adiantamentos de Clientes e em 31 de março de 2025 perfazem o montante de R\$ 475 no consolidado e R\$ 457 na controladora (em 31 de dezembro de 2024 estes saldos eram R\$ 322 no consolidado e R\$ 314 na controladora).

O valor de R\$ 243 foi reconhecido como receita em 2025 e estava incluído no saldo de passivos de contrato no início do período (R\$ 303 em 31 de março de 2024).

22 Custo e despesas por natureza**22.1 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados**

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em		Período de três meses findos em	
	31 de março de		31 de março de	
	2025	2024	2025	2024
Produtos	(42.403)	(37.433)	(40.724)	(37.259)
Serviços de terceiros e aluguéis	(41)	(24)	(32)	(24)
Despesas com pessoal	(12)	(7)	(7)	(7)
Depreciação e amortização	(102)	(3)	(3)	(3)
Outras	39	(21)	(22)	(21)
Total	(42.519)	(37.488)	(40.788)	(37.314)

22.2 Despesas de vendas

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em		Período de três meses findos em	
	em 31 de março de		31 de março de	
	2025	2024	2025	2024
Serviços de terceiros, fretes e aluguéis	(445)	(403)	(445)	(403)
Despesas com pessoal	(118)	(94)	(118)	(94)
Perdas com títulos incobráveis	(15)	(18)	(15)	(18)
Depreciação e amortização	(108)	(112)	(110)	(113)
Outras	(56)	(41)	(56)	(41)
Total	(742)	(668)	(744)	(669)

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

22.3 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em		Período de três meses findos em	
	31 de março de		31 de março de	
	2025	2024	2025	2024
Serviços de terceiros e aluguéis	(79)	(56)	(61)	(55)
Despesas com pessoal	(169)	(112)	(106)	(103)
Depreciação e amortização	(33)	(28)	(18)	(23)
Outras	(78)	(28)	(21)	(18)
Total	(359)	(224)	(206)	(199)

22.4 Outras receitas (despesas) líquidas

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em		Período de três meses findos em	
	31 de março de		31 de março de	
	2025	2024	2025	2024
Créditos de PIS COFINS (nota 17.1)	398	535	398	535
Despesas de aluguéis	(21)	(19)	(21)	(19)
Desapropriação e incorporação de imóveis	-	20	-	20
Operações de hedge de commodities - importações em andamento	(5)	(17)	13	(19)
Operações de hedge de commodities - importações encerradas	(30)	(62)	(54)	(62)
Perdas e provisões com processos judiciais (nota 25.1)	(58)	28	(58)	28
Planos de pensão e saúde - inativos (nota 19)	(25)	(31)	(25)	(31)
Prêmios por desempenho e outros incentivos	(36)	(27)	(36)	(27)
Provisão crédito de descarbonização	(146)	(255)	(146)	(255)
Receitas de franquia, aluguéis e royalties	115	113	115	113
Receita de armazenagem conjunta	37	38	37	38
Recuperação de Créditos Tributários - PIS e COFINS	49	37	49	37
Relações institucionais e projetos culturais	(38)	(21)	(38)	(21)
Resultado com alienação/baixas de ativos	37	56	37	56
Outros	37	48	33	50
Total	314	443	304	443

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

23 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2025	2024	2025	2024
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	(645)	(277)	(460)	(272)
Arrendamentos	(13)	(16)	(16)	(26)
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	(19)	-	38	-
Outras	(39)	(23)	(26)	(24)
	(716)	(316)	(464)	(322)
Receitas				
Por atraso de clientes	19	28	19	28
Financiamentos a clientes	41	12	46	14
Depósitos judiciais	13	18	13	18
Aplicações financeiras	188	120	142	111
Títulos e valores mobiliários	15	-	-	-
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	24	-	9	-
Outras	13	11	5	15
	313	189	234	186
Variações monetárias				
Empréstimos e financiamentos	(118)	(34)	(23)	(22)
Impostos	153	7	153	6
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	17	(27)	17	(27)
Outras	-	(1)	(10)	(10)
	52	(55)	137	(53)
Variações cambiais				
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	(505)	22	(505)	22
Derivativo embutido	(337)	-	-	-
Clientes	(24)	6	(24)	6
Fornecedores	2	(11)	(4)	(11)
Empréstimos e financiamentos	580	(179)	572	(179)
Aplicações financeiras	(23)	10	(23)	10
Outras	(13)	-	(11)	-
	(320)	(152)	5	(152)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(268)	(207)	142	(205)
Resultado financeiro	(671)	(334)	(88)	(341)

Os encargos dos financiamentos (juros, variação monetária e variação cambial) totalizaram R\$ 188 (nota 15.1) no período (R\$ 491 em 31 de março de 2024), sendo R\$ 183 reconhecidos no resultado e R\$ 5 como juros capitalizados (R\$ 490 em 31 de março de 2024 reconhecidos no resultado e R\$ 1 como juros capitalizados).

24 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva.

Essas informações são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os itens não alocados nos segmentos ficam agrupados no Corporativo e dizem respeito, principalmente, aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o overhead relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

A Diretoria Executiva da Companhia avalia o desempenho dos negócios, a alocação de recursos, os resultados financeiros, as previsões e planos para os segmentos operacionais que se seguem: (i) Rede de Postos; (ii) B2B; e (iii) Renováveis. Doravante somente estes três segmentos terão seus resultados regularmente revistos e acompanhados pelo principal gestor das operações, com seu desempenho individual avaliado periodicamente pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. Os resultados de participações em outras empresas, atualmente não controladas e avaliadas contabilmente pelo método da equivalência patrimonial, não serão considerados para fins de apuração do EBITDA.

Rede de Postos

Comercializa combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência da Companhia, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

B2B

Comercializa combustíveis, derivados de petróleo, lubrificantes e presta serviços associados em todos os segmentos de atuação no mercado de grandes consumidores da Companhia. Adicionalmente, comercializa produtos e serviços de aviação nas instalações em aeroportos do país para companhias aéreas que operam o transporte para o exterior e mercado interno.

Renováveis

Composto por controladas que possuem em seu portfólio fontes de energia renováveis que provocam menos impactos negativos ao meio ambiente e que são uma alternativa ao modelo energético com uso predominante de combustíveis fósseis. Em 31 de março de 2025, representa o desempenho da Comerc Energia S.A..

Os ativos da Companhia, notadamente as bases, terminais e outros ativos fixos, não são apresentados por segmento à Diretoria Executiva, uma vez que são utilizados, sem segmentação, por todas as unidades de negócio. Da mesma forma, os passivos não são apresentados por segmento, uma vez que são gerenciados pela tesouraria central.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio – mar/25

	Rede de Postos	B2B	Renováveis	Total dos segmentos	Corporativo	Total	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis	Total Consolidado
Receita de Vendas	26.970	16.868	1.198	45.036	-	45.036	(130) (a)	44.906
Marcação a Mercado	-	-	-	-	-	-	(47) (b)	(47)
Custo dos produtos vendidos	(25.621)	(15.880)	(916)	(42.417)	-	(42.417)	(102) (c)	(42.519)
Lucro (Prejuízo) bruto	1.349	988	282	2.619	-	2.619	(279)	2.340
Despesas								
Vendas, gerais e administrativas	(332)	(480)	(72)	(884)	(75)	(959)	(156) (d)	(1.115)
Tributárias	(5)	-	-	(5)	(7)	(12)	(22) (e)	(34)
Outras receitas (despesas), líquidas	(19)	398	3	382	(5)	377	(63) (f)	314
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	-	-	-	29 (g)	29
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	(671) (h)	(671)
EBITDA Ajustado	993	906	213	2.112	(87)	2.025		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							(1.162)	863

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio – mar/24

	Rede de Postos	B2B	Total dos segmentos	Corporativo	Total	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis	Total Consolidado
Receita de Vendas	24.357	15.414	39.771	-	39.771	(172) (a)	39.599
Custo dos produtos vendidos	(22.984)	(14.501)	(37.485)	-	(37.485)	(3) (c)	(37.488)
Lucro (Prejuízo) bruto	1.373	913	2.286	-	2.286	(175)	2.111
Despesas							
Vendas, gerais e administrativas	(318)	(394)	(712)	(37)	(749)	(141) (d)	(890)
Tributárias	(11)	(5)	(16)	(8)	(24)	(11) (e)	(35)
Outras receitas (despesas), líquidas	(135)	62	(73)	505	432	11 (f)	443
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	-	-	(71) (g)	(71)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(334) (h)	(334)
EBITDA Ajustado	909	576	1.485	460	1.945		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos						(721)	1.224

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Reconciliação com as demonstrações contábeis	31.03.2025	31.03.2024
(a) Receita de Vendas		
<u>Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes</u>		
As receitas de vendas são ajustadas pelas bonificações antecipadas concedidas, principalmente, aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes. Correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os clientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.	(130)	(172)
(b) Marcação a Mercado		
MTM - Compra e Venda Futura de Energia	(47)	-
(c) Custo dos produtos vendidos		
Depreciação e amortização	(102)	(3)
(d) Vendas, gerais e administrativas		
Depreciação e amortização	(140)	(140)
<u>Perdas de crédito esperadas</u>		
Os valores ajustados referem-se às provisões relativas aos recebíveis devidos à Companhia pelas empresas térmicas do sistema isolado e interligado de energia, segmento atendido substancialmente pela Companhia.	-	(1)
<u>Custos de Retenção</u>		
Despesas não recorrentes com plano de retenção	(16)	-
(e) Tributárias		
<u>Os ajustes de impostos referem-se a anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.</u>		
<u>Anistias fiscais:</u> trata-se das provisões referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais.	(4)	(3)
<u>Encargos tributários:</u> os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PIS e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Companhia e que estão classificados em despesas tributárias.	(18)	(8)
(f) Outras receitas (despesas), líquidas		
<u>Perdas e provisões com processos judiciais</u>		
Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.	(58)	28
Operações de hedge de commodities - importações em andamento	(5)	(17)
(g) Resultado de participações em investimentos	29	(71)
(h) Resultado Financeiro, líquido	(671)	(334)
Total	(1.162)	(721)

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

24.1 Desagregação da Receita

	Consolidado			
	Período de três meses findos em 31 de março de 2025			
	Rede de Postos	B2B	Renováveis	Total
Produtos e serviços				
No país				
Norte	2.190	1.396	-	3.586
Nordeste	6.353	3.078	-	9.431
Centro Oeste	3.152	1.768	-	4.920
Sudeste	10.301	7.216	-	17.517
Sul	4.974	2.421	-	7.395
No exterior	-	989	-	989
Energia (*)	-	-	1.198	1.198
Total	26.970	16.868	1.198	45.036

	Consolidado		
	Período de três meses findos em 31 de março de 2024		
	Rede de Postos	B2B	Total
Produtos e Serviços			
No país			
Norte	1.971	1.923	3.894
Nordeste	5.749	2.763	8.512
Centro Oeste	2.840	1.549	4.389
Sudeste	9.433	6.715	16.148
Sul	4.364	1.497	5.861
No exterior	-	967	967
Total	24.357	15.414	39.771

(*) A receita de Energia é substancialmente oriunda das atividades da comercializadora que compra energia no mercado livre, onde os preços podem variar entre regiões e é proveniente de como ela negocia a energia no mercado e não necessariamente a partir de cada região do país. Dessa forma, sua receita é analisada de forma consolidada, considerando os riscos de variações de preços, custos e as oportunidades de negociação em grande escala, não trazendo informações relevantes na desagregação por região.

25 Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências

25.1 Processos judiciais e administrativos provisionados

As principais ações provisionadas se referem aos seguintes eventos:

Processos Fiscais

(i) não homologação de compensações de tributos federais (exceto IPI) – processos da União (R\$ 76 em 31 de março de 2025 e R\$ 65 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) ICMS – FEEF/FOT (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal / Fundo Orçamentário Temporário) - demanda em que é discutida a constitucionalidade da cobrança de FEEF-RJ (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Rio de Janeiro) e FOT-RJ (Fundo Orçamentário Temporário do Rio de Janeiro) sobre diferimentos de ICMS da Companhia, cujo resultado foi desfavorável aos contribuintes na ADI 5635, julgada pelo STF (R\$ 132 em 31 de março de 2025 e R\$ 129 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***Processos Cíveis**

(i) demanda em que a Companhia foi condenada a indenizar a autora (Valpar) pelo descumprimento de Contratos de Fornecimento, Transporte e de Mútuo, estando em fase de liquidação de sentença, após já ter havido pagamento da parte líquida da condenação (R\$ 194 em 31 de março de 2025 e R\$ 187 em 31 de dezembro de 2024);

(ii) demanda que visa a indenização pela violação da cláusula de proporcionalidade entre os volumes de produtos adquiridos pelas autoras e o volume de cargas a serem transportados pela Ouro Verde, com a qual a Companhia firmou contratos vinculados de transporte e fornecimento de combustíveis. A Companhia foi condenada a ressarcimento de fretes e pagamento de perdas e danos às Autoras. Iniciado cumprimento de sentença, as Autoras apresentaram petição com a quantia que entendem devida: R\$ 1.041 como faturamento bruto, relativos a fretes não transportados para a Companhia e R\$ 83 a título de lucros cessantes, já tendo havido laudo pericial homologado pelo juízo. Contra esta decisão, autora e ré recorreram, tendo o recurso especial ao STJ. Em 05.09.2024 foi negado provimento ao Recurso Especial da Vibra. Apresentamos embargos de declaração, distribuídos ao Min. Buzzi. O Recurso Especial da Viação Ouro Verde não foi admitido pelo TJSP, tendo a Viação interposto agravo em face dessa decisão. (R\$ 94 em 31 de março de 2025 e R\$ 90 em 31 de dezembro de 2024);

Processos Trabalhistas

(i) Complementação/Suplementação de aposentadoria – processos trabalhistas envolvendo a Companhia e a Petros movidos por ex-empregados pleiteando diferenças nos valores recebidos em sua complementação de aposentadoria (R\$ 62 em 31 de março de 2025 e R\$ 64 em 31 de dezembro de 2024); e

(ii) RMNR/Periculosidade - pedido de pagamento do complemento da RMNR sem dedução do adicional de periculosidade do valor da RMNR, em que há decisão condenatória transitada em julgado contra a Companhia (R\$ 53 em 31 de março de 2025 e R\$ 64 em 31 de dezembro de 2024).

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado (a)										
	Período de três meses findos em 31 de março de										
	2025						2024				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Outras	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo inicial	273	317	520	24	1	1.135	265	336	508	26	1.135
Adição, líquida de reversão	4	14	17	-	-	35	(23)	(5)	3	4	(21)
Utilização (*)	-	(8)	(27)	-	-	(35)	(1)	(3)	(44)	(6)	(54)
Transferência	-	1	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-
Atualização	7	(2)	18	-	-	23	2	(6)	(2)	(1)	(7)
Combinação de negócios	3	7	4	-	-	14	-	-	-	-	-
Saldo final	287	329	532	24	-	1.172	243	322	465	23	1.053

(a) Valores da controladora não diferem substancialmente das informações do consolidado.

(*) O valor da baixa de depósitos judiciais é R\$ 23 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2025, conforme nota 25.2 (R\$ 16 em 31 de dezembro de 2024 (consolidado e controladora)).

A Companhia possui ativos dados em garantia em processos judiciais, bem como garantias bancárias e seguro garantia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

25.1.1 Processos judiciais provisionados e depósitos judiciais relacionados

	Consolidado					
	31.03.2025			31.12.2024		
	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais
Causas trabalhistas	329	67	262	317	67	250
Causas fiscais	287	220	67	273	219	54
Causas cíveis	532	41	491	520	49	471
Causas ambientais	24	2	22	24	2	22
Outras	-	-	-	1	-	1
Total	1.172	330	842	1.135	337	798

25.2 Depósitos judiciais

	Consolidado					Controladora
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	977	169	133	2	1.281	1.280
Adição, líquida de reversão	36	(5)	15	-	46	46
Utilização (a)	(3)	(8)	(5)	-	(16)	(16)
Atualização monetária / juros (b)	23	(8)	6	-	21	21
Combinação de negócios	-	1	-	-	1	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.033	149	149	2	1.333	1.331
Adição, líquida de reversão	12	2	(1)	-	13	13
Utilização (a)	-	(5)	(18)	-	(23)	(23)
Atualização monetária / juros (b)	19	(2)	(4)	-	13	13
Saldo em 31 de março de 2025	1.064	144	126	2	1.336	1.334

(a) Por pagamento de processos judiciais.

(b) Inclui ajustes das estimativas de atualização e juros.

A Companhia mantém R\$ 330 (R\$ 337 em 31 de dezembro de 2024) de depósitos judiciais vinculados a processos judiciais provisionados (nota 25.1.1); R\$ 739 (R\$ 730 em 31 de dezembro de 2024) associados a contingências possíveis; R\$ 225 (R\$ 232 em 31 de dezembro de 2024) associados a contingências remotas; R\$ 19 (R\$ 27 em 31 de dezembro de 2024) referem-se a depósitos relacionados a processos nos quais a Companhia e suas investidas são autoras e R\$ 23 (R\$ 7 em 31 de dezembro de 2024) referem-se a outros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

25.3 Processos não provisionados (perdas possíveis)

Natureza	Consolidado		Controladora	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Fiscais	7.197	7.026	7.194	7.026
Cíveis	6.796	6.461	6.703	6.461
Trabalhistas	514	503	504	503
Ambientais	255	246	255	246
Total	14.762	14.236	14.656	14.236

Buscando a preservação de seus interesses e condições que lhe sejam favoráveis, a Companhia, eventualmente poderá realizar acordos extrajudiciais para cessar discussões com expectativa de perda classificada como possível. Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

a) Processos de natureza fiscal

Descrição dos processos de natureza fiscal		31.03.2025	31.12.2024
Autores: Estados de GO, MS, PA, SP e TO			
1)	Cobrança de ICMS-ST sobre remessa e devolução simbólica de querosene de aviação para revenda; consideração de estabelecimento atacadista como varejista; inidoneidade de documentação fiscal.	1.072	1.145
Autores: Estados de AM, BA, CE, GO, MA, MT, PA, PB, PE, PI, RN, SE, SP e TO			
2)	Processos nos quais a Companhia discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques decorrente da operacionalização e transporte dos produtos. A Companhia recebe produtos da refinaria de petróleo faturados à temperatura de 20° C. Quando da comercialização (clientes consumidores), a Companhia vende o produto à temperatura ambiente, resultando em variação do estoque decorrente das variações volumétricas naturais em função da temperatura.	1.691	1.594
Autores: Estados da SP e Discom			
3)	Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face do Estado.	257	252
Autor: União			
4)	Processos em que a Companhia discute a incidência de IPI sobre produtos derivados de petróleo e a possibilidade de manutenção de créditos de IPI sobre aquisição de insumos utilizados na produção de derivados de petróleo (imunes ao IPI).	693	699
Autores: Estados do AM e PE			
5)	Cobrança de ICMS em supostas vendas de querosene de aviação sem destaque de ICMS para companhias aéreas nacionais e estrangeiras, para voos a outros estados ou para o exterior.	390	435
Autor: União			
6)	Processos em que a Companhia é cobrada por dedução supostamente indevida de pagamento de juros sobre capital próprio na base de cálculo de IRPJ e CSLL.	437	451

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza fiscal		31.03.2025	31.12.2024
Autores: Estados de AL, AM, ES, MS, MT, PB, PI, RJ, RN, RS, SP, Distrito Federal e União			
7)	Punição aplicada pelo descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a recolhimento e creditamento de ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, incidentes sobre operações em geral pela Companhia.	173	158
Autores: Estado do AC, AL, AM, BA, CE, GO, PB, PI, RO, SC e SP			
8)	Processos em que a Companhia discute se existe ou não direito a crédito pelo ICMS pago quando do frete CIF em operações interestaduais acobertadas pela imunidade. Distinção entre operação e serviço de transporte.	274	267
Autor: União			
9)	Processos em que a Companhia discute a Contribuição Previdenciária incidente sobre verba a título de PLR e prêmio por desempenho pagos aos empregados e/ou dirigentes.	222	220
Autor: União			
10)	Discussão sobre a viabilidade quantitativa e qualitativa de compensações tributárias operadas pela Companhia, cujas DCOMPs não são homologadas pela Secretaria da Receita Federal - exceto créditos de IPI, tratados em outro perfil.	119	126
Autor: Estado do RJ			
11)	Processo em que se discute a apropriação de crédito escritural de ICMS, tendo em vista que o Estado autuou a Companhia por suposta escrituração de créditos em duplicidade.	119	116
Autores: Estados do MT, PA e PE			
12)	Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se ICMS relativo a operações de entrada a partir de transferências entre seus estabelecimentos.	91	89
Autores: Estados da CE, MT e RR			
13)	Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se diferenças (complemento) em relação à apuração do ICMS / ST.	41	61
Autor: União			
14)	Processos em que a VIBRA discute que o coque, após submetidos a determinados procedimentos físicos (peneiramento, fracionamento, granulometria) não perde a característica de produto derivado de petróleo e, portanto, imune ao IPI.	94	-
Autores: Estado do PA e União			
15)	Caso em que a Companhia foi autuada em razão de recolhimento extemporâneo de tributo sem atualizar os valores na forma exigida pela Fiscalização.	80	77
Autor: Estado do RJ			
16)	Processos em que a VIBRA é autuada como responsável solidária pelo recolhimento de ICMS, encargos legais e multa, referente a operações interestaduais na modalidade FOB, sem a emissão do Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e) e/ou outra obrigação instrumental, dificultando o rastreamento da carga vendida.	135	-
Autor: União			
17)	Processos em que a Companhia é autuada quanto ao não recolhimento de contribuição previdenciária patronal sobre verbas pagas como honorários a administradores, considerando-se suposta relação empregatícia desses com a Companhia.	212	207
Autor: Estado do RJ			
18)	Processos em que a Companhia foi autuada por utilização de NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) de produto com a qual o Estado não concorda, e cobra ICMS-ST que a Companhia entende indevido.	72	71

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza fiscal		31.03.2025	31.12.2024
Autores: Estados de MT, PE e SC			
19)	Processos em que a Companhia é exigida por recolhimento de ICMS-ST em operações com coque verde de petróleo. A Companhia alega ausência de norma determinando a ST.	41	42
Autor: União			
20)	Cobrança fiscal federal relativa ao tratamento dos recebimentos de subsidiárias da Eletrobras como regime de caixa, haja vista a dívida constituída e o rating indicar valor justo zero a receber.	366	356
Autor: Estado da BA			
21)	Casos em que a Companhia é autuada por utilizar créditos de ICMS em período superior a 5 anos do seu surgimento, por ausência de oportunidades anteriores para seu devido escoamento.	-	48
Autor: Estado de GO			
22)	Processos em que a Companhia é cobrada por não recolher percentual relativo ao Fundo de Combate à Pobreza juntamente com o ICMS.	69	80
Autores: Estados da PB, PE, SC, SP, AM, MS, PA, PI, RJ e RS			
23)	Processos em que o Fisco acusa a Companhia. de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento, como casos de aplicação indevida do princípio da não-cumulatividade.	41	42
Autor: Estado do RJ			
24)	Processo em que se discute a exigência referente a crédito de ICMS no percentual de 10% sobre o total de benefícios concedidos pelo Estado do Rio de Janeiro.	58	43
	Processos diversos de natureza fiscal	450	447
Total		7.197	7.026

b) Processos de natureza cível

Descrição dos processos de natureza cível		31.03.2025	31.12.2024
Autor: Associação de Mantenedores Beneficiários da Petros – AMBEP			
1)	Ação Civil Pública através da qual pretende que o custo de “equacionamento de déficit do Plano Petros 1”, seja imputado tão somente às patrocinadoras, administradores do plano de previdência complementar, bem como a fundos de investimento, e não aos participantes do plano, uma vez que o déficit teria sido causado por má gestão.		
	Situação atual: Após recurso da Petros, foi firmada a competência da Justiça Federal do Distrito Federal. Ao longo de 2024 o processo foi redistribuído duas vezes por suspeição dos juízes designados, tendo a última redistribuição sido para a 1ª Vara Federal do DF em 9 de dezembro de 2024.	2.601	2.485

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza cível		31.03.2025	31.12.2024
Autor: WTorre Engenharia E Construção S.A.. Procedimento arbitral instaurado pelas requerentes em virtude de imbróglgio decorrente de suposta fraude à inexigibilidade de licitação para contratação de locação atípica (BTS) para operação do Terminal de Rondonópolis.			
2)	Situação atual: Decisão suspendendo a arbitragem enquanto estiver eficaz a liminar favorável à Companhia deferida na Ação Civil Pública movida em face da W. Torre.	1.747	1.698
Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica Inquérito convertido em Processo Administrativo, em decisão publicada em 02/07/2020. As infrações apuradas no referido processo, decorrentes da operação DUBAI, são: acordo de preços do etanol e divisão de clientes no Distrito Federal/DF, bem como a adoção de uma política de discriminação de adquirentes em âmbito nacional, com efeito no mercado do Distrito Federal/DF. Eventual multa é calculada com alíquotas entre 0,01% e 20%, tendo sido utilizada a alíquota máxima (20%). Para fins de base de cálculo, restringiu-se ao faturamento bruto anual (ano anterior a instauração do PA - 2019) da Companhia no mercado relevante geográfico definido pelo CADE nos autos do processo - DF.			
3)	Situação atual: A SG/CADE emitiu Nota Técnica convertendo o Inquérito Administrativo em Processo Administrativo. A defesa da Companhia foi apresentada em 07/05/2021. Após a realização das oitivas de testemunhas e dos depoimentos pessoais, a SG/CADE determinou o encerramento da fase instrutória em 17/09/2024. Em 24/10/2024, a SG/CADE emitiu parecer final recomendando o arquivamento do processo em relação à Vibra e colaboradores BR. Em seguida, o processo foi encaminhado ao Tribunal do CADE, aguardando-se o julgamento definitivo.	482	472
Autor: Francisco Messias Cameli Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição de Cruzeiro do Sul.			
4)	Situação atual: Em 23/06/2020 foi publicado o acórdão do julgamento em 2ª instância negando provimento ao recurso da Companhia, por maioria de votos, vencido o Desembargador Relator que dava provimento ao apelo recursal. Em 29/06/2020 a Companhia interpôs recurso de Embargos de Declaração, que foram rejeitados. Interposto pela Companhia o Recurso Especial, este foi admitido na origem e se encontra concluso ao relator no STJ.	289	277
Autor: Dislub Distribuidora De Lubrificantes Ltda. Autor moveu ação em face da Companhia objetivando a rescisão do contrato de distribuição, o pagamento de indenização a título de perdas e danos sobre uma série de alegados prejuízos e o pagamento de multa contratual. A Companhia foi condenada a reparar apenas o dano material, na forma de lucros cessantes. Porém, o cálculo do perito foi realizado com base nas vendas mensais dos produtos pela Dislub sem a dedução dos seus custos operacionais e tributários.			
5)	Situação atual: Processo está em fase de recurso no STJ – Embargos de Divergência admitidos, porém ainda sem julgamento.	185	178
Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica Trata-se de discussão judicial sobre a multa imposta pelo CADE à Companhia e no bojo do Processo Administrativo por suposta prática anticoncorrencial de abuso de posição dominante, deflagrada por representação da GRAN PETRO contra as empresas que compõem o pool de aviação no aeroporto de Guarulhos-SP.			
6)	Situação atual: A Vibra ingressou em juízo contra essa decisão administrativa do CADE e obteve o deferimento de liminar determinando a suspensão da cobrança da multa e da obrigação de fazer até o julgamento final da ação judicial. Débito garantido. Liminar deferida. Processo em 1ª instância, aguardando julgamento.	87	82

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza cível		31.03.2025	31.12.2024
Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica			
Cuida-se de ação anulatória buscando ver desconstituída decisão administrativa do CADE oriunda de procedimento de investigação a respeito de supostos cartéis na revenda e distribuição de combustíveis em Belo Horizonte e adjacências.			
7)	Situação atual: Em 04/07/2024, juntado ofício do TRF-1 informando o julgamento do conflito de competência, que fixou a prevenção e competência da 4ª Vara Federal para julgar a ação anulatória ajuizada pela VIBRA, que em 19/07/2024 opôs embargos de declaração em face do mencionado julgamento, tendo o relator intimado o CADE para oferecer suas contrarrazões aos aclaratórios, apresentadas em 19/08/2024, aguardando-se julgamento.	95	90
Autor: Auto Viação Ouro Verde Ltda			
Demanda que visa a indenização pela violação da cláusula de proporcionalidade entre os volumes de produtos adquiridos pelas autoras e o volume de cargas a serem transportados pela Ouro Verde, com a qual a Companhia firmou contratos vinculados de transporte e fornecimento de combustíveis.			
8)	Situação atual: A Companhia foi condenada a ressarcimento de fretes e pagamento de perdas e danos às Autoras. Iniciado cumprimento de sentença, as Autoras apresentaram petição com a quantia que entendem devida: R\$1.041 como faturamento bruto, relativos a fretes não transportados para a Companhia e R\$83 a título de lucros cessantes. O juízo já homologou laudo pericial, não acatando inteiramente os valores defendidos pela Ouro Verde, decisão confirmada pelo TJSP. Os valores homologados estão inteiramente refletidos pela Companhia em suas demonstrações financeiras. O valor em contingência aqui indicado representa a diferença entre o valor provisionado pela companhia e o total atualizado, conforme decisão no cumprimento de sentença. Autora e ré recorreram ao STJ em discussão sobre o laudo pericial. Em 05.09.2024 foi negado provimento ao Recurso Especial da Vibra. Apresentamos embargos de declaração no Resp, distribuídos ao Min. Buzzi, ainda sem decisão. O Recurso Especial da Viação Ouro Verde não foi admitido pelo TJSP, tendo a Viação interposto agravo em face dessa decisão.	116	111
Autor: DISCOM Distribuidora de Combustíveis e Comércio Ltda.			
A DISCOM alega que a Companhia, desde outubro de 1997, firmou um contrato de promessa de compra e venda mercantil, constando no mesmo a obrigação da Companhia em fornecer produtos. Alega que a Companhia teria deixado de cumprir o contrato imotivadamente, suspendendo a entrega de produtos a partir de 25 de maio de 2000, tendo assim violado o contrato firmado gerando prejuízos para a DISCOM. Requer indenização por perdas e danos.			
9)	Situação atual: Em julgamento ocorrido em 19 de maio de 2021, o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco manteve a sentença, exceto para estabelecer a SELIC como critério de atualização da condenação. Após os embargos de declaração da Companhia terem sido negados pelo TJPE, a Companhia interpôs Recurso Especial, admitido na origem. No STJ o recurso do distribuído ao relator Min. Moura Ribeiro, que em 21.08.2024 conheceu parcialmente o recurso especial e negou-lhe provimento. Apresentamos agravo interno.	84	83
Autor: Posto Pau de Vela Bahia Ltda			
Autor pede o pagamento de indenização por danos causados ao posto em função de práticas (preços e prazos) que inviabilizariam a obtenção de lucro pelo autor além, dos gastos em investimentos e danos morais. Pautada na tese da responsabilidade objetiva, busca ter por ressarcidos os prejuízos ocasionados pelo descumprimento dos contratos firmados com a Companhia, especialmente no que tange aos lucros, de forma a remunerar seus custos operacionais proporcionando, assim a rentabilidade pactuada.			
10)	Situação atual: Foi juntado laudo pericial nos autos indicando que algumas condições comerciais impostas pela Companhia teriam sido um dos fatores que colaboraram para os prejuízos sofridos pela parte autora. Entretanto, não foi feita liquidação, de modo que não se pode afirmar ainda a exata extensão desses alegados danos. O laudo elaborado por assistente técnico da Companhia rebate as conclusões do perito nomeado pelo juízo. O processo se encontra pendente de julgamento.	84	82

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza cível		31.03.2025	31.12.2024
Autor: Compasa - Compañía De Petróleo Y Asfalto Sociedad Anónima			
11)	Trata-se de demanda indenizatória ajuizada pela COMPASA em face da Petrobras e Vibra, fundamentada em quebra de contrato de distribuição de produtos asfálticos firmado com a Vibra com cláusula de exclusividade. Na argumentação da autora, Petrobras e Vibra formariam o mesmo grupo econômico, sendo, portanto, solidárias no dever de exclusividade. Assim, tendo em vista que Petrobras vendeu asfaltos no Paraguai sem respeitar a exclusividade, tendo mantido as vendas mesmo depois de condenação por fundamento análogo em 2015, lhe seria devida indenização relativa ao prazo posterior a esta condenação. Situação atual: Prolatada sentença que, acolhendo a conclusão do laudo pericial, condenou a VIBRA e a Petrobras, solidariamente, ao pagamento de indenização no valor de USD 44.175.793,24. Petrobras e Compasa apresentaram embargos de declaração, que foram rejeitados em 24.04.2024. Apresentada apelação pela VIBRA e PETROBRAS que em março de 2025 foram providas para julgar improcedente a demanda. Foi apresentado recurso de embargos de declaração pela COMPASA.	145	142
Autor: Grycamp Transportes			
12)	Ação indenizatória em razão da rescisão antecipada de dois contratos de transporte. Grycamp alega que sofreu prejuízos com perda faturamento pela redução do volume transportado e pede a condenação da Vibra em lucros cessantes pelo que deixou de transportar até o final do contrato e indenização pelos investimentos feitos na adaptação da frota. Situação atual: Sentença julgou improcedentes os pedidos da Autora, que opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados em 26.09.2024. Em nov/24 apresentado recurso de apelação pela Grycamp, o qual ainda não foi julgado.	47	43
Autor: Lar Cooperativa Agroindustrial			
13)	Lar Cooperativa ajuizou ação declaratória de rescisão contratual em face da Companhia e da Stemac, pleiteando a rescisão do Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil e sublocação de equipamentos que havia celebrado com ambas as empresas. Alegam onerosidade excessiva decorrentes de alterações legislativas que tornaram a aquisição de energia no mercado livre mais vantajosa do que a geração própria. Situação atual: Após sentença julgar improcedentes os pedidos da LAR, foi dado provimento à apelação da LAR pelo TJRJ, sendo reconhecida a rescisão do contrato, além de condenar a Companhia e a STEMAC, de forma solidária, a ressarcir todos os valores pagos a título de sublocação desde a citação. Houve oposição de Embargos de Declaração pela Companhia, alegando omissão no Acórdão que deixou de observar as conclusões do laudo pericial, que entendeu não haver onerosidade excessiva, e julgamento extra petita, uma vez que o pedido de devolução dos valores pagos a título de sublocação não foi formulado na inicial, mas apenas em apelação. Apelação não provida, tendo a Cia. apresentado Recurso Especial, o qual foi inadmitido. Em seguida, interposto Agravo em Recurso Especial que não foi conhecido e Agravo Interno no Agravo em Resp, que teve seu provimento negado. Em setembro/2024 foram apresentados Embargos de Declaração (ED's) os quais foram rejeitados em decisão de novembro/2024. Foram opostos segundos ED's em face desta decisão, que até 31.12.2024 ainda não havia sido julgado. Em 28.02.2025 os ED's foram rejeitados, tendo o trânsito em julgado ocorrido em 26/03/2025. Cumprimento de sentença ainda não iniciado.	41	40
Autor: EPCista			
14)	Trata-se de demanda movida por EPCista, indicando a existência de valores a serem recebidos em decorrência de atrasos causados pela Comerc, bem como utilização de mão-de-obra direta e indireta muito além do previsto. Situação atual: Distribuído em 17/07/2024. Em 31/07/2024, determinada a citação das Empresas. Em 19/08/2024 foi juntado o primeiro mandado positivo em nome dos Réus. Em 09.09.2024, a Comerc opôs embargos monitorios. Em 30/09/2024, a GLD apresentou resposta aos embargos monitorios. Em 02.12.2024, as partes foram intimadas para se manifestarem a respeito da produção de provas. Em 04.12.2024, a GLD apresentou petição requerendo a produção de provas (testemunhal e perícia contábil). Em 21.01.2025, a Comerc apresentou petição reiterando a extinção da ação monitoria.	45	-
Processos diversos de natureza cível		748	678
Total		6.796	6.461

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

c) Processos de natureza trabalhista

Descrição dos processos de natureza trabalhistas	31.03.2025	31.12.2024
Autores: Diversos		
1) Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia pleiteiam o pagamento do Complemento da RMNR sem a dedução do adicional de periculosidade.	164	172
Autores: Diversos		
2) Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia pleiteiam o pagamento do adicional de periculosidade sob o fundamento de que executam seu trabalho em condições de periculosidade, estando expostos a condições perigosas, na forma prevista na Norma Regulamentadora nº 16 do Ministério do Trabalho e Previdência.	80	74
Autores: Diversos		
3) Processos trabalhistas movidos por ex-empregados/empregados de empresas transportadoras de produtos contratadas pela Companhia.	53	53
Processos diversos de natureza trabalhista	217	204
Total	514	503

d) Processos de natureza ambiental

Descrição dos processos de natureza ambiental	31.03.2025	31.12.2024
Autor: Ministério Público do Estado de Goiás		
1) Ação Civil Pública por meio da qual o MP-GO pede a condenação da Companhia, da Transportadora ITA e do Município de Goiânia em danos ambientais decorrentes de derramamento de 12.000 litros de produto asfáltico em rios do Estado de Goiás, em razão de acidente ocorrido no momento da descarga do caminhão-tanque na Secretaria de Obras de Goiânia, cliente da Companhia.		
Situação atual: Processo em fase de produção de provas.	192	185
Processos diversos de natureza ambiental	63	61
Total	255	246

26 Compromissos contratuais

a) Contratos "take or pay" de compras

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui compromissos de compras de óleo de xisto, para o período de três anos, que correspondem a um valor total de R\$ 340 com a Paraná Xisto (R\$ 162 em 31 de março de 2024).

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui compromissos de compras de derivados de petróleo, para o período de um ano, que correspondem a um valor total estimado de R\$ 218 com a Petrobras (R\$ 229 em 31 de março de 2024) e de R\$ 85 com a Refinaria Mataripe (R\$ 86 em 31 de março de 2024).

b) Contratos “take or pay” de serviços

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui compromissos com a Logum Logística S.A. referente a transporte dutoviário de etanol, num valor total restante estimado de R\$ 391 (R\$ 457 em 31 de março de 2024), até março de 2029. O contrato envolve o suprimento das bases de São Paulo e Rio de Janeiro e prevê um volume mínimo a ser movimentado (*take or pay*) por cada trecho.

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui compromissos referentes a serviço de armazenagem, para o período de quinze anos, com SPE – Nordeste Logística, ao valor estimado de R\$ 90 (R\$ 74 em 31 de março de 2024). Em 31 de março de 2025, a Companhia possui compromissos referentes a serviço de armazenagem para o período de um a quatro anos, com a Granel Química, ao valor estimado de R\$ 198 (R\$ 4 em 31 de março de 2024), com a CBL Terminais, ao valor estimado de R\$ 157 (R\$ 45 em 31 de março de 2024), com a Ultracargo, ao valor estimado de R\$ 51 (R\$ 65 em 31 de março de 2024) e com Ageo Terminais, ao valor estimado de R\$ 41 (R\$ 86 em 31 de março de 2024).

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui compromissos referentes a transporte ferroviário, para o período de 1 ano, com a Rumo S.A. - Norte, ao valor estimado de R\$ 49 (R\$ 41 em 31 de março de 2024) e com a Rumo S.A. – Sul, ao valor estimado de R\$52 (R\$ 34 em 31 de março de 2024).

Em 31 de março de 2025, algumas controladas da Comerc possuem compromissos de investimentos em infraestrutura já firmados no montante total de R\$ 194 no segmento de geração distribuída para o ciclo 3 (consolidado Mori 3 e Ares 2).

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

27 Instrumentos financeiros

Apresentamos os principais instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

		Nível Hierarquia Valor Justo	Consolidado		Controladora	
	Notas		31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Custo amortizado						
Caixa e bancos	5		1.401	1.309	383	399
Aplicações financeiras	5		4.072	9.171	2.636	8.917
Caixa e aplicações restritas	6		178	-	-	-
Debêntures			359	-	-	-
Contas a receber	7		7.081	5.796	6.720	6.280
Total ativos ao custo amortizado			13.091	16.276	9.739	15.596
Fornecedores	13		2.919	2.432	2.394	2.427
Financiamento de fornecimento de produtos	14		267	-	267	-
Empréstimos e financiamentos	15		25.684	20.449	18.684	19.538
Credores por aquisição de participações			62	75	-	-
Total passivos ao custo amortizado			28.932	22.956	21.345	21.965
Valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de commodities		2	3	4	3	4
Instrumentos financeiros derivativos - contratos futuros de comercialização de energia		2	6.199	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - derivativo embutido		2	278	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - swaps e NDFs		2	310	898	281	898
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de opções		3	-	1	-	1
Total ativos ao valor justo por meio de resultado			6.790	903	284	903
Credores por aquisição de participações (Earnout Integração)		3	-	2	-	2
Credores por aquisição de participações (Earnout projeto em expansão)		3	157	157	157	157
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de commodities		2	29	32	9	23
Instrumentos financeiros derivativos - contratos futuros de comercialização de energia		2	5.690	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - swaps e NDFs		2	247	38	115	38
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de opções		3	-	48	-	48
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de opções		2	169	-	-	-
Total passivos ao valor justo por meio de resultado			6.292	277	281	268

O valor justo dos empréstimos e financiamentos está apresentado na nota 15. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Valor Justo Hierarquia Nível 3

Alguns instrumentos financeiros foram avaliados pela Companhia como nível 3 visto que envolvem na sua mensuração *inputs* considerados significativos e não observáveis, conforme divulgado na nota 27 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***28 Gerenciamento de riscos**

Os objetivos e as políticas de gerenciamento de riscos financeiros da Vibra Energia (Companhia), bem como a natureza dos riscos envolvidos, não sofreram mudanças no período de três meses findo em 31 de março de 2025, permanecendo, portanto, os mesmos divulgados na nota 28 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

No período findo em 31 de março de 2025, as demonstrações consolidadas da Vibra Energia passaram a apresentar os riscos inerentes às atividades da Comerc Energia e suas controladas, conforme demonstrado nas notas de riscos a seguir:

28.1 Risco cambial**Contratos de SWAP**

Em 31 de março de 2025, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap.

A controlada indireta Hélio Valgas contratou instrumento financeiro derivativo para conversão da sua dívida de reais para dólares americanos visto que seu faturamento ocorre na respectiva moeda americana.

Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado do período.

A Companhia e suas controladas indiretas possuem 12 contratos de swap na modalidade US\$ x DI e 1 contrato na modalidade IPCA x US\$, demonstrados a seguir:

Contratante	31.03.2025						31.12.2024	
	Nocional (Milhões)				Valor justo (R\$ Milhões)		Resultado do Swap	Resultado descontado pelo risco de crédito
	Ponta ativa		Ponta passiva		Ponta ativa	Ponta passiva		
					(a)	(b)	(a) - (b)	Resultado descontado pelo risco de crédito
Vibra Energia	USD	995	CDI	5.393	5.781	5.682	99	99
Nexway Comércio	USD	12	CDI	60	90	86	4	4
Hélio Valgas	IPCA	1.574	USD	273	1.677	1.784	(107)	(106)
								833
								-
								-

O valor justo do swap é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados usando uma curva de rendimento construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante usada pelos participantes do mercado para essa finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo do resultado do SWAP está sujeita a um ajuste do risco de crédito que reflete o risco de crédito da contraparte, isso é calculado com base no risco de crédito da Anbima.

As operações de Swap contratadas e vigentes em 31 de março de 2025 estão demonstradas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Empresa	Moeda	Tipo de SWAP	Contraparte			Vencimento	Total da Dívida	Ponta Ativa	Cobertura %	Taxas Médias Swap	
			Dívida	SWAP						Ponta Ativa	Ponta Passiva
Vibra Energia	USD	Pré x DI	NCE Citi	Citi Bank		fev-28	463	465	100%	6,33% a.a.	CDI + 1,05% a.a.
Vibra Energia	USD	Pré x DI	4131 BNP	BNP		fev-26	864	868	100%	2,38% a.a.	CDI + 1,69% a.a.
Vibra Energia	USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank		fev-26	575	578	100%	1,795% a.a.	CDI + 1,55% a.a.
Vibra Energia	USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank		out-27	520	523	100%	2,8075% a.a.	CDI + 1,52% a.a.
Vibra Energia	USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank		fev-28	348	349	100%	3,12% a.a.	CDI + 1,65% a.a.
Vibra Energia	USD	Pré x DI	NCE Citi	Citi Bank		fev-27	434	436	100%	6,61% a.a.	CDI + 1,15% a.a.
Vibra Energia	USD	Pré x DI	NCE BoC	JP Morgan		abr-27	527	530	100%	4,10% a.a.	CDI + 1,3158% a.a.
Vibra Energia	USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank		mar-28	575	577	100%	5,8475% a.a.	CDI + 1,99% a.a.
Vibra Energia	USD	Pré x DI	PPE Bofa	BofA		nov-29	736	736	100%	Sofr 6m + 1,85% a.a.	CDI + 0,92% a.a.
Vibra Energia	USD	Pré x DI	PPE ICBC	ICBC		nov-29	294	295	100%	Sofr 6m + 1,85% a.a.	CDI + 0,52% a.a.
Vibra Energia	USD	Pré x DI	PPE Bofa	BofA		jan-30	436	437	100%	Sofr 6m + 1,85% a.a.	CDI + 2,40% a.a.
Nexway	USD	Pré x DI	4131 Santander	Santander		mai-27	90	90	100%	5,41% a.a.	CDI + 1,02% a.a.
Hélio Valgas	BRL	IPCA x USD	Debêntures	BTG		jun-38	1.643	1.678	100%	IPCA + 8,2561%	6,91% a.a.

Análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

A Companhia e suas controladas apresentam passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço 31 de março de 2025 e com o objetivo de identificar possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada. Foi estimado o valor justo potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos variando o fator de risco que impacta cada uma das posições, a análise de sensibilidade apresentada considera mudança com relação à variável de risco assumida, mantendo constantes as demais.

O cenário provável representa o valor justo dos derivativos em 31 de março de 2025 , calculado com base na PTAX de venda do último dia útil.

31.03.2025						
Modalidade	Cenários	Valor justo (R\$ Milhões)		Resultado do Swap (a) - (b)	Resultado descontado pelo risco de crédito	Δ Resultado SWAP pós desconto de Risco de Crédito
		Ponta ativa	Ponta passiva			
		(a)	(b)			
USD x CDI	Cenário provável	5.871	5.768	103	103	-
	Desvalorização do real frente ao dólar de 25%	7.340	5.768	1.572	1.561	1.458
	Valorização do real frente ao dólar de 25%	4.404	5.768	(1.364)	(1.355)	(1.458)
IPCA x USD	Cenário provável	1.677	1.784	(107)	(106)	-
	Desvalorização do real frente ao dólar de 25%	1.677	2.230	(553)	(548)	(442)
	Valorização do real frente ao dólar de 25%	1.677	1.338	339	336	442

	31/03/2025	+25%	-25%
USDBRL	R\$ 5,7422	R\$ 7,1778	R\$ 4,3067

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Non Deliverable Forward - NDF

A Companhia contrata operações de *hedge* cambial para: (i) cobertura das margens comerciais inerentes às vendas de combustíveis de aviação para clientes estrangeiros, (ii) para proteção contra a variação cambial nas operações de importação de combustíveis, (iii) para *hedge* de estoques, (iv) para garantia de preço do Cartão Caminhoneiro.

Em relação ao faturamento de exportação em dólar dos clientes de aviação, ocorrido entre janeiro e março de 2025, o percentual de *hedge* contratado representou aproximadamente 100%. No tocante ao montante importado, a Companhia contratou *hedge* cambial, entre janeiro e março de 2025, para aproximadamente 100% das cargas da Vibra Energia, e para aproximadamente 100% das cargas da Vibra Importação, no mesmo período.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia prevê a contratação de operações de *hedge* cambial para cobertura de, aproximadamente, 100% tanto do montante das exportações, de acordo com estimativa de venda, e das importações com liberações antes da data de vencimento.

A Hélio Valgas possui NDF's (Non-deliverable forward) da modalidade asiática com vencimentos até 12 de janeiro de 2026, com o objetivo de proteção contra a volatilidade cambial das receitas das controladas indiretas Hélio Valgas de I a V, cujos contratos de energia são precificados em dólares americanos. A Hélio Valgas realizou também, a contratação NDF's (Non-deliverable forward) da modalidade plain vanilla com vencimentos até 15 de dezembro de 2025, com o objetivo de proteção contra a volatilidade cambial da ponta passiva em USD da operação de SWAP.

As liquidações de todas as operações de *hedge* cambial com NDF, de janeiro a março de 2025, geraram um fluxo positivo para a Companhia de R\$41 e um fluxo positivo de R\$29 no consolidado. No mesmo período do ano anterior (2024) geraram um fluxo negativo de R\$ 18.

Cabe destacar que a Companhia e suas controladas não utilizaram nenhum outro instrumento derivativo nas operações de *hedge* cambial além do NDF e *Swap*.

Nenhuma das operações em questão exigiu o depósito de margens de garantia.

31.03.2025								
Contratante	Nocional (Milhões)				Valor justo (R\$ Milhões)		Vencimento	
	Posição comprada		Posição vendida		Posição comprada	Posição vendida		
Vibra Energia	USD	\$ 94	USD	\$ 144	(2)	5	2T25	
Vibra Importadora	USD	\$ 31	USD	\$ 1	-	-	2T25	
Comerc Energia	USD	\$ 16	USD	\$ 12	2	(2)	2T25	
Comerc Energia	USD	\$ -	USD	\$ 12	-	(2)	3T25	
Comerc Energia	USD	\$ 15	USD	\$ 12	4	(3)	4T25	
Comerc Energia	USD	\$ -	USD	\$ 4	-	(1)	1T26	

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de março de 2025, onde é calculado com base na PTAX de venda do último dia útil atualizada pelo cupom limpo, obtido no site da B3, que ajusta o valor de acordo com o vencimento de cada contrato. Datas intermediárias são interpoladas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Derivativos de Moeda Estrangeira	Empresa	Desvalorização do Real frente ao Dólar (+25%)	Valorização do Real frente ao Dólar (-25%)
Contratos a termo de dólar (NDF) (*)	Vibra Energia	(74)	70
Contratos a termo de dólar (NDF)	Comerc Energia	(14)	5

(*) A Companhia tem mais posição vendida do que comprada em USD.

A seguir a análise de sensibilidade dos demais instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial:

Consolidado				
	Exposição em 31/03/2025	Risco	Cenário I	Cenário II
Ativos				
Disponibilidades	441	Dólar / Real	110	(110)
Contas a receber	294	Dólar / Real	74	(74)
Derivativo embutido (a)	261	Dólar / Real	65	(65)
Passivos				
Fornecedores	(1.568)	Dólar / Real	(392)	392
Financiamentos	(6.326)	Dólar / Real	(1.582)	1.582
Impacto no resultado				
Ganho/(perda)			(1.725)	1.725
Critérios				

Cenário provável 1 - Desvalorização de 25% do real frente ao dólar. Cenário 2 - Valorização de 25% do real frente ao dólar.

(a) Derivativo embutido – contratos venda de energia

A receita do projeto das controladas indiretas Hélio Valgas de I a V é indexada ao dólar americano estando sujeita às flutuações cambiais que podem impactar a rentabilidade do projeto.

O contrato de venda de energia firmado pelas controladas, o qual tem prazo de suprimento de 20 anos, possui um derivativo embutido relacionado à moeda estrangeira (dólares americanos), devido ao fato da moeda em questão não ser normalmente utilizada no ambiente econômico de compra e venda de energia, bem como as partes envolvidas também não possuírem dólares americanos como moeda funcional. O nocional envolvido no contrato de venda de energia em 31 de março de 2025 é de USD 907.191.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

28.2 Risco de taxa de juros

Contratos de derivativo – Swap IPCA x CDI

A Companhia possui quatro contratos desta modalidade, totalizando R\$ 2.382 de operações dessa natureza com vencimentos até 25 de fevereiro de 2033.

Contratante	31.03.2025				31.12.2024		
	Nocional (Milhões)		Valor justo (R\$ Milhões)		Resultado do Swap	Resultado descontado pelo risco de crédito	Resultado descontado pelo risco de crédito
	Ponta ativa	Ponta passiva	Ponta ativa	Ponta passiva			
			(a)	(b)	(a) - (b)		
Vibra Energia	IPCA	2.382	2.614	2.550	64	64	42

As operações de Swap contratadas e vigentes em 31 de março de 2025 estão demonstradas a seguir:

Moeda	Tipo de SWAP	Contraparte			Total da Dívida	Ponta Ativa	% Cobertura	Taxas Médias Swap	
		Dívida	SWAP	Vencimento				Ponta Ativa	Ponta Passiva
BRL	IPCA x CDI	CRA 43	JP Morgan	set-31	985	985	100%	IPCA + 5,3995%	111,10% do CDI
BRL	IPCA x CDI	CRA 11	BofA	jul-25	397	397	100%	IPCA + 5,5914%	113,55% do CDI
BRL	IPCA x CDI	CRI 100	BofA	fev-32	285	285	100%	IPCA + 4,9781%	98,28% do CDI
BRL	Pré x CDI	DEBI 100	Itaú	fev-33	1.000	1.000	100%	15,13% a.a.	CDI + 0,12% a.a.

Análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

A Companhia tem passivos em moeda nacional indexados ao IPCA no balanço de 31 de março de 2025 e com o objetivo de identificar possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada. Foi estimado o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos variando o fator de risco que impacta cada uma das posições, a análise de sensibilidade apresentada considera mudança com relação a variável de riscos assumida, mantendo constantes as demais.

O cenário provável representa o valor justo dos derivativos em 31 de março de 2025.

31.03.2025						
Modalidade	Cenários	Valor justo (R\$ Milhões)		Resultado do Swap	Resultado descontado pelo risco de crédito	Δ Resultado SWAP pós desconto de Risco de Crédito
		Ponta ativa	Ponta passiva			
		(a)	(b)	(a) - (b)		
IPCA x CDI	Cenário provável	2.614	2.550	64	64	-
	+ 25% na curva projetada de inflação implícita	2.698	2.550	148	147	83
	- 25% na curva projetada de inflação implícita	2.537	2.550	(13)	(13)	(77)

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Segue a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, atrelados a taxas de juros pós-fixadas, em 31 de março de 2025.

			Consolidado		
	Exposição em 31 de Março de 2025	Risco	Cenário Provável	+25%	-25%
		CDI	14,15%	18,19%	10,25%
		IPCA	5,06%	6,39%	3,75%
		SELIC	14,25%	18,32%	10,32%
		TR	1,09%	1,37%	0,82%
		IGPM	8,58%	10,91%	6,30%
		INPC	4,87%	6,15%	3,61%
Instrumentos financeiros ativos					
Aplicações financeiras - CDI	2.203	CDI	312	401	226
Debêntures a receber - CDI	325	CDI	46	59	33
Debêntures a receber - IPCA	34	IPCA	5	6	4
Financiamentos a receber - CDI	249	CDI	35	45	26
Financiamentos a receber - IPCA	555	IPCA	28	35	21
Financiamentos a receber - IGPM	73	IGPM	6	8	5
Financiamentos a receber - INPC	67	INPC	3	4	2
Instrumentos financeiros passivos					
Empréstimos e Debêntures em CDI	(12.083)	CDI	(1.710)	(2.198)	(1.238)
Empréstimos e Debêntures em IPCA	(6.195)	IPCA	(313)	(396)	(232)
Empréstimos e Debêntures em SELIC	(11)	SELIC	(2)	(2)	(1)
Empréstimos e Debêntures em TR	(21)	TR	(0)	(0)	(0)
Resultado financeiro líquido, conforme estimativas					
Ganho/(Perda)			(1.590)	(2.038)	(1.154)
Variação do ganho/(perda)				(448)	884

Critérios

Cenário provável - considera as taxas de juros vigentes no mercado em 31 de março de 2025, foram utilizados como fontes: Banco Central do Brasil, IBGE e B3.

A análise de sensibilidade levou em consideração apenas a variação da taxa de juros em relação ao saldo devedor em 31 de março de 2025, não assumindo outras variações.

A tabela demonstra a receita (despesa) financeira líquida de um ano considerando os critérios mencionados acima.

28.2.1 Risco de preços**a) Derivados de Petróleo**

A política de gerenciamento de riscos de preços de derivativos não teve alteração no período de três meses findo em 31 de março de 2025, permanecendo, portanto, a mesma divulgada na nota 28.2.1 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

Todas as operações com derivativos de commodity possuem lastro em atividades comerciais e de suprimento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A análise de sensibilidade desses derivativos está apresentada a seguir:

Contratos						(em milhões de reais)	
Empresa	Tipo	Unid	Quantidade	Preço Médio de venda	Fechamento em 31.03.2025	MTM (Valor do Contrato)(*)	Cenário Possível (Δ de 25%)
Vibra Energia	RBOB (Gasolina)	cpg	126	1.253	1.315	(3)	(21)
Vibra Energia	HO (Diesel)	cpg	228	1.281	1.309	(3)	(34)
Vibra Energia	GO (Diesel)	MT	-	3.817	3.939	(8)	-
Vibra Trading Importação	GO (Diesel)	cpg	440	1.253	1.309	(10)	(71)
Vibra Trading Importação	GO (Diesel)	MT	-	3.878	3.935	(3)	-

Ptax venda 31/03/2025 5,7422

(*) Apenas operações de importações.

Vibra Trading BV

(em milhões de reais)			
Tipo	Quantidade	MTM	Cenário Possível (Δ de 25%)
Gasolina	124	(7,2)	(23,1)
Diesel	(51)	1,0	7,2
Frete	-	0,1	0,1

Ptax venda 31/03/2025 5,7422

b) Contratos futuros de comercialização de energia

No âmbito das operações de trading, a Comerc Energia assume posições compradas ou vendidas de energia conforme sua estratégia e projeção de preços futuros, as quais estão sujeitas a volatilidade. Caso tais preços sofram uma variação relevante, a rentabilidade da Comerc pode ser afetada.

As diferenças entre os volumes de energia gerada ou adquirida (oferta) e os volumes de energia vendida ou consumida (demanda) são liquidadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O PLD é calculado para cada submercado em base diária, e baseia-se no Custo Marginal da Operação (CMO), limitado a valores mínimos e máximos definidos pela ANEEL. Os valores máximo e mínimo do PLD são revistos e estabelecidos a cada ano pela ANEEL. As variações nos preços de mercado de curto prazo podem levar a perdas potenciais na atividade de comercialização. Os fatores que poderão afetar o PLD incluem (i) variações na carga prevista e identificada; (ii) redução/aumento da afluência prevista e verificada; (iii) antecipações ou atrasos no início das operações de novos geradores e/ou transmissores; e (iv) variações na geração prevista e verificada de pequenas usinas. A ocorrência de qualquer um desses fatores poderá levar a uma variação substancial no PLD, e este (e os próprios fatores citados acima), também afetam toda a estrutura a termo dos preços de energia, inclusive o longo prazo (em menor escala, observa-se que a volatilidade reduz com o prazo) o que pode resultar no aumento de custos ou redução de receita na comercialização de energia, e ainda poderá afetar negativamente o fluxo de caixa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Eventualmente poderá ocorrer, ainda, mudança da metodologia de formação de preço de uma estrutura de modelos computacionais para formação de preço por oferta. Essa alteração poderá mudar a volatilidade de preços de curto prazo e consequentemente nos preços de médio e longo prazo.

Ademais, o risco de variação de preços de mercado pode afetar as posições das empresas de comercialização (e, também afeta a exposição residual da geração centralizada), com possível efeito relevante nas receitas e resultado do grupo econômico da Companhia como um todo.

Valor justo dos contratos futuros de energia

A Comerc Energia e as controladas do segmento de trading possuem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício de 2045.

O valor justo dos contratos de compra e venda de energia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno livre de risco de mercado, ajustada pelo índice de inflação de cada contrato, quando aplicável.

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar, uma vez que as marcações desses contratos foram realizadas considerando as respectivas datas-bases.

O impacto negativo da marcação a mercado no período findo em 31 de março de 2025 decorre, principalmente, da variação dos preços futuros de energia.

O efeito de marcação a mercado é registrado na margem operacional por se tratar de operação principal do segmento de comercialização de energia.

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

O principal fator de risco é a exposição à variação dos preços de mercado da energia. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo apurado.

As análises de sensibilidade foram preparadas, considerando, para os cenários 1 e 2, a elevação ou queda de 25% e 50% nos preços futuros, aplicados sobre a curva futura de preços de mercado, para cada uma das datas de vencimento das obrigações contratuais. A Companhia entende que o cenário provável está refletido nos montantes contabilizados, uma vez que esses contratos estão marcados a mercado com base em cotações disponíveis. Os resultados obtidos estão demonstrados a seguir:

	Variação no preço	Posição em 31/03/2025	Cenários projetados	
			Cenário 1 (25%)	Cenário 2 (50%)
Ganhos não realizados em operações de compra e venda de energia	Elevação	510	252	44
	Queda	510	667	877

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***28.3 Risco de liquidez**

As principais fontes de liquidez da Companhia e de suas controladas derivam (a) do fluxo de caixa gerado por suas operações, (b) do saldo de caixa e aplicações financeiras e (c) de eventuais empréstimos e financiamentos.

A Companhia acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus usos de fontes atuais, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

O fluxo não descontado a valor presente do principal e juros dos empréstimos e financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Consolidado								
Período	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
Principal	997	1.904	4.244	3.544	3.610	2.952	6.923	24.176
Juros	2.486	2.673	2.442	2.247	1.971	1.566	5.170	18.556
Total	3.484	4.577	6.687	5.792	5.581	4.518	12.094	42.731

O restante dos passivos financeiros possui expectativa de realização de curto prazo, e estão consequentemente classificados no passivo circulante, com exceção dos derivativos que possuem prazos diversos conforme divulgado nas notas acima.

28.4 Risco de crédito**Risco de Crédito de Contrapartes Comerciais**

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atendendo clientes da rede automotiva e grandes consumidores, representados, principalmente, por indústrias, transportadoras, clientes governo e setor aéreo. A exposição ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo de contas a receber. A expectativa de liquidação desses recebíveis está detalhada na nota 7.

A carteira da Companhia somava R\$ 17.600 em 31 de março de 2025 (R\$ 18.278 em 31 de março de 2024).

As perdas de crédito esperadas se baseiam em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras.

A Companhia avalia a estimativa de perdas dos créditos com base nos segmentos e histórico de pagamentos dos clientes. As taxas são calculadas considerando o comportamento dos últimos 3 anos, sendo reavaliadas trimestralmente.

A seguir a matriz atualmente vigente:

	A Vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 365 dias	Mais de 365 dias
Clientes						
Rede de Postos	0,22%	69,51%	81,21%	87,12%	90,71%	100,00%
B2B	0,16%	39,02%	63,99%	74,61%	77,07%	100,00%

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Risco de Crédito de instituições financeiras

Na análise de risco de crédito de instituições financeiras é realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating através de limites de: (i) Rating Mínimo em escala Local; (ii) PL Mínimo da Instituição Financeira; (iii) % de exposição ao PL da Instituição financeira e (iv) % de exposição máxima da Companhia a uma instituição financeira.

O crédito concedido a instituições financeiras, nas operações derivativos, está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros, conforme o rating a seguir:

Nome	Empresa	País da agência bancária	Rating Escala Nacional	Agência de Risco	Rating Escala Global	Agência de Risco
Citigroup	Vibra	Américas	BBB+	S&P	BBB+	S&P
Banco Bradesco	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	S&P	BB	S&P
Banco do Brasil	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
Banco Itaú Unibanco	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	Fitch	0	0
Banco Safra	Vibra	Brasil	AAA	S&P	BB	S&P
Banco Santander S.A. - Brasil	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	S&P	BB	S&P
Caixa Econômica Federal	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
Citibank	Vibra	Brasil	AAA	S&P	BB	S&P
Banrisul	Vibra	Brasil	AA+	S&P	BB-	S&P
JP Morgan	Vibra	Brasil	AAA	S&P	-	-
JP Morgan	Vibra	Estados Unidos	-	-	A	S&P
Scotia bank	Vibra	Canadá	-	-	A+	S&P
MUFG	Vibra	Estados Unidos	-	-	A-	S&P
MUFG	Vibra	Brasil	AAA	S&P	-	-
BofA	Vibra	Estados Unidos	-	-	A-	S&P
BNP	Vibra	França	-	-	A+	S&P
ABC	Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
BNB	Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
BNDES	Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
XP	Comerc	Brasil	AAA	Fitch	AAA	S&P
BTG Pactual	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
BRASIL (País)	Vibra		AAA	S&P	BB	S&P
Vibra Energia S.A.	Vibra	Brasil	AAA	Moody's	-	-

Garantias concedidas a clientes

A Companhia possui operações de financiamento de revendedores na venda de imóveis próprios, caracterizadas como “operações de vendedor”, nas quais a Vibra emite garantias ao Santander, preservando a alienação fiduciária do bem até a quitação integral das obrigações pelos clientes. Nessas operações, o montante máximo de exposição, em 31/03/2025, é de R\$ 252, sendo o último vencimento em mar/30.

28.5 Gestão de capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos, almejando manter um perfil adequado de endividamento e garantindo retorno aos seus acionistas. A Companhia poderá alterar a sua estrutura de capital conforme as condições macroeconômicas, bem como em virtude do processo de desenvolvimento de projetos orgânicos e inorgânicos do portfólio.

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Financiamentos (nota 15)	25.684	20.449	18.684	19.538
Financiamento de fornecimento de produtos (nota 14)	267	-	267	-
Arrendamentos (nota 16)	666	359	656	675
Dívida bruta de financiamentos e arrendamentos	26.617	20.808	19.607	20.213
Instrumento Financeiro Derivativo (swap)	(61)	(875)	(163)	(875)
Dívida bruta após instrumento derivativo	26.556	19.933	19.444	19.338
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(5.473)	(10.480)	(3.019)	(9.316)
Menos: caixa e aplicações restritas (nota 6)	(178)	-	-	-
Menos: debêntures	(359)	-	-	-
Endividamento líquido	20.546	9.453	16.425	10.022

28.6 Mensuração ao valor justo

As mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme descrito a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A Companhia classifica um instrumento financeiro mensurado a valor justo como nível 3, quando um ou mais dos dados significativos não forem observáveis.

Em 31 de março de 2025, o valor justo estimado para os financiamentos da Companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 15.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

29 Partes relacionadas

29.1 Transações comerciais e outras operações

29.1.1 Por empresa

	Consolidado					
	Resultado		Ativo		Passivo	
	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Empreendimentos controlados em conjunto da Companhia						
Evolua	-	-	-	-	303	133
Navegantes	1	-	37	29	-	-
Nordeste I	-	-	9	9	-	-
Zeg Biogás e Energia	-	-	11	11	-	-
	1	-	57	49	303	133
Empreendimentos controlados em conjunto / Coligadas da Comerc						
Estrela do Norte Geração de Energia SPE - Matriz (SPE I)	15	-	290	-	-	-
Estrela do Norte SPE II S.A.	-	-	79	-	-	-
Micropower Comerc Energia	1	-	26	-	-	-
Newcom Comercializadora Ltda	17	-	8	-	9	-
Ventos de Santa Amélia	-	-	1	-	-	-
Ventos de Santa Sofia	-	-	1	-	-	-
Ventos de Santo Abelardo	-	-	1	-	-	-
Ventos de Santo Artur	-	-	1	-	-	-
RDVE	-	-	1	-	-	-
Outros	-	-	2	-	-	-
	33	-	410	-	9	-
Total	34	-	467	49	312	133

	Controladora					
	Resultado		Ativo		Passivo	
	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Controladas da Companhia						
Fundo Invest.Imobiliário FCM	(18)	(20)	528	540	279	373
Vibra Trading B.V.	(3)	(2)	-	-	106	20
VBBR Conveniência	7	4	158	160	225	228
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda.	(14)	-	28	11	94	9
	(28)	(18)	714	711	704	630
Empreendimentos controlados em conjunto da Companhia						
Evolua	-	-	-	-	303	133
Navegantes	1	-	37	29	-	-
Nordeste I	-	-	9	9	-	-
Zeg Biogás e Energia	-	-	11	11	-	-
	1	-	57	49	303	133
Total	(27)	(18)	771	760	1.007	763

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

29.1.2 Por operação

	Consolidado			Controladora		
	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
Resultado						
Receitas	17			-		
Variações monetárias e cambiais líquidas	-			(13)		
Receitas (despesas) financeiras líquidas	17			(16)		
Outras receitas e despesas	-			2		
Ativo						
Contas a receber (nota 7)		8			714	
Dividendos		7			1	
Debêntures		359			-	
Outros ativos realizáveis a curto prazo		37			-	
Outros ativos realizáveis a longo prazo		56			56	
Passivo						
Fornecedores			310			521
Outras contas e despesas a pagar			2			225
Arrendamentos			-			261
Em 31.03.2025	34	467	312	(27)	771	1.007
Janeiro a março/2024	-			(18)		
Em 31.12.2024		49	133		760	763

Em 31 de março de 2025, as compras de derivados de petróleo realizadas com a controlada Trading BV totalizam R\$ 103 (R\$ 438 em 31 de março de 2024) e com a controlada Vibra Trading Importação e Exportação Ltda totalizam R\$ 1.281 (sem valor em 31 de março de 2024). Em 31 de março de 2025, as compras de álcool anidro e hidratado com a ECE (Evolua Etanol) totalizam R\$ 1.316 (R\$ 930 em 31 de março de 2024).

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui garantias prestadas a favor da Trading BV para as operações de compras realizadas por esta controlada até o montante de USD 1 bilhão (USD 1 bilhão em 31 de março de 2024). Adicionalmente, a Companhia é garantidora de empréstimos obtidos pela Trading BV pelo montante de USD 80 milhões (USD 80 milhões em 31 de março de 2024), além de garantias do tipo CSP – Credit Support Provider no valor de USD 50 milhões e Garantia Futures no valor de USD 2.

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui garantias corporativas prestadas em favor da Comerc Energia no montante de R\$ 204 (R\$ 274 em 31 de março de 2024).

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui Garantia Future prestada em favor da Vibra Trading Importação e Exportação Ltda no montante de USD 8.

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui mútuo de R\$ 37 com a Navegante Logística Portuária S.A., R\$ 12 com a Zeg Biogás e Energia S.A e de R\$ 8 para Nordeste Logística I S.A.

Vibra Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

29.2 Remuneração da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Companhia são apresentadas a seguir:

	Controladora							
	Período de três meses findos em 31 de março de							
	2025				2024			
	Diretoria Executiva (Estatutários)	Conselho de Administração	Demais membros de comitês estatutários	Total	Diretoria Executiva (Estatutários)	Conselho de Administração	Demais membros de comitês estatutários	Total
Benefícios								
Curto prazo	9,0	2,5	0,2	11,7	8,3	2,7	0,2	11,2
Pós-emprego	0,3	-	-	0,3	0,3	-	-	0,3
Remuneração baseada em ações	5,1	0,9	-	6,0	2,1	1,4	-	3,5
Total	14,4	3,4	0,2	18,0	10,7	4,1	0,2	15,0

Em 31 de março de 2025, a Companhia mantinha seis membros na Diretoria Executiva (seis membros em 31 de março de 2024) e sete membros no Conselho de Administração (sete membros em 31 de março de 2024).

No consolidado a despesa com os honorários de diretores e conselheiros totalizou R\$ 32 (R\$ 15 em 31 de março de 2024).

30 Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Arrendamentos	80	24	77	13
Valores retidos Combinação de negócios - nota 2.3	92	-	92	-
Outras transações				
Utilização de depósito judicial para pagamento de contingência	23	2	23	2

A Companhia adota a prática de apresentar os juros pagos como atividade de financiamento e os dividendos recebidos como atividade de investimento na demonstração dos fluxos de caixa.

Os fluxos de caixa das operações de risco sacado são apresentados como atividade operacional por representar pagamentos oriundos de aquisição de bens e serviços de natureza operacional.

31 Evento subsequente

Em abril de 2025, a Companhia concluiu sua saída definitiva da sociedade ZEG Biogás e Energia S.A. ("ZEG"). A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, tendo a Companhia efetuado os aportes e a capitalização de créditos na ZEG no montante de R\$40 e o pagamento no total de R\$20 aos atuais acionistas, nos termos da transação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025**

Títulos das notas explicativas	Número das notas explicativas	
	Anual de 2024	1º ITR-2025
Considerações gerais	1	1
Base de preparação das demonstrações contábeis	2	2
Uso de estimativas e julgamentos	3	3
Políticas contábeis materiais	4	4
Caixa e equivalentes de caixa	6	5
Contas a receber, líquidas	7	7
Estoques	8	8
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	9
Investimentos	10	10
Imobilizado	11	11
Intangível	12	12
Fornecedores	13	13
Financiamentos	14	15
Arrendamentos	15	16
Tributos	16	17
Salário, férias, encargos, prêmios e participações	17	18
Benefícios concedidos a empregados	18	19
Patrimônio líquido	20	20
Receita de vendas	21	21
Custo e despesas por natureza	22	22
Resultado financeiro, líquido	23	23
Informações por segmento	24	24
Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências	25	25
Compromissos contratuais	26	26
Instrumentos financeiros	27	27
Gerenciamento de riscos	28	28
Partes relacionadas	29	29
Informações adicionais às demonstrações do fluxo de caixa	30	30
Evento Subsequente	31	31

As notas explicativas do relatório anual de 2024 que foram suprimidas no ITR de 31 de março de 2025 pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não ser aplicável às demonstrações contábeis intermediárias são as seguintes:

Títulos das notas explicativas	Número das notas explicativas
Novas normas	5
Informações contábeis resumidas	10.1
Descrição das atividades das controladas	10.2
Descrição das atividades dos empreendimentos controlados em conjunto	10.3
Acordo celebrado para antecipação da aquisição de 50% da Comerc Energia S.A.	10.4
Impairment de empreendimentos controlados em conjunto	10.5
Combinação de negócios	10.6
Composição dos saldos dos investimentos em participações societárias	10.7
Imposto de renda e contribuição social diferidos / Estimativa de realização	16.3.2
Ativos dos planos de pensão	18.1
Premissas atuariais adotadas no cálculo	18.2.3
Análise de sensibilidade	18.2.4
Perfil de vencimento da obrigação	18.2.5
Provisão para Crédito de Descabornização (CBIO)	19
Reservas de lucros	20.3
Ajustes de avaliação patrimonial	20.5

Vibra Energia S.A

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias e sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Vibra Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 34.274.233/0001-02, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia no período findo em 31 de março de 2025;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações contábeis intermediárias da Companhia no período findo em 31 de março de 2025.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2025.

ERNESTO PERES POUSADA JUNIOR

Presidente

AUGUSTO RIBEIRO JUNIOR

Diretor Vice-Presidente Executivo de Finança Corporativas, Estratégia e RI

JULIANO JUNQUEIRA DE ANDRADE PRADO

Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial B2B

CLARISSA DELLA NINA SADOCK ACCORSI

Diretora Vice-presidente Executiva de Energia Renovável

VANESSA PEDREIRA DE FREITAS GORDILHO

Diretora Vice-presidente Executiva de Comercial Varejo

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA

Diretor Vice-presidente Executivo de Operações e Supply

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SÉRGIO AGAPITO LIRES RIAL

Presidente

CLÁUDIO ANTONIO GONÇALVES

Conselheiro

FABIO SCHVARTSMAN

Conselheiro

MARCEL JUVINIANO BARROS

Conselheiro

MATEUS AFFONSO BANDEIRA

Conselheiro

NILDEMAR SECCHES

Conselheiro

WALTER SCHALKA

Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

ERNESTO PERES POUSADA JUNIOR

Presidente

AUGUSTO RIBEIRO JUNIOR

Diretor Vice-Presidente Executivo de Finanças Corporativas, Estratégia e RI

JULIANO JUNQUEIRA DE ANDRADE PRADO

Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial B2B

CLARISSA DELLA NINA SADOCK ACCORSI

Diretora Vice-presidente Executiva de Energia Renovável

VANESSA PEDREIRA DE FREITAS GORDILHO

Diretora Vice-presidente Executiva de Comercial Varejo

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA

Diretor Vice-presidente Executivo de Operações e Supply

CONTADOR

LUÍS CLÁUDIO SACRAMENTO BISPO

Contador - CRC - RJ – 077.292/O-2



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos Conselheiros e Acionistas da
Vibra Energia S.A
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Vibra Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2025.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Juliana Ribeiro de Oliveira
Contadora CRC RJ-095335/O-0

VIBRA

Quarterly Information

Vibra Energia S.A.

At March 31, 2025



CONTENTS

Individual and consolidated statements of financial position	2
Individual and consolidated statements profit or loss.....	3
Individual and consolidated statements of other comprehensive income.....	4
Individual and consolidated statements of changes in equity.....	5
Individual and consolidated statements of cash flows.....	6
Individual and consolidated statements of added value.....	7
1 General considerations	8
2 Basis of preparation and presentation of the interim financial statements	8
3 Use of estimates and judgments	12
4 Material accounting policies.....	12
5 Cash and cash equivalents.....	12
6 Cash and restricted investments	13
7 Net accounts receivable.....	13
8 Inventory.....	15
9 Advanced bonuses awarded to clients	15
10 Direct investments.....	16
11 Property, plant and equipment	19
12 Intangible assets	21
13 Trade payables.....	22
14 Financing of product supply.....	22
15 Financing.....	23
16 Leases.....	28
17 Taxes	30
18 Payroll, vacations, charges, bonuses and incentives	34
19 Employee benefits	37
20 Equity	41
21 Sales revenue	43
22 Cost and expenses by nature.....	44
23 Net finance income (cost).....	46
24 Segment reporting	47
25 Judicial and administrative proceedings, judicial deposits and contingencies	50
26 Contractual commitments.....	59
27 Financial instruments.....	60
28 Risk management	61
29 Related parties.....	72
30 Additional information to the statements of cash flow	75
31 Subsequent event.....	75
Representation of the officers about the financial statements and auditors' report.....	78
Members of the Board of Directors and Executive Board.....	79
Independent auditors' report.....	81

Vibra Energia S.A.
Statements of financial position
March 31, 2025 and December 31, 2024
(In millions of Reais)

Assets	Note	Consolidated		Parent Company		Liabilities	Note	Consolidated		Parent Company	
		3/31/2025	12/31/2024	3/31/2025	12/31/2024			3/31/2025	12/31/2024	3/31/2025	12/31/2024
Current						Current					
Cash and cash equivalents	5	5,473	10,480	3,019	9,316	Trade accounts payable	13	2,919	2,432	2,394	2,427
Cash and restricted investments	6	70	-	-	-	Financing of product supply	14	267	-	267	-
Debentures		34	-	-	-	Loans and financing	15	3,462	2,695	2,631	2,592
Net accounts receivable	7	6,121	4,953	5,753	5,295	Leases	16	98	80	173	183
Inventories	8	6,546	6,109	6,485	6,102	Customer advances	21.1	555	409	537	401
Advances to suppliers		284	293	259	201	Income and social contribution taxes		76	187	40	184
Income tax and social contribution		88	4	-	2	Taxes and contributions payable	17	206	137	173	135
Taxes and contributions recoverable	17.1	2,800	2,764	2,769	2,756	Dividends and interest on shareholders' equity payable	20.3	1,355	1,512	1,355	1,512
Bonuses advanced to clients	9	474	486	458	470	Payroll, vacations, charges, bonuses and incentives	18	293	340	203	323
Prepaid expenses		146	131	132	124	Pension and health plan	19	131	145	131	145
Derivative financial instruments	27	3,625	461	93	461	Derivative financial instruments	27	3,534	53	12	44
Other current assets		307	160	97	147	Creditors for acquisition of equity interest	27	121	145	70	70
		25,968	25,841	19,065	24,874	Other accounts and expenses payable		357	379	285	328
								13,374	8,514	8,271	8,344
Noncurrent						Noncurrent					
Long-term						Loans and financing	15	22,222	17,754	16,053	16,946
Cash and restricted investments	6	108	-	-	-	Leases	16	568	279	483	492
Debentures		325	-	-	-	Long-term incentive	18.2	31	16	19	16
Net accounts receivable	7	960	843	967	985	Pension and health plan	19	726	757	726	757
Judicial deposits	25.2	1,336	1,333	1,334	1,331	Derivative financial instruments	27	2,601	65	112	65
Taxes and contributions recoverable	17.1	5,202	5,046	5,194	5,046	Other deferred taxes		51	-	-	-
Deferred income and social contribution tax	17.3	2,162	2,170	2,041	2,160	Deferred income tax and social contribution	17.3	234	-	-	-
Bonuses advanced to clients	9	804	831	804	831	Provision for judicial and administrative proceedings	25	1,172	1,135	1,156	1,134
Prepaid expenses		45	47	42	47	Creditors for acquisition of equity interest	27	98	89	87	89
Derivative financial instruments	27	3,165	442	191	442	Other accounts and expenses payable		153	6	317	225
Other noncurrent assets		187	95	81	57			27,856	20,101	18,953	19,724
		14,294	10,807	10,654	10,899			41,230	28,615	27,224	28,068
						Equity	20				
Investments	10	1,865	3,921	10,843	5,634	Paid-in capital		10,034	10,034	10,034	10,034
Property, plant and equipment	11	14,816	6,984	6,375	6,262	Treasury stock		(105)	(105)	(105)	(105)
Intangible assets	12	5,291	1,447	844	784	Capital reserves		24	92	24	92
		36,266	23,159	28,716	23,579	Revenue reserves		11,744	11,479	11,744	11,479
		62,234	49,000	47,781	48,453	Asset and liability valuation adjustments		(1,140)	(1,115)	(1,140)	(1,115)
						Equity attributable to owners of the company		20,557	20,385	20,557	20,385
						Non-controlling interests		447	-	-	-
								21,004	20,385	20,557	20,385
								62,234	49,000	47,781	48,453

See the accompanying notes to the interim financial statements.

Vibra Energia S.A.

Statements of profit or loss

Periods ended March 31, 2025 and 2024

(In millions of Reais)

	Note	Consolidated		Parent Company	
		Three-month period ended March 31,		Three-month period ended March 31,	
		2025	2024	2025	2024
Revenue from goods sold and services rendered					
Mark-to-market	21	44,906	39,599	42,914	39,395
Cost of goods sold and services rendered		(47)	-	-	-
		(42,519)	(37,488)	(40,788)	(37,314)
Gross profit		2,340	2,111	2,126	2,081
Operating expenses					
Sales	22.2	(742)	(668)	(744)	(669)
Allowance for credit loss		(14)	2	(6)	2
General and administrative	22.3	(359)	(224)	(206)	(199)
Tax		(34)	(35)	(34)	(35)
Other net income (expenses)	22.4	314	443	304	443
		(835)	(482)	(686)	(458)
Net income before finance income / (expense), results in equity-accounted investments, and income tax		1,505	1,629	1,440	1,623
Finance income, net	23				
Expenses		(716)	(316)	(464)	(322)
Income		313	189	234	186
Foreign exchange and inflation indexation, net		(268)	(207)	142	(205)
		(671)	(334)	(88)	(341)
Results in equity-accounted investments	10	29	(71)	(470)	(58)
Income before tax		863	1,224	882	1,224
Income tax and social contribution	17.3				
Current		(189)	(451)	(148)	(444)
Deferred		(73)	16	(119)	9
		(262)	(435)	(267)	(435)
Net income for the period		601	789	615	789
Interest attributable to controlling shareholders		615	789	615	789
Interest attributable to noncontrolling shareholders		(14)	-	-	-
Basic result per share - R\$	20.4	0.5518	0.7045	0.5518	0.7045
Diluted result per share - R\$	20.4	0.5498	0.7025	0.5498	0.7025

See the accompanying notes to the interim financial statements.

Vibra Energia S.A.

Statements of other comprehensive income

Periods ended March 31, 2025 and 2024

(In millions of Reais)

	Consolidated		Parent Company	
	Three-month period ended March 31,		Three-month period ended March 31,	
	2025	2024	2025	2024
Profit for the period	601	789	615	789
Other comprehensive income				
Items that may be reclassified to profit or loss				
Translation adjustments	(29)	8	(29)	8
Unrealized income in financial instruments	4	-	4	-
Comprehensive income for the period	576	797	590	797
Interest attributable to controlling shareholders	590	797	590	797
Interest attributable to noncontrolling shareholders	(14)	-	-	-

See the accompanying notes to the interim financial statements.

Vibra Energia S.A.

Statements of changes in equity

Periods ended March 31, 2025 and 2024

(In millions of Reais)

	Consolidated												Parent Company
	Share capital subscribed and paid in	Capital reserves / Capital Transactions and Options Awarded	Treasury stock	Revenue reserves						Asset and liability valuation adjustments	Non-controlling interests	Total equity	Total equity
				Tax incentives	Legal	Statutory	Retention reserves	Additional dividends proposed	Retained earnings				
At December 31, 2023	7,579	59	(1,150)	195	361	270	9,403	404	-	(1,390)	-	15,731	15,731
Options awarded	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7
Resulting capital transaction	-	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	21
Translation adjustments	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	8	8
Net income for the period	-	-	-	-	-	-	-	-	789	-	-	789	789
At March 31, 2024	7,579	87	(1,150)	195	361	270	9,403	404	789	(1,382)	-	16,556	16,556
At December 31, 2024	10,034	92	(105)	195	319	-	10,932	33	-	(1,115)	-	20,385	20,385
Business combinations	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	490	490	-
Options awarded	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	12
Acquisition / Sale of equity interest	-	(110)	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)	(139)	(110)
Resulting capital transaction	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	30
Translation adjustments	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)	-	(29)	(29)
Net income for the period	-	-	-	-	-	-	-	-	615	-	(14)	601	615
Unrealized gains or losses in financial instruments	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4	4
Interest on shareholders' equity	-	-	-	-	-	-	-	-	(350)	-	-	(350)	(350)
At March 31, 2025	10,034	24	(105)	195	319	-	10,932	33	265	(1,140)	447	21,004	20,557

See the accompanying notes to the interim financial statements.

Vibra Energia S.A.

Statements of cash flows

Periods ended March 31, 2025 and 2024

(In millions of Reais)

	Note	Consolidated		Parent Company	
		Three-month period ended		Three-month period ended	
		March 31,		March 31,	
		2025	2024	2025	2024
Cash flows from operating activities					
Net income for the period		601	789	615	789
Adjustments to:					
Income tax and social contribution	17.3	262	435	267	435
Depreciation and amortization	22	242	143	131	139
Income on the sale/derecognition of assets		(40)	(57)	(37)	(57)
Expected credit losses, net of reversal	7	29	15	21	15
Earnings on material interests		(29)	71	470	58
Appropriation / derecognition of early bonuses awarded to customers	9	171	176	169	176
Appropriation of insurance, rent and other		38	23	31	21
Net monetary and exchange variance		(19)	443	(263)	442
Profit or loss fair value, financial instruments derivatives		903	20	470	23
Expenses on pension and health plans	19	27	33	27	33
Provision for judicial and administrative proceedings, net of reversal	25.1	58	(28)	57	(28)
Provision for decarbonization credits (CBIOS)		146	255	146	255
ICMS credits - End of permanent status "Tax Substitution"		3	(3)	3	(3)
PIS/COFINS credit	17	(398)	(535)	(398)	(535)
Provision for tax recovery loss		-	5	-	5
Provision for bonuses and incentives		72	33	51	33
Other adjustments		-	(69)	(6)	(70)
Decrease (increase) in assets and increase (decrease) in liabilities					
Trade and other receivables		(497)	60	(464)	220
Inventories		(432)	(1,153)	(383)	(1,019)
Advanced bonuses awarded to clients	9	(132)	(35)	(130)	(35)
Prepaid expenses		(55)	(21)	(47)	(18)
Judicial Deposits		(13)	(13)	(13)	(13)
Acquisition for decarbonization credits (CBIOS)		(165)	(293)	(165)	(293)
Trade accounts payable		305	(113)	228	(352)
Income and social contribution taxes paid		(29)	(10)	-	-
Taxes, fees and contributions		37	(65)	109	(64)
Pension and health plan		(72)	(74)	(72)	(74)
Payment of bonuses and incentives		(218)	(128)	(169)	(128)
Payments of legal proceedings		(12)	(52)	(12)	(52)
Customer advances		142	3	139	5
Advances to suppliers		12	(108)	(58)	(108)
Other assets and liabilities, net		8	23	38	24
Net cash provided (used) by operations		945	(230)	755	(176)
Investment activities					
Disbursements on acquisitions of PP&E and intangible assets		(458)	(155)	(290)	(150)
Disbursements on acquisitions/additions of equity interests		(191)	(5)	(5,694)	(168)
Receipt from the sale of assets		122	204	122	179
Investments in securities		35	(6)	-	-
Dividends received		6	-	12	15
Receipt of loans granted		22	-	-	-
Loans granted		(103)	(10)	(7)	(10)
Acquisition of subsidiary, net of cash acquired in consolidated	2.3	(2,812)	-	-	-
Net cash provided (used) in investment activities		(3,379)	28	(5,857)	(134)
Financing activities					
Financing					
Additions	15.1	1,446	149	1,444	-
Amortization of principal	15.1	(3,371)	(343)	(2,086)	(246)
Amortization of interest	15.1	(179)	(173)	(110)	(168)
Dividends and interest on shareholders' equity paid	20.3	(478)	(441)	(478)	(441)
Leases					
Payments of principal	16.2	(22)	(25)	(121)	(125)
Interest payments	16.2	(10)	(16)	(9)	(17)
Deposits and restricted investments	6	(61)	-	-	-
Redemption of deposits and restricted investments	6	12	-	-	-
Swap agreements indexed to loans					
Payments of contract adjustments		(134)	(172)	(128)	(172)
Receipts of contract adjustments		293	11	293	11
Net cash (used) in financing activities		(2,504)	(1,010)	(1,195)	(1,158)
Exchange variance effect on cash and cash equivalents		(69)	22	-	-
Net change in cash and cash equivalents in the period		(5,007)	(1,190)	(6,297)	(1,468)
Cash and cash equivalents at beginning of period		10,480	6,666	9,316	6,157
Cash and cash equivalents at end of period		5,473	5,476	3,019	4,689

See the accompanying notes to the interim financial statements.

Vibra Energia S.A.

Statements of added value

Periods ended March 31, 2025 and 2024

(In millions of Reais)

	Note	Consolidated		Parent Company	
		Three-month period ended March 31,		Three-month period ended March 31,	
		2025	2024	2025	2024
Revenue					
Sales of products and services and other revenues		46,738	41,513	44,462	41,307
Expected credit losses, net of reversal	7	(29)	(15)	(21)	(15)
Mark-to-market of derivative financial instrument		(47)	-	-	-
Revenue relating to construction of assets for use		240	133	239	133
		46,902	41,631	44,680	41,425
Inputs acquired from third parties					
Cost of goods, products and services sold		42,484	37,438	40,729	37,264
Materials, energy, third-party services and others		1,089	964	1,055	956
Tax credits on consumables acquired		1,208	1,144	1,208	1,144
		44,781	39,546	42,992	39,364
Gross value added		2,121	2,085	1,688	2,061
Retentions					
Depreciation and amortization	22	242	143	131	139
Added value produced by the Company		1,879	1,942	1,557	1,922
Transferred added value					
Equity earnings	10	29	(71)	(469)	(58)
Financial revenue - includes monetary and exchange variance		540	215	465	211
Rental and royalties	22	115	113	115	113
		684	257	111	266
Added value to be distributed		2,563	2,199	1,668	2,188
Personnel and management					
Direct compensation					
Salaries		168	146	144	137
Performance bonus and others incentives		62	34	50	34
		230	180	194	171
Benefits					
Advantages		34	25	29	25
Retirement and pension plan		34	39	34	39
Health care plan		20	13	17	13
		88	77	80	77
FGTS		21	14	18	14
		339	271	292	262
Taxes					
Federal		172	(62)	13	(61)
State		156	565	128	564
Municipal		14	22	9	22
International		-	5	-	-
		342	530	150	525
Financial institution and trade payables					
Interest, monetary and exchange variance		1,217	549	554	552
Commercial rental / leases		64	60	57	60
		1,281	609	611	612
Shareholders					
Interest on shareholders' equity payable		350	-	350	-
Non-controlling interests		(14)	-	-	-
Retained earnings		265	789	265	789
		601	789	615	789
Added value distributed		2,563	2,199	1,668	2,188

See the accompanying notes to the interim financial statements.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

1 General considerations

1.1 Reporting entity

Vibra Energia S.A. is a publicly-traded corporation whose shares are traded on the Novo Mercado segment of B3 S.A. – Brasil founded on November 12, 1971.

Vibra Energia S.A.'s core activities are the distribution, transportation, trading, processing and manufacturing of oil-based products and other fuels, the production, transportation, distribution and trading of all energy forms, chemical products, the provision of related services and the importing and exporting of items related to said products and activities. The company's head office is located in Rio de Janeiro, Rio de Janeiro state.

2 Basis of preparation and presentation of the interim financial statements

The individual and consolidated interim financial statements have been prepared in accordance with the accounting practices adopted in Brazil for interim statements (Technical Pronouncement - CPC 21 (R1) - Interim Financial Reporting) and IAS 34 - Interim Financial Reporting issued by the International Accounting Standards Board (IASB).

These interim financial statements are being presented with the material changes made in the period, without repeating certain notes disclosed previously. These interim financial statements should therefore be read in conjunction with the Company's annual financial statements for the financial year ended December 31, 2024, which include the full set of notes.

The Company's Board of Directors approved the disclosure of these interim financial statements at a meeting held on May 06, 2025.

2.1 Statement of added value

Brazilian corporate legislation requires listed companies prepare Statements of Added Value - DVAs and disclose them as an integral part of their financial reporting package. These statements have been prepared in accordance with CPC 09 – Statement of Added Value, as approved by CVM Resolution 557/08. This statement is not a requirement under IFRS and is therefore being presented as further information.

This statement aims to present information about the wealth created by the Company and the way in which this wealth was distributed.

2.2 Basis of measurement

The interim individual and consolidated financial statements have been prepared on the historical cost basis, except for financial statements at fair value through profit or loss and the defined-benefit actuarial liability, recognized as the present value of the obligations less the fair value of the plan's assets.

Notes to the interim financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***2.3 Business combinations****Comerc Energia S.A.**

On August 21, 2024, the Company signed an agreement to accelerate the acquisition of the remaining 50% of Comerc Energia S.A., with Perfin Infra and other Comerc shareholders. This transaction was valued at R\$ 3.52 billion as of July 01, 2024, and is subject to restatement based on the CDI rate until the settlement date.

In this transaction, Comerc was appraised at R\$ 7.05 billion. Importantly, the acquisition cost was below the R\$ 9.34 billion cap previously approved at Vibra's Extraordinary General Meeting on August 11, 2022, thereby eliminating the need for a new meeting to authorize this acquisition.

As part of the transaction, the Company acquired 181,514,631 common shares issued by Comerc, representing approximately 50% of its voting and total share capital. These shares were purchased from Mr. Cristopher Alexander Vlavianos, the Perfin Infra Funds, and the Original Noncontrolling Shareholders, as defined and qualified in Comerc's Shareholders' Agreement signed on February 25, 2022.

Following the completion of the transaction on January 16, 2025, the Company now holds 358,309,951 common shares of Comerc, representing approximately 98.70% of its voting and total share capital, thereby consolidating control.

The total acquisition price paid by the Company was R\$ 3,732 ("Acquisition Price"), equivalent to R\$ 20.56 per Comerc share. A portion of this amount was retained as a contractual guarantee.

Comerc is a holding company engaged in the marketing and management of energy to free consumers, generators and small distribution companies, energy efficiency solutions, batteries and technology and information platforms, and is one of the leading energy traders in Brazil.

The acquisition of Comerc is aligned around Vibra's strategic planning and will enable complementary capabilities to be uploaded to a seamless energy platform.

See below the amounts involved in gaining control of Comerc Energia S.A.:

Amount paid in cash	3,641
Amount withheld payable	91
Acquisition price	3,732
Non-controlling interests at fair value (*)	329
Fair value of pre-existing interest held by Vibra	3,634
(-) Fair value of identifiable net assets acquired	(4,859)
Goodwill based on future earnings attributable to Vibra	2,836

(*) Based on proportional interest in the recognized assets and liabilities.

The goodwill arises from Comerc's experience and recognition in energy management and energy efficiency in Brazil, and from an integrated ecosystem that encompasses various assets in the energy segment.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

The total of the acquired assets and assumed liabilities in Vibra's consolidated statement is demonstrated as follows:

	<u>Fair Value</u>
Cash and cash equivalents	829
Cash and restricted investments	125
Trade receivables	677
Derivative financial instruments	3,657
Taxes and contributions recoverable	58
Related parties	419
Dividends receivable	8
Sale of equity interest	149
Inventory	4
Concession assets	31
Deferred taxes and contributions	41
Other assets	61
Investments	1,551
Property, plant and equipment	7,605
Intangible assets	782
Trade payables	(451)
Loans and borrowings	(7,200)
Payroll and labor obligations	(104)
Income taxes and contributions payable	(22)
Other taxes payable	(42)
Customer advances	(25)
Related parties	(25)
Derivative financial instruments	(2,590)
Lease liability	(208)
Provision for judicial and administrative litigation	(14)
Deferred taxes and contributions	(262)
Provision for devaluation of investments	(4)
Provision for retirement	(19)
Granted share call options	(134)
Other liabilities	(38)
Total fair value of identifiable assets	4,859

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

The valuation techniques used for measuring the fair value of main assets acquired were:

Assets acquired	Valuation technique
Investment	The Discounted Cash Flow (DCF) method was used for investments that are already in operation and have updated cash flow projection estimates. DCF calculates the present value of expected future cash flows by discounting them at an appropriate rate. For the other investments, the Equity Valuation method was adopted, which is based on the carrying amount of the investment recorded in the statement of financial position.
Intangible Assets (Authorization rights, Access opinions, and Customer list)	To calculate the value of the intangible assets — authorization rights, customer lists, and access opinions — the Multi-Period Excess Earnings Method (MPEEM) was used. This is an application of the Discounted Cash Flow (DCF) method to calculate the value of intangible assets from a stand-alone perspective, consisting of the present value estimate of after-tax cash flows, net of contributory asset charges (CAC). CAC consists of the remuneration of the company's other assets, which are necessary to generate the cash flows.
Property, plant and equipment	An asset's valuation is based on restating the historical acquisition cost and/or the replacement cost as new, including direct and indirect expenses, followed by the application of depreciation based on the relationship between the specific useful life and the age of the asset being evaluated.

VB0224 Participações Ltda.

On December 27, 2024, VB0224 Participações, a subsidiary of Vibra Energia, acquired the entire control (100%) of VSA Participações Ltda. and Cedro Serviços e Participações Empresariais Ltda., which operate in the Fuel Reseller Transporters (TRR) segment through their operational subsidiaries.

In the period ended March 31, 2025, the preliminary assessment of the goodwill, which had been disclosed in Note 10.6 to the financial statements as of December 31, 2024, was completed. The final amounts are shown below:

Amount paid in cash	120
Amount withheld payable	75
Acquisition price	195
(-) Fair value of identifiable net assets acquired	(142)
Goodwill based on future profits	53

The goodwill arises from the expected synergies in the integration of the businesses of companies operating in the Fuel Retail Reseller Transporters (TRR) segment.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

The total of the acquired assets and assumed liabilities is demonstrated below:

	Fair Value
Cash and cash equivalents	6
Trade receivables	83
Taxes and contributions recoverable	7
Inventory	6
Other assets	4
Property, plant and equipment	67
Intangible assets	79
Trade payables	(18)
Loans and borrowings	(37)
Leases	(37)
Salaries and charges	(5)
Income taxes and contributions payable	(1)
Other liabilities	(12)
Total fair value of identifiable assets	142

3 Use of estimates and judgments

In preparing these interim financial statements, management has made judgments, estimates and assumptions that affect the application of the accounting policies and the reported amounts of assets, liabilities, revenue and expenses. Actual results may differ from these estimates.

Significant judgments made by management in the application of the accounting policies and the main sources of estimate uncertainties were the same as those applied and disclosed in note 3 to the consolidated financial statements for the financial year ended December 31, 2024.

4 Material accounting policies

The accounting practices and calculation methods adopted in the preparation of these interim financial statements are the same as those used in the preparation of the Company's annual financial statements for the year ended December 31, 2024.

5 Cash and cash equivalents

	Consolidated		Parent Company	
	3/31/2025	12/31/2024	3/31/2025	12/31/2024
Cash and bank deposits	1,401	1,309	383	399
Short-term investments				
Domestic	3,639	8,931	2,203	8,677
Foreign	433	240	433	240
Total	5,473	10,480	3,019	9,316

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

The short-term investments consist of (i) Certificates of Bank Deposit (CDB) and reverse repurchase agreements issued by tier-one banks and (ii) domestic investment funds whose funds are invested primarily in reverse repurchase agreements indexed to Brazilian federal public securities. All investments have immediate liquidity. Vibra Energia's overseas short-term investments consist of overnight funds.

6 Cash and restricted investments

Some of the Company's subsidiaries (both direct and indirect) hold bank accounts and/or financial investments whose balances were restricted as of March 31, 2025. The financial funds are temporarily restricted and their use is conditional on the fulfillment of contractual obligations, being held in accordance with the terms defined in their respective financing agreements. In certain cases, the amounts may earn returns, mostly based on the Interbank Deposit Certificate ("CDI"), in compliance with the contractual terms.

As of March 31, 2025, the balances recognized as Cash and restricted investments amount to R\$ 178 (R\$ 70 in current assets and R\$ 108 in noncurrent assets).

7 Net accounts receivable

	Consolidated		Parent Company	
	3/31/2025	12/31/2024	3/31/2025	12/31/2024
Related parties (note 29)	8	-	714	699
Third parties	9,347	8,044	8,249	7,818
Total accounts receivable (note 7.1)	9,355	8,044	8,963	8,517
Client contract receivables	7,939	6,713	7,012	6,501
Other accounts receivable	1,416	1,331	1,951	2,016
Financing receivable	1,265	1,329	1,422	1,486
Advances	-	-	528	528
Other	151	2	1	2
Allowance for credit losses				
Third parties	(2,274)	(2,248)	(2,243)	(2,237)
Total allowance for credit losses	(2,274)	(2,248)	(2,243)	(2,237)
Net accounts receivable	7,081	5,796	6,720	6,280
Net accounts receivable (current)	6,121	4,953	5,753	5,295
Net trade receivables (noncurrent)	960	843	967	985

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

	Consolidated		Parent Company	
	Three-month period ended March 31,		Three-month period ended March 31,	
	2025	2024	2025	2024
Change in allowance for credit losses				
Opening balance	(2,248)	(2,358)	(2,237)	(2,350)
Net (Additions)/Reversals	(29)	(15)	(21)	(15)
Write-offs	15	17	15	17
Business combinations	(12)	-	-	-
Closing Balance	(2,274)	(2,356)	(2,243)	(2,348)
Allowance for credit losses (current)	(2,227)	(2,309)	(2,196)	(2,301)
Allowance for credit losses (noncurrent)	(47)	(47)	(47)	(47)

The Company has R\$ 2,049 in trade receivables undergoing judicial collection in the consolidated statement and parent company statement (R\$ 2,032 in the consolidated statement and parent company statement as of December 31, 2024). The company reduces to zero the expectation of recovering all its receivables under judicial collection.

7.1 Breakdown of the accounts receivable balances – past due and not yet due

	Consolidated					
	3/31/2025			12/31/2024		
	Gross accounts receivable	Allowance for credit loss	Accounts receivable net	Gross accounts receivable	Allowance for credit loss	Accounts receivable net
Overdue by						
Up to 3 months	192	(45)	147	99	(6)	93
3 to 6 months	63	(19)	44	25	(14)	11
6 to 12 months	59	(17)	42	102	(17)	85
Over 12 months	2,289	(2,146)	143	2,234	(2,143)	91
Total	2,603	(2,227)	376	2,460	(2,180)	280
Neither past due nor impaired	6,752	(47)	6,705	5,584	(68)	5,516
Total	9,355	(2,274)	7,081	8,044	(2,248)	5,796

	Parent Company					
	3/31/2025			12/31/2024		
	Gross accounts receivable	Allowance for credit loss	Accounts receivable net	Gross accounts receivable	Allowance for credit loss	Accounts receivable net
Overdue by						
Up to 3 months	173	(44)	129	96	(6)	90
3 to 6 months	59	(17)	42	23	(13)	10
6 to 12 months	53	(13)	40	98	(15)	83
Over 12 months	2,264	(2,122)	142	2,228	(2,137)	91
Total	2,549	(2,196)	353	2,445	(2,171)	274
Neither past due nor impaired	6,414	(47)	6,367	6,072	(66)	6,006
Total	8,963	(2,243)	6,720	8,517	(2,237)	6,280

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

8 Inventory

	Consolidated		Parent Company	
	3/31/2025	12/31/2024	3/31/2025	12/31/2024
Products for sale				
Petroleum derivatives				
Gasoline	1,282	1,161	1,293	1,159
Diesel fuel	2,300	2,187	2,235	2,189
Fuel oil	176	178	176	178
Aviation fuel	523	426	523	426
Lubricant	419	424	419	424
Other	21	30	21	30
Biofuels (*)	1,208	1,040	1,208	1,040
	5,929	5,446	5,875	5,446
Products in transit (**)	363	363	363	363
Other products	254	300	247	293
Total	6,546	6,109	6,485	6,102

(*) comprises the balances of ethanol and biodiesel inventory.

(**) Includes imports in transit.

It was assessed and there was no need to recognize any provision for inventory impairment from January to March 2025 nor from January to December 2024.

Guarantees

The Company had inventory submitted as judicial bonds of R\$ 187 as of March 31, 2025 and R\$ 196 as of December 31, 2024.

9 Advanced bonuses awarded to clients

Consolidated								
12/31/2023	Additions	Write-off / appropriation	Renegotiation	Transfers	12/31/2024	Additions	Write-off / appropriation	3/31/2025
1,926	298	(696)	(218)	7	1,317	132	(171)	1,278
Current					486			
Nocurrent					831			

Parent Company							
12/31/2023	Additions	Write-off / appropriation	Renegotiation	12/31/2024	Additions	Write-off / appropriation	3/31/2025
1,926	286	(693)	(218)	1,301	130	(169)	1,262
Current				470			
Nocurrent				831			

Early bonuses awarded to clients are subject to terms and targets to be performed, especially the consumption of volumes established in supply contracts (note 21). All litigated bonus contracts with an amortizable balance are fully provisioned for.

Notes to the interim financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***10 Direct investments****10.1 Changes in the capital expenditure in subsidiaries and joint subsidiaries**

	Parent Company								Participation in total capital %
	12/31/2024	Business combinations (a)	Additions	Equity earnings (b)	Translation adjustments	Equity income (c)	Transactions with NCI (d)	3.31.2025	
Subsidiaries									
FII	171	-	-	9	-	-	-	180	99.01%
Vibra Trading BV	386	-	-	(10)	(29)	-	-	347	100.00%
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda.	222	-	-	14	-	-	-	236	100.00%
Vibra Ventures	43	-	1	(1)	-	-	-	43	100.00%
VBBR Conveniência	684	-	-	3	-	-	-	687	100.00%
VB0224 Participações	207	-	-	2	-	-	-	209	100.00%
Comerc Energia	3,635	3,732	1,900	(514)	-	30	41	8,824	100.00%
	5,348	3,732	1,901	(497)	(29)	30	41	10,526	
Joint ventures									
Evolua	237	-	-	29	-	4	-	270	49.99%
Other ventures (e)	49	-	-	(2)	-	-	-	47	33.33%
	286	-	-	27	-	4	-	317	
Total	5,634	3,732	1,901	(470)	(29)	34	41	10,843	

(a) Acquisition of control by increasing the ownership interest from 48.7% to 98.7%.

(b) Includes amortization of appreciation/devaluation.

(c) These are capital transactions that took place at Comerc and were recorded under capital reserves.

(d) This denotes changes in Vibra's ownership interest in Comerc, without any change in control.

(e) This entails the SPEs Navegantes Logística Portuária S.A., Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. and Nordeste Logística III S.A.

Vibra Energia S.A.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

	Parent Company									
	12.31.2023	Additions	Equity income	Dividends	Amortization of asset appreciation	Translation adjustments	Equity income	Impairment	12/31/2024	Participation in total capital %
Subsidiaries										
FII	145	-	62	(36)	-	-	-	-	171	99.01%
Vibra Trading BV	189	98	17	-	-	82	-	-	386	100.00%
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda.	-	225	(3)	-	-	-	-	-	222	100.00%
Vibra Ventures	23	14	6	-	-	-	-	-	43	100.00%
VBBR Conveniência	649	21	21	(4)	(3)	-	-	-	684	100.00%
VB0224 Participações	-	207	-	-	-	-	-	-	207	100.00%
	1,006	565	103	(40)	(3)	82	-	-	1,713	
Joint ventures										
Comerc	3,913	-	61	-	(14)	-	18	(343)	3,635	48.70%
Evolua	166	-	71	-	-	-	-	-	237	49.99%
Zeg Biogás e Energia	356	18	(7)	-	(5)	-	-	(362)	-	50.00%
Other ventures	55	-	(6)	-	-	-	-	-	49	33.33%
	4,490	18	119	-	(19)	-	18	(705)	3,921	
Total	5,496	583	222	(40)	(22)	82	18	(705)	5,634	

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Capital increase at Comerc

On January 17, 2025 the extraordinary general meeting held by Comerc Energia S.A. ("Comerc") approved Comerc's share capital increase of R\$ 1.5 billion, via the issuance of 161,985,792 common shares by Comerc, all of which were subscribed and paid in by the Company. As part of the capital increase, the Company acquired 520,295,743 common shares issued by Comerc, representing 99.10% of its voting and total share capital.

On March 14, 2025, the Company acquired the remaining Comerc shares held by the other Vibra block shareholders, thus reaching 100% ownership of Comerc's total and voting capital. After acquiring control, the Company made an additional contribution of R\$ 400.

ZEG Biogás Divestment Agreement

In the period ended March 31, 2025, the Company entered into an agreement to divest from ZEG Biogás e Energia S.A. ("ZEG"). The conclusion of the transaction was approved by the antitrust regulator – CADE in April 2025 (note 31).

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

11 Property, plant and equipment

Consolidated						
Cost of property, plant and equipment	Land	Buildings and Improvements	Equipment and Other Assets	Assets under Construction	Rights of use (a)	Total
Balance as of December 31, 2023	416	3,826	5,869	1,452	1,305	12,868
Additions	15	141	154	541	122	973
Write-offs	(40)	(88)	(185)	(1)	(657)	(971)
Inter-class transfers	-	38	154	(192)	-	-
Transfers - Advances to suppliers	-	-	9	-	-	9
Business combinations	1	-	50	-	-	51
Balance as of December 31, 2024	392	3,917	6,051	1,800	770	12,930
Additions	-	-	35	309	67	411
Write-offs	(4)	(15)	(25)	(4)	(9)	(57)
Transfers (b)	-	-	32	(97)	57	(8)
Preliminary allocation of fair value adjustments from business combination (c)	3	2	38	-	-	43
Capitalized interest	-	-	-	6	-	6
Business combinations	4	379	7,226	392	231	8,232
Balance as of March 31, 2025	395	4,283	13,357	2,406	1,116	21,557
Accumulated depreciation						
Balance as of December 31, 2023	-	(1,751)	(3,654)	-	(509)	(5,914)
Depreciation	-	(138)	(221)	-	(105)	(464)
Write-offs	-	47	145	-	268	460
Business combinations	-	-	(28)	-	-	(28)
Balance as of December 31, 2024	-	(1,842)	(3,758)	-	(346)	(5,946)
Depreciation	-	(39)	(141)	-	(26)	(206)
Write-offs	-	10	23	-	6	39
Business combinations	-	(31)	(560)	-	(37)	(628)
Balance as of March 31, 2025	-	(1,902)	(4,436)	-	(403)	(6,741)
Balance of property, plant and equipment						
At December 31, 2024	392	2,075	2,293	1,800	424	6,984
At March 31, 2025	395	2,381	8,921	2,406	713	14,816

Estimated useful life

Unlimited

1 to 60 years

01 to 40 years

-

01 to 32 years

(a) See details of the right-of-use assets in note 16.

(b) It includes a present value adjustment of R\$ 12 related to the lease grant.

(c) This denotes the allocation of the final appraisal report for the business combination involving VB0224 Participações, which took place in 2024 (note 2.3). At the time of the preliminary report, the amount paid in excess of the carrying amount of the net assets was allocated as goodwill. As of March 31, 2025 and following the issuance of the final report, the amounts are being transferred to the respective assets that generated the fair value adjustments.

Vibra Energia S.A.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Cost of property, plant and equipment	Parent Company					Total
	Land	Buildings and Improvements	Equipment and Other Assets	Assets under Construction	Rights of use (a)	
Balance as of December 31, 2023	413	3,499	5,863	752	1,728	12,255
Additions	15	139	147	541	120	962
Write-offs	(40)	(87)	(185)	(1)	(658)	(971)
Inter-class transfers	-	38	154	(192)	-	-
Remeasurement of right-of-use and leases	-	-	-	-	(13)	(13)
Balance as of December 31, 2024	388	3,589	5,979	1,100	1,177	12,233
Additions	-	-	35	162	57	254
Write-offs	(4)	(14)	(26)	-	(11)	(55)
Transfers (b)	-	1	7	(73)	53	(12)
Balance as of March 31, 2025	384	3,576	5,995	1,189	1,276	12,420
Accumulated depreciation						
Balance as of December 31, 2023	-	(1,685)	(3,653)	-	(623)	(5,961)
Depreciation	-	(132)	(220)	-	(118)	(470)
Write-offs	-	47	146	-	267	460
Balance as of December 31, 2024	-	(1,770)	(3,727)	-	(474)	(5,971)
Depreciation	-	(34)	(55)	-	(25)	(114)
Write-offs	-	9	23	-	8	40
Balance as of March 31, 2025	-	(1,795)	(3,759)	-	(491)	(6,045)
Balance of property, plant and equipment						
At December 31, 2024	388	1,819	2,252	1,100	703	6,262
At March 31, 2025	384	1,781	2,236	1,189	785	6,375

Estimated useful life Unlimited 01 to 60 years 02 to 30 years - 01 to 60 years

(a) See details of the right-of-use assets in note 16.

(b) It includes a present value adjustment of R\$ 12 related to the lease grant.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

12 Intangible assets

Consolidated							
Cost of intangible assets	Rights and Concessions (*)	Trademarks	Customer relations and authorization right	Decarbonization credits	Softwares (a)	Goodwill	Total
Balance as of December 31, 2023	437	79	-	35	1,110	-	1,661
Additions (b)	3	-	-	851	293	-	1,147
Transfers	(8)	-	-	-	-	-	(8)
CBIOS retirement	-	-	-	(885)	-	-	(885)
Business combinations	41	-	-	-	1	132	174
Balance as of December 31, 2024	473	79	-	1	1,404	132	2,089
Additions (b)	17	-	-	165	81	-	263
Preliminary allocation of fair value adjustments from business combination (c)	-	-	41	-	-	(80)	(39)
Transfers	(7)	-	-	-	7	-	-
Capital transaction	-	-	-	-	-	(3)	(3)
CBIOS retirement	-	-	-	(165)	-	-	(165)
Business combinations	37	-	771	-	87	3,042	3,937
Balance as of March 31, 2025	520	79	812	1	1,579	3,091	6,082
Accumulated amortization							
Balance as of December 31, 2023	(31)	(3)	-	-	(516)	-	(550)
Amortization	(15)	(3)	-	-	(72)	-	(90)
Transfers	1	-	-	-	-	-	1
Business combinations	(2)	-	-	-	(1)	-	(3)
Balance as of December 31, 2024	(47)	(6)	-	-	(589)	-	(642)
Amortization	(4)	-	(9)	-	(23)	-	(36)
Business combinations	-	-	(82)	-	(31)	-	(113)
Balance as of March 31, 2025	(51)	(6)	(91)	-	(643)	-	(791)
Balance of intangible assets							
At December 31, 2024	426	73	-	1	815	132	1,447
At March 31, 2025	469	73	721	1	936	3,091	5,291
Estimated useful life	5 to 31 years	30 years	25 years	Undefined	5 to 9 years		

(*) includes contracts of suppliers and franchisees, among others.

- (a) The outstanding balance of software under development as of March 31, 2025 is R\$ 558 (R\$ 406 as of December 31, 2024).
- (b) R\$ 78 of the total software additions of R\$ 81 (R\$ 293 at December 31, 2024) was developed in-house (R\$ 199 at December 31, 2024).
- (c) This denotes the allocation of the final appraisal report for the business combination involving VB0224 Participações, which took place in 2024 (note 2.3). At the time of the preliminary report, the amount paid in excess of the carrying amount of the net assets was allocated as goodwill. As of March 31, 2025 and following the issuance of the final report, the amounts are being transferred to the respective assets that generated the fair value adjustments.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Cost of intangible assets	Parent Company			
	Rights and Concessions	Decarbonization credits	Softwares (a)	Total
Balance as of December 31, 2023	17	35	1,089	1,141
Additions (b)	-	851	265	1,116
CBIOS retirement	-	(885)	-	(885)
Balance as of December 31, 2024	17	1	1,354	1,372
Additions (b)	-	165	77	242
CBIOS retirement	-	(165)	-	(165)
Balance as of March 31, 2025	17	1	1,431	1,449
Accumulated amortization				
Balance as of December 31, 2023	(8)	-	(513)	(521)
Amortization	(1)	-	(66)	(67)
Balance as of December 31, 2024	(9)	-	(579)	(588)
Amortization	(1)	-	(16)	(17)
Balance as of March 31, 2025	(10)	-	(595)	(605)
Balance of intangible assets				
At December 31, 2024	8	1	775	784
At March 31, 2025	7	1	836	844
Estimated useful life	10 to 13 years	Undefined	9 years	

(a) The Company has a balance of software under development of R\$ 483 (R\$ 406 as of December 31, 2024).

(b) R\$ 77 of the total software additions of R\$ 77 (R\$ 265 at December 31, 2024) was developed in-house (R\$ 199 at December 31, 2024).

13 Trade payables

	Consolidated		Parent Company	
	3/31/2025	12/31/2024	3/31/2025	12/31/2024
Trade accounts payable				
Domestic market	2,642	2,326	2,250	2,328
Foreign market	277	106	144	99
Total	2,919	2,432	2,394	2,427

14 Financing of product supply

The Company has partnerships with financial institutions to factor payments regarding the acquisition of products from the supplier Petrobras. In these factoring operations, the bank pays the amounts owed by Vibra and Petrobras and the bank then receives payment from Vibra within the contracted 99 days. No additional guarantees are required for the transaction.

Amounts payable for product financing are recognized at the present value of the payment flows and subsequently measured at amortized cost using the effective interest method.

As of March 31, 2025, the amount recorded under Product Supply Financing is R\$267.

The Company reports the cash flows from these transactions as operating activities.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

15 Financing

Country (currency R\$)	Average nominal interest rate (a)	Consolidado				Controladora			
		3/31/2025		12/31/2024		3/31/2025		12/31/2024	
		Carrying amount	Fair value	Carrying amount	Fair value	Carrying amount	Fair value	Carrying amount	Fair value
Nonconvertible debentures									
Floating rate (CDI)	15.78%	9,886	10,126	8,052	8,198	8,320	8,512	8,052	8,198
Floating rate (IPCA)	13.26%	3,485	3,537	-	-	-	-	-	-
Fixed Rate	15.13%	998	1,004	-	-	998	1,004	-	-
Loans and borrowings									
Floating rate (IPCA)	11.14%	2,710	2,448	1,731	1,583	1,402	1,546	1,359	1,241
Floating rate (CDI)	16.04%	2,220	2,285	2,181	2,237	2,192	2,256	2,149	2,205
Floating rate (SELIC)	16.68%	11	12	-	-	-	-	-	-
Floating rate (TR-M)	10.20%	21	17	-	-	-	-	-	-
Fixed Rate	5.14%	27	21	5	5	-	-	-	-
Total domestic		19,358	19,450	11,969	12,023	12,912	13,318	11,560	11,644
Overseas (USD currency)									
Bank loans and financing									
Floating rate (SOFR)	6.14%	1,494	1,503	1,596	1,566	1,030	1,037	1,094	1,068
Fixed Rate	3.59%	4,832	4,722	6,884	6,588	4,742	4,631	6,884	6,588
Total overseas		6,326	6,225	8,480	8,154	5,772	5,668	7,978	7,656
Total loans and financing		25,684	25,675	20,449	20,177	18,684	18,986	19,538	19,300
Current		3,462		2,695		2,631		2,592	
Noncurrent		22,222		17,754		16,053		16,946	

(a) The rate as of March 31, 2025 was used to calculate contracts with floating rates. The debt rates as of 12/31/2024 are presented in note 14 to the financial statements as of December 31, 2024.

Costs incurred on borrowing were deducted from the balance of the corresponding liability and appropriated to profit or loss at the effective rate. R\$ 5 was appropriated to profit or loss on March 31, 2025 (R\$ 3 as of March 31, 2024). The balance to be appropriated in coming financial years is R\$ 101.

Notes to the interim financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***Principal changes occurring in the period****Business combinations**

On January 16, 2025, the Company acquired control of Comerc Energia S.A. The balance of loans and borrowings added to the consolidated statement of financial position as of March 31, 2025 was R\$ 6,220 (R\$ 7,200 of the balance acquired in the business combination – note 2.3).

Funds Raised

Funds Raised in the period							
Company	Bank	Product	Date	Currency	Principal (MLN)	Maturity	Cost
Vibra Energia S.A.	Bank of America Merrill Lynch	PPE	01/15/2025	USD	75	Jan/30	SOFR + 1.85% p.a.
Vibra Energia S.A.	9th Issuance - Single Series	Debentures	01/23/2025	BRL	1.000	Feb/33	CDI+ 1.05% p.a.

Prepayments

In line with the liability management strategy, Bank of America Loan 4131 was repaid early on January 08, 2025. At the same time, a new PPE financing was obtained from the same institution, for the same amount, ensuring the continuity of the planned financial structure.

Also within the context of liability management initiatives, two debts held by the subsidiary Comerc and the indirect subsidiary Várzea were repaid early, aiming to reduce debt costs and enhance financial synergies.

Company	Bank	Product	Currency	Principal (MLN)	Prepayment Date	Cost
Vibra Energia S.A.	Bank of America Merrill Lynch	Loan 4131	USD	75	01/08/2025	CDI + 1,64% p.a.
Comerc Energia S.A.	3rd Issuance - COMR13	Debentures	BRL	1.000	01/31/2025	CDI + 3,20% p.a.
Várzea Solar Participações S.A.	1st Issuance - VARZ11	Debentures	BRL	145	01/31/2025	CDI + 2,10% p.a.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

15.1 Movement

	Consolidated				Parent Company
	Banking Market	Capital Market (CRIs and Debentures)	Other Transactions	Total	Total
Domestic					
Opening balance at January 01, 2024	3,404	5,458	-	8,862	8,429
Borrowing	-	4,764	-	4,764	4,764
Amortization of principal	(1,200)	(602)	-	(1,802)	(1,704)
Amortization of interest	(397)	(663)	-	(1,060)	(1,060)
<u>Noncash changes</u>					
Provision for interest	342	726	-	1,068	1,068
Monetary variation income	-	100	-	100	63
Business combinations	37	-	-	37	-
Total domestic at December 31, 2024	2,186	9,783	-	11,969	11,560
Borrowing	2	985	-	987	985
Amortization of principal	(10)	(1,246)	(29)	(1,285)	-
Amortization of interest	(41)	(39)	(13)	(93)	(31)
<u>Noncash changes</u>					
Provision for interest	86	467	17	570	388
Monetary variation income	1	117	-	118	23
Business combinations	637	6,000	468	7,105	-
Transaction costs (*)	-	(13)	-	(13)	(13)
Total domestic at March 31, 2025	2,861	16,054	443	19,358	12,912
International					
Opening balance at January 01, 2024	5,908	-	-	5,908	5,662
Borrowing	1,161	-	-	1,161	1,012
Amortization of principal	(299)	-	-	(299)	(299)
Amortization of interest	(214)	-	-	(214)	(181)
<u>Noncash changes</u>					
Provision for interest	235	-	-	235	206
Exchange variance	1,579	-	-	1,579	1,578
Accumulated translation adjustments	110	-	-	110	-
Total international at December 31, 2024	8,480	-	-	8,480	7,978
Borrowing	459	-	-	459	459
Amortization of principal	(2,086)	-	-	(2,086)	(2,086)
Amortization of interest	(86)	-	-	(86)	(79)
<u>Noncash changes</u>					
Provision for interest	80	-	-	80	72
Exchange variance	(580)	-	-	(580)	(572)
Accumulated translation adjustments	(36)	-	-	(36)	-
Business combinations	95	-	-	95	-
Total International at March 31, 2025	6,326	-	-	6,326	5,772
Closing balance at March 31, 2025	9,187	16,054	443	25,684	18,684

(*) Arrangement cost reclassified in the period.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

15.2 Summarized information on financing maturities

	Consolidated								Parent Company
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032 onwards	Total
Domestic Financing:	1,833	531	2,033	2,459	2,668	2,891	2,754	4,189	19,358
International Financing:	382	1,607	2,180	1,055	958	144	-	-	6,326
Total as of March 31, 2025	2,215	2,138	4,213	3,514	3,626	3,035	2,754	4,189	25,684
Total as of December 31, 2024	3,005	1,753	3,184	3,340	3,112	1,732	4,323	1,401	20,449
									19,538

The fair values of domestic financing are determined by the cash flow method discounted by the interpolated spot DI X Fixed rates and the Company's credit risk (level 2). For foreign-currency financing, the fair values are determined by the discounted cash flow method at the interpolated spot rates and the Company's credit risk (level 2).

The financial instruments sensitivity analysis can be seen in note 28.

15.3 Credit facilities

See below the credit facilities secured from financial institutions and their outstanding balances:

Company	Financial Institution	Credit arrangement date	Maturity	Contracted amount	Amount used at 03/31/2025	Amount remaining
Nexway Comércio e Prestação de Serviços	BNDES	Dec-23	08/16/2025	75	49	26
Nexway Comércio e Prestação de Serviços	BNDES	Apr-24	01/31/2026	60	30	30

15.4 Covenants

Comerc Energia, Hélio Valgas and Bon Nome Solar Participações have debenture issuances with financial covenants, as shown below:

Company used in calculation	Disclosure	Periodicidade	Limite
Comerc Energia S.A. / Hélio Valgas	Net Debt / EBITDA	Quarterly ¹	5,25x
Hélio Valgas	ICSD ²	Yearly	1,20x
Bom Nome Solar Participações	ICSD ²	Six-monthly	1,05x

Note 1: 1st review in 1Q25 with a limit of 5.25x and starting from 1Q26, a limit of 4.75x.

Note 2: Debt service coverage ratio.

Vibra Energia S.A. (Parent Company) does not have debt contracts with financial covenants.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

The Company's consolidated debt is subject to non-financial covenants that must be met annually or quarterly, including, but not limited to: (i) presentation of the financial statements; (ii) not incurring protests for payables in previously determined amounts; (iii) not defaulting to any lender or any financial or credit institution, as per the agreed amounts; and other clauses (iv) comply with applicable regulations regarding anti-corruption, anti-terrorism, and socio-environmental laws; (v) not undertake unauthorized corporate restructurings or asset sales above the limits established in the contracts, among other clauses.

No non-compliance with financial and non-financial covenants was identified that could trigger early maturity of the Company's consolidated debt operations.

15.5 Escrow and secured deposits

The Company's debts at the parent company level do not have any real or personal guarantees.

The debts contracted by certain Company subsidiaries have real guarantees, such as bank guarantees, pledge of shares, assignment of receivables, fiduciary transfer of equipment, assignment of receivables, and restricted-use financial investments to fulfill obligations indexed to financing agreements (note 6).

As of March 31, 2025 the value of PP&E submitted as security was R\$ 5,218.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

16 Leases

16.1 Right-of-use assets – Movement by asset type

	Consolidated				Parent Company			
	Land	Buildings and Improvements	Equipment and other assets	Total	Land	Buildings and Improvements	Equipment and other assets	Total
Closing balance at December 31, 2023	406	381	9	796	458	636	11	1,105
Additions	118	1	3	122	118	1	1	120
Write-offs	(23)	(366)	-	(389)	(25)	(366)	-	(391)
Depreciation	(85)	(16)	(4)	(105)	(94)	(20)	(4)	(118)
Inter-class transfers	(1)	1	-	-	-	-	-	-
Remeasurement of right-of-use and leases	-	-	-	-	(13)	-	-	(13)
Closing balance at December 31, 2024	415	1	8	424	444	251	8	703
Additions	65	-	2	67	57	-	-	57
Write-offs	(2)	(1)	-	(3)	(2)	(1)	-	(3)
Depreciation	(23)	(1)	(2)	(26)	(23)	(1)	(1)	(25)
Transfers (a)	57	-	-	57	53	-	-	53
Business combinations	183	6	5	194	-	-	-	-
Closing balance at March 31, 2025	695	5	13	713	529	249	7	785
Contract term	01 to 32 years	01 to 10 years	01 to 20 years		01 to 30 years	1 to 60 years	1 to 20 years	

(a) It includes a present value adjustment of R\$ 12 related to the lease grant.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

16.2 Lease Liability – Movements and reconciliation against financing cash flows

	Consolidated		Parent Company	
	3/31/2025	3/31/2024	3/31/2025	3/31/2024
Adjusted opening balance	359	748	675	1,161
Payments of principal	(22)	(25)	(121)	(125)
Interest payments	(10)	(16)	(9)	(17)
<u>Noncash changes</u>				
Acquisitions of usage rights	124	23	90	12
Provision for interest	13	16	16	26
Monetary variation income	-	-	6	9
Write-offs	(1)	(1)	(1)	(1)
Business combinations	208	-	-	-
Transfers	(5)	-	-	-
Closing balance	666	745	656	1,065

16.3 Flow of payments

See below flows of lease payments:

	Consolidated Payments			Parent Company Payments
	Future value	Annual interest	Present value	Present value
Estimated commitments				
2025	129	(33)	96	68
2026	118	(60)	58	136
2027	90	(48)	42	61
2028	73	(45)	28	50
2029	66	(43)	23	43
2030 onwards	911	(492)	419	298
At March 31, 2025	1,387	(721)	666	656
Current			98	173
Noncurrent			568	483
At March 31, 2025			666	656
Current			80	183
Noncurrent			279	492
At December 31, 2024			359	675

The payment of variable portions of the leases and payment of the short-term leases not comprising the liabilities was recognized in profit or loss amounting to R\$ 56 and R\$ 1 (R\$ 59 and R\$ 1 as of March 31, 2024) respectively (consolidated and parent Company).

The Company is therefore also potentially exposed to future cash outlays in addition to variable payments of leases, primarily associated with changes in sales volumes. This flow is as follows:

Consolidated						
2025	2026	2027	2028	2029	2030 onwards	Total
120	186	139	132	127	478	1,182

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

16.4 Average nominal discount rates

Contractual term	Up to 5 years	5 to 10 years	10 to 15 years	15 to 20 years	20 to 25 years
Average discount rate (% p.a.)	9.26%	8.88%	9.46%	10.06%	10.54%

16.5 Official Circular CVM/SNC/SEP/n°2/2019

16.5.1 Presentation of leases, right of use and recoverable PIS/COFINS - CPC 06 and CVM Official Letter

	Consolidated					
	Lease Liability (*)	Right-of-use	Financial Expense	Depreciation	Consideration (**)	PIS/COFINS (**)
CPC 06 (R2) (a)	608	714	13	26	592	35
CVM Official Letter (b)	833	852	20	33	444	16

(a) Uninflated cash flow.

(b) Cash flow including future inflation projection.

(*) Denotes contracts impacted by the revision of IFRS16, i.e. contracts existing before the revision that were already classified as financial leases have not been included in this presentation.

(**) Lease payments can generate a right to PIS and COFINS credits, providing they meet the conditions established in the tax legislation.

17 Taxes

17.1 Taxes and contributions

	Consolidated (a)						
	Assets				Liabilities		
	3/31/2025				3/31/2025		
	Current	Nocurrent	Total	12/31/2024	Current	Total	12/31/2024
ICMS	1,443	334	1,777	1,852	94	94	102
PIS / COFINS	1,300	4,613	5,913	5,688	21	21	3
Income tax recoverable	-	181	181	157	-	-	-
Social contribution recoverable	-	66	66	57	-	-	-
IPI	17	-	17	16	-	-	-
Other	40	8	48	40	91	91	32
Total	2,800	5,202	8,002	7,810	206	206	137

(a) Parent company amounts do not substantially differ from the consolidated information.

In the period ended March 31, 2025, the Company recognized a tax credit in the amount of R\$ 377 related to the exclusion of ICMS-ST from the PIS/COFINS tax base, following a final court decision in favor of the Company – note 22.4.

Notes to the interim financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***17.2 State Amnesty Programs**

On March 31, 2025 and December 31, 2024, the Company settled various state ICMS tax debts, through Amnesty Programs.

State taxes

State	State Law / Decree	Incentives secured	03/31/2025		
			Existing debts	Reduction incentive	Amount paid after the benefit
Bahia	Law 14,761/24	95% reduction in fines for infractions and in late payment charges	17	12	5
Total			17	12	5

State taxes

State	State Law / Decree	Incentives secured	12/31/2024		
			Existing debts	Reduction incentive	Amount paid after the benefit
São Paulo	Law 17.843, of November 07, 2023, and Decree 1/2024	100% (one hundred percent) reduction in interest and 50% in arrears and punitive fines	22	19	3
Pernambuco	Supplementary Law 523 of 12/22/2023	Reduction applied: 85 % (eight-five percent)	17	3	14
Goiás	Negocie Já Program - Law 22.572/24	Reduction of up to 99% in total fines and interest	17	9	8
Other			3	1	2
Total			59	32	27

Vibra Energia S.A.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

17.3 Deferred income tax and social contribution

17.3.1 Movement

	Consolidated												Parent Company
	Recognized in				12/31/2024			Recognized in		3/31/2025			
Source of the recorded deferred taxes	12/31/2023	Profit or loss	Equity	Business Combination	Net value	Deferred tax assets	Deferred tax liabilities	Profit or loss	Business Combination	Net value	Deferred tax assets	Deferred tax liabilities	Net value
Accounts receivable	36	(20)	-	-	16	16	-	5	-	21	21	-	19
Advanced bonuses	958	(60)	-	-	898	898	-	10	-	908	908	-	908
Property, plant and equipment	(648)	107	-	-	(541)	85	(626)	(33)	-	(574)	85	(659)	(574)
Leases	359	(164)	-	-	195	195	-	(6)	-	189	189	-	189
Judicial proceedings	454	(68)	-	-	386	386	-	8	1	395	395	-	393
Post-employment benefits	539	(2)	(150)	-	387	447	(60)	(2)	-	385	445	(60)	385
Judicial deposits	(166)	(7)	-	-	(173)	-	(173)	(4)	-	(177)	-	(177)	(177)
Derivative financial instruments	636	250	-	-	886	886	-	(37)	4	853	853	-	853
Gain on fair value valuation of the assets contributed to form the JV	(138)	4	-	-	(134)	-	(134)	1	-	(133)	-	(133)	(133)
Provision for descabornization credits	17	(17)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impairment of investments	-	240	-	-	240	240	-	-	-	240	240	-	240
Fair value result (earnouts and options)	(9)	(136)	-	-	(145)	9	(154)	(31)	46	(130)	61	(191)	(161)
Tax losses / Negative CSLL base	-	-	-	-	-	-	-	38	157	195	195	-	-
Fair value of Mori Holding (*)	-	-	-	-	-	-	-	2	(174)	(172)	2	(174)	-
Liability under future energy contracts - IRPJ/CSLL	-	-	-	-	-	-	-	16	(173)	(157)	-	(157)	-
Other	157	(3)	-	1	155	183	(28)	(40)	(30)	85	174	(89)	99
Total	2,195	124	(150)	1	2,170	3,345	(1,175)	(73)	(169)	1,928	3,568	(1,640)	2,041

(*) Comerc subsidiary.

Deferred taxes comprise assets of R\$2,162 and liabilities of R\$234 in the balance sheet, resulting in a net position of R\$1,928.

Notes to the interim financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***17.3.2 Reconciliation of income tax and social contributions on net income**

The reconciliation of taxes determined at the statutory rates and the amount of taxes recognized are shown below:

	Consolidated		Parent Company	
	Three-month period ended March 31		Three-month period ended March 31	
	2025	2025	2025	2024
Net income before tax	863	1,224	882	1,224
Income and social contribution taxes at nominal rates (34%)	(293)	(416)	(300)	(416)
Adjustments to determine effective rate:				
• Social security contribution	(7)	(7)	(7)	(7)
• Restatement of Overpaid Taxes	2	-	2	-
• Net permanent additions/exclusions	(31)	(9)	(11)	(14)
• Interest on equity	119	-	119	-
• Share of profit (loss) of equity-accounted investees	12	(16)	(154)	(11)
• Tax incentives	5	6	5	6
• Restatement of final and unappealable decisions (*)	81	2	81	2
• Tax losses/temporary additions not recognized in the year due to the lack of expected future taxable profits	(43)	-	-	-
• Difference in presumed profit basis (*)	(105)	-	-	-
• Tax overpayment - PAT	(2)	5	(2)	5
Income tax and social contribution	(262)	(435)	(267)	(435)
Current IR and CSLL	(189)	(451)	(148)	(444)
Deferred IR and CSLL	(73)	16	(119)	9
	(262)	(435)	(267)	(435)
Effective income and social contribution tax rate	30.4%	35.5%	30.3%	35.5%

(*) The net loss presented by the companies under the presumed profit basis is mainly due to the mark-to-market valuation of the embedded derivative contained in the energy sale contract.

17.3.3 Global Minimum Tax (Pillar Two)

The Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) published the Pillar Two model rules ("Global Anti-Base Erosion" or GloBE Rules), which introduce a global minimum top-up tax for multinational groups with consolidated annual revenue exceeding € 750 million. The objective is to ensure that these groups pay a minimum level of income tax (minimum effective tax rate of 15%) in each jurisdiction where they operate.

In Brazil, Pillar Two legislation was implemented through Law No. 15.079/2024, regulated by RFB Normative Instruction No. 2.228/2024, and takes effect as of January 01, 2025. The Company has relevant operations for Pillar Two purposes in the Netherlands, a jurisdiction that has already implemented similar legislation, and in the United States of America, where implementation is still under discussion.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

According to recent amendments to Technical Pronouncement CPC 32 – Income Taxes (equivalent to IAS 12), the Company applied the mandatory temporary exception provided in item 4A of CPC 32 and therefore did not recognize or disclose information about deferred tax assets and liabilities related to income taxes arising from Pillar Two legislation (item 88A of CPC 32).

Vibra has been assessing its exposure to Pillar Two income taxes, for its operations in Brazil, the Netherlands and the United States. Based on these assessments, the Company concluded that it qualifies for the transitional safe harbor rules provided under Brazilian and Dutch legislation as well as OECD guidelines. Applying these simplification rules resulted in the determination that there is no Pillar Two top-up tax payable by the group for this period. The current income tax expense (income) related to Pillar Two income taxes, as required by item 88B of CPC 32, is therefore zero for the period.

Although Pillar Two legislation is already in force in Brazil and the Netherlands, its application involves significant complexity. The Company will continue to monitor legislative and regulatory developments in the jurisdictions where it operates, administrative interpretations, and the development of accounting practices, while continuously assessing potential future tax and accounting impacts.

18 Payroll, vacations, charges, bonuses and incentives

	Consolidated		Parent Company	
	3/31/2025	12/31/2024	3/31/2025	12/31/2024
Provision for vacation	93	78	78	77
Salaries, charges and other provisions	113	92	88	76
Performance bonus / Short-term incentives (note 18.1)	57	170	37	170
Long-term incentives (note 18.2)	30	-	-	-
Total recorded in current	293	340	203	323
Incentives recorded in noncurrent (note 18.2)	31	16	19	16
Incentives recorded in equity (note 18.2)	84	72	84	72

18.1 Short-term incentives for employees and Executive Board members

As of March 31, 2025, the amounts of R\$ 43 consolidated and R\$ 36 parent company (R\$ 167 consolidated and parent company as of December 31, 2024) were provisioned for the payment of short-term incentives to employees and Executive Board members, with R\$ 218 consolidated and R\$ 169 parent company paid out in the period.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

18.2 Long-term incentives

18.2.1 Long-term incentives

The subsidiary Comerc Energia has a long-term cash-settled incentive policy, consisting of a retention program and a long-term performance program.

The program establishes a three-year performance period, with payment at the beginning of year four, with the 2023 and 2024 programs currently in effect.

The award will only be fully vested if the following conditions are cumulatively met: continued employment during the period and achievement of certain Company performance metrics, according to the weights and values established in the grant agreements.

At the end of 2021, Comerc granted the first executive retention plan awards, also subject to continued employment and to an economic valuation of the company at the end of the fourth anniversary of the grant, which will be carried out by an independent specialized firm. A target valuation for Comerc was set in the grant agreements.

As of March 31, 2025, the recognized balance is R\$ 41 (R\$ 30 in current liabilities and R\$ 11 in noncurrent liabilities). On March 31, 2025, Comerc recognized in the result the amount of R\$ 14, referring to long-term incentives.

18.2.2 Share-based payment plans

Personnel expenses of R\$ 15 were recognized as of March 31, 2025, including payroll charges on the share-based payment programs (R\$ 6 as of March 31, 2024).

As of March 31, 2025, the recognized balance is R\$ 103 (R\$ 19 in non-current liabilities and R\$ 84 in equity). As of December 31, 2024, the recognized balance was R\$ 88 (R\$ 16 in non-current liabilities and R\$ 72 in equity).

See information about the programs in progress:

Vibra Energia S.A.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Program	Grant date	End of grace period	Date of expiration	Amounts granted	Amounts canceled	Assets Exercised / Redeemed	Assets released for exercising as of 03/31/2025 (*)	Assets under grace period at 03/31/2025	Strike price at grant	Restated strike price	Fair value at grant date	Restated fair value
Stock Options 2020	07/31/2020	07/31/2023	07/31/2026	1,498,318	418,292	1,008,604	71,422	-	R\$ 21.81	R\$ 15.32	R\$ 7.36	R\$ 4.68
Stock Options 2020	07/31/2020	07/31/2023	07/31/2026	1,918,884	838,864	980,147	99,873	-	R\$ 21.81	R\$ 15.32	R\$ 7.36	-
Stock Options 2021	04/15/2021	04/15/2024	04/15/2027	3,409,339	1,107,566	1,774,089	527,684	-	R\$ 21.73	R\$ 16.17	R\$ 6.39	-
Stock Options 2022	04/28/2022	04/28/2025	04/28/2028	1,568,652	784,206	-	291,066	493,380	R\$ 23.02	R\$ 19.48	R\$ 4.50	-
Stock Options 2022 CA	04/28/2022	04/28/2024	04/28/2027	588,234	196,078	196,078	196,078	-	R\$ 23.02	R\$ 19.48	R\$ 4.59	-
Stock Options 2022 CA	05/03/2022	05/03/2024	05/03/2027	392,156	-	196,078	196,078	-	R\$ 23.02	R\$ 19.48	R\$ 4.59	-
Stock Options 2022 CA	05/05/2022	05/05/2024	05/05/2027	196,078	-	-	196,078	-	R\$ 23.02	R\$ 19.48	R\$ 4.59	-
Stock Options 2023	04/27/2023	04/27/2026	04/27/2029	1,309,226	61,361	-	229,573	1,018,292	R\$ 14.56	R\$ 11.86	R\$ 5.51	-
Stock Options 2023	07/03/2023	07/03/2026	07/03/2029	109,489	-	-	-	109,489	R\$ 15.80	R\$ 13.10	R\$ 6.82	-
Stock Options 2023	08/01/2023	08/01/2026	08/01/2029	106,305	-	-	-	106,305	R\$ 16.95	R\$ 14.25	R\$ 6.82	-
Stock Options 2024	04/18/2024	04/18/2027	04/18/2030	886,607	31,403	-	63,583	791,621	R\$ 24.81	R\$ 22.95	R\$ 10.30	-
Stock Options 2024 CA	04/18/2024	04/18/2026	04/18/2029	868,353	108,544	-	-	759,809	R\$ 24.81	R\$ 22.95	R\$ 8.95	-
Matching 2021	04/28/2022	04/28/2025	04/28/2025	41,650	15,269	-	13,385	12,996	-	-	R\$ 21.27	-
Performance Shares 2022	04/28/2022	04/28/2025	-	939,613	363,301	-	102,416	473,896	-	-	R\$ 23.02	-
Performance Shares 2022	04/28/2022	04/28/2025	-	99,060	39,234	-	11,380	48,446	-	-	R\$ 21.98	-
Performance Shares 2022	05/01/2022	05/01/2025	-	1,741	-	-	-	1,741	-	-	R\$ 21.76	-
Performance Shares 2022	05/18/2022	05/18/2025	-	9,519	-	-	-	9,519	-	-	R\$ 19.85	-
Performance Shares 2023	04/27/2023	04/27/2026	-	1,740,507	237,370	-	173,756	1,329,381	-	-	R\$ 14.56	-
Performance Shares 2023	07/03/2023	07/03/2026	-	85,442	-	-	-	85,442	-	-	R\$ 15.80	-
Performance Shares 2023	07/03/2023	07/03/2026	-	9,495	-	-	-	9,495	-	-	R\$ 34.52	-
Performance Shares 2023	08/01/2023	08/01/2026	-	76,990	-	-	-	76,990	-	-	R\$ 16.95	-
Performance Shares 2023	08/01/2023	08/01/2026	-	7,656	-	-	-	7,656	-	-	R\$ 34.23	-
Performance Shares 2024	04/18/2024	04/18/2027	-	1,219,631	75,868	-	52,793	1,090,970	-	-	R\$ 26.76	-
Performance Shares 2024	06/05/2024	06/05/2027	-	1,667	-	-	-	1,667	-	-	R\$ 24.00	-
Performance Shares 2024	06/10/2024	06/11/2027	-	2,101	-	-	-	2,101	-	-	R\$ 23.87	-
Performance Shares 2024	06/10/2024	06/10/2027	-	111	-	-	-	111	-	-	R\$ 23.87	-
Performance Shares 2024	06/17/2024	06/17/2027	-	5,730	-	-	-	5,730	-	-	R\$ 23.56	-
Special Performance Program 2023	02/01/2023	02/01/2028	02/01/2028	975,142	-	-	-	975,142	-	-	R\$ 15.69	-
Special Performance Program 2023	02/01/2023	02/01/2028	02/01/2028	108,351	-	-	-	108,351	-	-	R\$ 40.99	-
Special Performance Program 2023	07/03/2023	07/03/2028	07/03/2028	128,084	-	-	-	128,084	-	-	R\$ 18.05	-
Special Performance Program 2023	07/03/2023	07/03/2028	07/03/2028	14,231	-	-	-	14,231	-	-	R\$ 45.32	-

(*) Includes assets with release/redemption requests still under review as of the report date.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

19 Employee benefits

The Company's obligations regarding pension and health plans are as follows:

	Consolidated		Parent Company	
	3/31/2025	12/31/2024	3/31/2025	12/31/2024
Renegotiated Petros pension plan	610	621	610	621
Non-renegotiated Petros pension plan	247	248	247	248
Health plan	-	33	-	33
Total obligations pension and health plans	857	902	857	902
Current	131	145	131	145
Noncurrent	726	757	726	757

The change in benefits awarded to employees can be seen below:

	Consolidated			
	Pension Plans			
	PPSP-R	PPSP-NR	Health care plan	Total
Balance as of January 01, 2024	893	307	72	1,272
(+/-) Effects of remeasurement recognized in OCI	(393)	(50)	100	(343)
(+) Cost incurred during the period	2	-	1	3
(-) Payment of contributions	(93)	(37)	(145)	(275)
(+) Net interest on net liability	81	28	5	114
Balance as of December 31, 2024	490	248	33	771
Debt financing				
Balance at January 01, 2024	134	-	-	134
Interest cost	12	-	-	12
Payment of financial lease	(15)	-	-	(15)
Balance of debt financing as of December 31, 2024	131	-	-	131
Current	93	38	14	145
Non current	528	210	19	757
	621	248	33	902
Balance as of December 31, 2024	490	248	33	771
(+) Cost incurred during the period	15	7	1	23
(-) Payment of contributions	(7)	(2)	(34)	(43)
(-) Reduction of Deficit - Petros Plan	(15)	(6)	-	(21)
Actuarial liability balance as of March 31, 2025	483	247	-	730
Debt financing				
Balance at January 01, 2025	131	-	-	131
Interest cost	4	-	-	4
Payment of financial lease	(8)	-	-	(8)
Debt financing balance as of March 31, 2025	127	-	-	127
Current	94	37	-	131
Non current	516	210	-	726
	610	247	-	857

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

The net expense on pension and health care plans includes the following components:

Three-month period ended March 31, 2025					
	Consolidated			Parent Company	
	Pension Plan				
	PPSP-R	PPSP-NR	Health Plan	Total	Total
Current service cost	1	-	-	1	1
Net interest on net liability	14	7	1	22	22
Cost for the period	15	7	1	23	23
Relating to active employees:					
Directly to income	1	-	-	1	1
Relating to inactive members (*):	14	7	1	22	22
Cost for the period	15	7	1	23	23
Debt financing:					
(+) Interest cost	4	-	-	4	4
Debt cost for the period	4	-	-	4	4
Relating to active employees:					
Directly to income	1	-	-	1	1
Relating to inactive members (*):	3	-	-	3	3
Debt cost for the period	4	-	-	4	4
Total Pension and health care plan obligations	19	7	1	27	27

(*) Other net income (expenses)

Pension Plans

Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros is charged with managing the Company's supplementary pension plans. Petrobras founded Petros as a private nonprofit company, with administrative and financial independence.

PPSP-R and PPSP-NR – Company's Contributions

In respect of the contributions for the PPSP-R plans, the amount accumulated through March 31, 2025 for normal contributions was R\$ 7 (R\$ 6 through March 31, 2024).

The extraordinary contributions (referring to the deficit repair plans - PEDs in force) of the PPSP-R plan amounted to R\$ 15 by March 31, 2025 (R\$ 15 through March 31, 2024).

In respect of the contributions for the PPSP-NR plans, the amount accumulated through March 31, 2025 for normal contributions was R\$ 2 (R\$ 3 through March 31, 2024). The total until March 31, 2025 for extraordinary contributions (referring to the deficit repair plan - PED in force) of the PPSP-NR Plan was R\$ 6 (R\$ 4 through March 31, 2024).

Vibra is currently contributing to three ongoing deficit repair plans for the PPSP-R and PPSP-NR plans, aiming to rebalance the plan's assets and liabilities: (i) New PED," initiated in 2020, which consolidated the results of FY 2018 ("PED2018") with the values of PED/2015 (ii) the PED PPSP-R 2021, based on the plan's deficit result as determined on 12/31/2021, with contributions starting in 04/2023; and (iii) the PED PPSP-NR 2022, based on the plan's deficit result as determined on 12/31/2022, with contributions starting in 04/2024.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

PP-2

The Petros 2 Plan has a defined-contribution portion whose payments are recognized in profit or loss. Until March 31, 2025 the Company's contribution to the defined-contribution portion of the Petros 2 Plan was R\$ 1 (R\$ 1 up to March 31, 2024).

FlexPrev

Flexprev has been Vibra Energia's official pension plan since December 2021. Established as a Defined-Contribution plan, it is a more modern plan and aligned with market practices. Participants from the PPSP-R, PPSP-NR and PP-2 plans also sponsored by Vibra had the option to migrate to Flexprev.

The financial obligations (debt instruments) payable to Petros resulting from the migration amounted to R\$ 127 as of March 31, 2025, consisting of PPSP-R (R\$ 131 as of March 31, 2024 in PPSP-R). The amounts resulting from the migration of participants from the PPSP-NR and PP-2 plans were settled at the time of the initial payment for the amortization of the outstanding balance, in 2022. The remaining balance will be paid over a maximum period of 15 (fifteen) years.

These obligations represent: (i) in PPSP-R and PPSP-NR: equivalent to normal future contributions owed to beneficiary participants (inactivity) and the amounts due, owed and not paid and those outstanding in relation to the Deficit Repair Plan (PED) implemented and the portion attributable to VIBRA of the deficit result in the PPSPs, and (ii) in PP-2: equal to the portion of the deficit VIBRA is responsible for.

The amounts described are restated recurrently until the effective payment of each installment, restated by the actuarial targets in the source plans (pro rata die), i.e., PPSP-R (IPCA + 4.43% p.a.), PPSP-NR (IPCA + 4.37% p.a.) and PP-2 (IPCA + 4.75% p.a.).

The employer contributions related to FlexPrev paid in the period ending March 31, 2025, totaled R\$ 7 (R\$ 7 up to March 31, 2024).

Health care plan

In the 4th quarter of 2020 the Company took out a health plan from Bradesco Seguros offering the health-care benefit (medical and dental) to employees, former employees and their dependents in lieu of the self-management plan (AMS).

Law 9.656/98 assures retirees who contributed to a health plan under an employment relationship through fixed monthly contributions for the minimum term of 10 years the right to maintain this plan as beneficiary on the same coverage terms they enjoyed during their employment contract, providing they cover the entire payment.

For employees contributing for 10 years or more and who retire at the company, Vibra offered the possibility of maintaining the benefit in force at the time of their retirement in exchange for part payment of the monthly fee stipulated by the Company and the respective copayment.

For employees contributing between 02 (two) and 09 (nine) years to the "AMS" plan, Vibra decided to offer the possibility of continuing payment of monthly fees as owner until the period of 10 (ten) years is completed and providing the employee retires at the company, guaranteeing conditions to maintain the plan, as per the rule described in the previous paragraph.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

For those with less than two years at the Company, the right to the Bradesco plan was awarded for the time they have been at the Company, subject to the rules of Law 9.956/1998 and RN 488 in the case of unfair dismissal in which they were contributing monthly to the health plan (Law 9.956/1998 and RN 488: legislation which guarantees the right to remain in the health plan for 6 months to 2 years after unfair dismissal depending on plan contribution time).

Retirees with less than ten years at the Company were entitled to remain in the plan for the period equivalent to their contribution time.

For former employees leaving under severance programs (PIDV/PDO), as non-retirees, and under RN 488, the term previously determined at the time of dismissal was maintained.

For the group of retirees and pensioners contributing for more than 10 years, the health plan is a lifetime plan (vested benefit), although from 2022 the employer's subsidiary gradually reduces over 7 years, until equal costing is achieved in 2028.

The Company canceled fixed contributions for new employees and from 2022 will gradually reduce the employer's subsidy, eliminating the factor generating the liability and seeking the ongoing enhancement of its technical and administrative procedures, as well as enhancing the various programs offered to beneficiaries.

In April 2022 the Company was notified about two injunctions awarded by the Labor Courts in favor of the employee unions of Rio de Janeiro and Minas Gerais (ACC 0100176-39.2022.5.01.0009 filed on 03/09/2022 and ACC 0010217-76.2022.5.03.0017 on 03/28/2022) ordering the Company to refrain from using the age range variance for monthly fees for health plans, adopting 70/30 costing (70% by the company and 30% by the user) for retirees and pensioners; and to discount the amount owed by the user from PETROS' payroll, suspending collections via payment slips.

The preliminary injunction granted in ACC 0100176-39.2022.5.01.0009 was upheld, as per the appeal decision issued by the Regional Labor Court (TRT) of Region 1. The case is pending judgment of the appeal filed by Vibra before the TST.

The injunction granted in ACC 0010217-76.2022.5.03.0017 was revoked due to the recognition by the 3rd Regional Labor Court that it did not have the jurisdiction to assess demands involving the health plan provided by VIBRA, whose judgment should be carried out by the Common Courts, according to the decision of the High Court of Appeal issued in the Jurisdiction Assumption Incident no. 5. The ruling of the Region 3 Regional Labor Court (MG) was appealed to the Superior Labor Court (TST), which upheld the decision. The case is pending judgment of the appeal filed by the union before the STF.

Furthermore, four other collective actions were filed by unions and retiree associations. ACC 0020293-35.2022.5.04.0017 (filed on 03/28/2022) was dismissed without prejudice, based on the prevention of the 9th Labor Court of Rio de Janeiro, which received the first demand on the subject. After the parties filed appeals, an appeal decision was issued by the Region 4 TRT (RS) which determined the case be returned to the lower court for the reopening of the proceedings. The case is pending judgment of the appeal filed by Vibra before the TST.

A preliminary injunction was granted in class action 0100266-33.2022.5.01.0046 (filed on 04/06/2022), upheld by a ruling and appeal decision, delivered by the Region 1 TRT (RJ). The case is pending judgment of the appeal filed by Vibra before the TST.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

A preliminary injunction was granted in class action 0100658-83.2022.5.01.0074 (filed on 08/01/2022), and on 06/30/2024 the case records were referred to the judge for sentencing. A ruling unfavorable to VIBRA was delivered on 07/05/2024. The case is pending judgment of the appeal filed by Vibra before the Region 1 TRT (RJ). Considering the risk rating criteria adopted for related proceedings, mentioned after reporting progress in the cases, there was no change in the risk expectation, which is still rated as possible.

In class action 0101013-75.2022.5.01.0080 (filed on 11/18/2022), the Court issued a ruling recognizing the lack of jurisdiction of the Labor Court. The union filed an ordinary appeal against this decision before the Region 1 TRT (RJ), which has not yet been judged.

On 11/22/2023, collective action 0001367-03.2023.5.19.0001 was filed, which is in progress at the Region 19 TRT (Alagoas). In this action, an injunction was granted to mandate the maintenance of the previous cost conditions. This injunction was upheld by the award and appeal decision issued by the Regional Labor Court (TRT) of Region 19 (AL). The case is pending judgment of the appeal filed by Vibra before the TST.

There are currently seven class actions on the matter. One case has a lower-court decision and another has a decision from the Superior Labor Court (TST) in VIBRA's favor, recognizing the Labor Court's lack of jurisdiction to judge the issue. On the other hand, there is one case with unfavorable lower-court decisions and three with unfavorable second-instance rulings against Vibra. Lastly, one case was dismissed without prejudice due to a procedural prevention. The second-instance decision ordered the reopening of the proceedings, and Vibra has filed an appeal that is still pending judgment.

In cases where a preliminary injunction was granted and/or a ruling unfavorable to VIBRA was issued, considering the legal context, the body of evidence, relevant jurisprudence, and applicable legislation, these were rated as a possible loss: 0100176-39.2022.01/05/0009, 0100266-33.2022.01/05/0046, 0100658-83.2022.01/05/0074, 0001367-03.2023.5.19.0001.

Cases in which the lack of jurisdiction of the Labor Court or the principle of prevention was recognized are classified as having a remote loss: 0010217-76.2022.5.03.0017 and 0101013-75.2022.5.01.0080.

In case No. 0020293-35.2022.5.04.0017, where there is an ongoing dispute over the jurisdiction of the Labor Court in the lower courts, the legal risk is classified as a possible loss.

20 Equity

20.1 Share capital

As of March 31, 2025 the fully subscribed and paid-in share capital of R\$ 10,034 (R\$ 10,034 at December 31, 2024) consists of 1,119,000,000 registered common shares with no par value (1,119,000,000 as of December 31, 2024).

20.2 Treasury shares

The number of treasury shares held by the Company as of March 31, 2025 is 4,488,696 (4,489,080 as of December 31, 2024).

As of March 31, 2025, the Company has R\$ 105 in treasury shares recorded in equity (R\$ 105 as of December 31, 2024).

Notes to the interim financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***20.3 Dividends and interest on capital**

	Consolidated	
	Three-month period ended	
	March 31,	
	2025	2024
Opening balance	1,512	1,124
Addition	350	-
Payment	(478)	(441)
Income tax withheld at source	(29)	-
Closing balance	1,355	683

On February 24, 2025, the Board of Directors approved the distribution of advanced compensation to shareholders in the form of interest on equity for financial year 2025, in the gross amount of R\$ 350.

20.4 Earnings (loss) per share

	Consolidated	
	Three-month period ended	
	March 31,	
	2025	2024
Numerator		
Net income	615	789
Denominator		
Weighted average number of common shares held by shareholders	1.114.511.146	1.119.934.667
Basic earnings per share	0,5518	0,7045
Numerator		
Net income	615	789
Denominator		
Weighted average number of common shares held by shareholders	1.114.511.146	1.119.934.667
Potential increase in shares considering the incentive plan	3.987.423	3.144.596
Weighted average of adjusted shares	1.118.498.569	1.123.079.264
Dilutive earnings per share	0,5498	0,7025

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

21 Sales revenue

	Consolidated		Parent Company	
	Three-month period ended		Three-month period ended	
	March 31,		March 31,	
	2025	2024	2025	2024
Products, services and energy				
Petroleum derivatives				
Diesel	22,412	19,099	21,603	19,099
Gasoline	13,161	11,817	13,090	11,817
Fuel oil	855	1,688	855	1,688
Aviation fuel	4,948	4,808	4,948	4,808
Lubricant	819	746	819	746
Coke	-	74	-	74
Other products	403	688	398	515
Ethanol	3,086	2,825	3,086	2,825
Natural gas	85	119	85	119
Supply-House products (a)	148	15	148	15
Energy	1,279	7	8	7
Services and other	146	57	21	22
	47,342	41,943	45,061	41,735
Interest embedded in products prices	(327)	(186)	(327)	(186)
Advanced bonuses awarded to clients	(130)	(172)	(128)	(172)
Performance bonus, sales prizes and discounts	(238)	(193)	(238)	(193)
Gross revenue	46,647	41,392	44,368	41,184
Sales charges	(1,741)	(1,793)	(1,454)	(1,789)
Sales revenue	44,906	39,599	42,914	39,395

(a) This derives from the sale of chemical products and services to the exploration and production sector, supplying platforms, drill rigs, FPSOs and onshore facilities with the essential products required by operations and other activities, with the main client being Petrobras.

21.1 Contractual liabilities

These are classified under Customer Advances and as of March 31, 2025 amount to R\$ 475 consolidated and R\$ 457 parent company (consolidated R\$ 322 and parent company R\$ 314 as of December 31, 2024).

R\$ 243 was recognized as revenue in 2025 and was recorded under the balance of contract liabilities at the start of the period (R\$ 303 as of March 31, 2024).

Notes to the interim financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***22 Cost and expenses by nature****22.1 Cost of goods sold and services rendered**

	Consolidated		Parent Company	
	Three-month period ended March 31,		Three-month period ended March 31,	
	2025	2024	2025	2024
Goods	(42,403)	(37,433)	(40,724)	(37,259)
Outsourced services and rental expenses	(41)	(24)	(32)	(24)
Personnel expenses	(12)	(7)	(7)	(7)
Depreciation and amortization	(102)	(3)	(3)	(3)
Other	39	(21)	(22)	(21)
Total	(42,519)	(37,488)	(40,788)	(37,314)

22.2 Selling expenses

	Consolidated		Parent Company	
	Three-month period ended March 31,		Three-month period ended March 31,	
	2025	2024	2025	2024
Outsourced services, freight and rental expenses	(445)	(403)	(445)	(403)
Personnel expenses	(118)	(94)	(118)	(94)
Impairment losses on receivables	(15)	(18)	(15)	(18)
Depreciation and amortization	(108)	(112)	(110)	(113)
Other	(56)	(41)	(56)	(41)
Total	(742)	(668)	(744)	(669)

Notes to the interim financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***22.3 General and administrative expenses**

	Consolidated		Parent Company	
	Three-month period ended		Three-month period ended	
	March 31,		March 31,	
	2025	2024	2025	2024
Outsourced services and rental expenses	(79)	(56)	(61)	(55)
Personnel expenses	(169)	(112)	(106)	(103)
Depreciation and amortization	(33)	(28)	(18)	(23)
Other	(78)	(28)	(21)	(18)
Total	(359)	(224)	(206)	(199)

22.4 Other net revenue (expense)

	Consolidated			
	Three-month period ended		Three-month period ended	
	March 31,		March 31,	
	2025	2024	2025	2024
PIS/COFINS credit (note 17.1)	398	535	398	535
Rental expenses	(21)	(19)	(21)	(19)
Property expropriation and development	-	20	-	20
Commodity hedges - imports in progress	(5)	(17)	13	(19)
Commodity hedges - imports completed	(30)	(62)	(54)	(62)
Losses and provisions for judicial proceedings (note 25.1)	(58)	28	(58)	28
Pension and health plan - inactive members (note 19)	(25)	(31)	(25)	(31)
Performance bonus and other incentives	(36)	(27)	(36)	(27)
Provision for decarbonization credits	(146)	(255)	(146)	(255)
Franchise, rental and royalties revenue	115	113	115	113
Joint storage revenue	37	38	37	38
Recovery of tax credits - PIS and COFINS	49	37	49	37
Institutional relations and cultural projects	(38)	(21)	(38)	(21)
Income on the sale/derecognition of assets	37	56	37	56
Other	37	48	33	50
Total	314	443	304	443

Notes to the interim financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***23 Net finance income (cost)**

	Consolidated		Parent Company	
	Three-month period ended March 31,		Three-month period ended March 31,	
	2025	2024	2025	2024
Expenses				
Loans and borrowings	(645)	(277)	(460)	(272)
Leases	(13)	(16)	(16)	(26)
Earnings on Derivative Financial Instruments	(19)	-	38	-
Other	(39)	(23)	(26)	(24)
	(716)	(316)	(464)	(322)
Revenue				
Customer arrears	19	28	19	28
Customer financing	41	12	46	14
Judicial deposits	13	18	13	18
Short-term investments	188	120	142	111
Marketable securities	15	-	-	-
Earnings on Derivative Financial Instruments	24	-	9	-
Other	13	11	5	15
	313	189	234	186
Monetary variation income				
Loans and borrowings	(118)	(34)	(23)	(22)
Taxes	153	7	153	6
Earnings on Derivative Financial Instruments	17	(27)	17	(27)
Other	-	(1)	(10)	(10)
	52	(55)	137	(53)
Exchange variance				
Earnings on Derivative Financial Instruments	(505)	22	(505)	22
Embedded derivative	(337)	-	-	-
Receivables	(24)	6	(24)	6
Trade payables	2	(11)	(4)	(11)
Loans and financing	580	(179)	572	(179)
Short-term investments	(23)	10	(23)	10
Other	(13)	-	(11)	-
	(320)	(152)	5	(152)
Exchange and monetary variance, net	(268)	(207)	142	(205)
Finance income (cost)	(671)	(334)	(88)	(341)

Financing charges (interest, monetary variance and exchange variance) amounted to R\$ 188 (note 15.1) in the period (R\$ 491 as of March 31, 2024), with R\$ 183 recognized in profit or loss and R\$ 5 as capitalized interest (R\$ 490 as of March 31, 2024 recognized in profit or loss and R\$ 1 as capitalized interest).

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

24 Segment reporting

Operating segments are reported consistently with the internal reports provided to the main operating decision taker. The main operating decision taker, responsible for allocating funds and evaluating the performance of operating segments, is the Executive Board.

This information is prepared based on the items directly attributable to the segment, as well as those that can be allocated to it on a reasonable basis.

Items not allocated to segments are grouped in Corporate and are mainly related to corporate financial management, overheads related to Central Management and other expenses, including actuarial expenses related to pension and health plans for retirees and beneficiaries.

The Company's Executive Board assesses the business performance, funds allocation, the financial results, and the forecasts and plans for the following operational segments: (i) Retail Stations; (ii) B2B; and (iii) Renewable. From now on, only these three segments will have their results regularly reviewed and monitored by the main operations manager, with their individual performance periodically evaluated by the Executive Board, Board of Directors and Advisory Committees to the Board of Directors. The results from interests in other companies, currently not controlled and accounted for by the equity method, will not be considered for EBITDA calculation purposes.

Retail

This chain markets the Company's oil products, lubricants, compressed natural gas, biofuels and convenience store products for the purpose of achieving established market and profitability goals, as well as creating favorable conditions for sustainable growth.

B2B

This area markets oil-based fuels and lubricants and provides associated services to all operating segments of the Company's major consumers market. It also markets aviation products and services at the country's airport facilities for airlines operating transportation services abroad and in the domestic market.

Renewable

Composed of subsidiaries whose portfolios contain renewable energy sources that cause fewer negative environmental impacts and offer an alternative to the energy model predominantly based on fossil fuels.

The Company's assets, notably the bases, terminals and other fixed assets, are not reported by segment to the Executive Board, since they are used by all of the business units without segmentation. Similarly, liabilities are not reported by segment, since they are managed by the central treasury.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Consolidated statement of Net Income by Business Sector - Mar/25

	Retail	B2B	Renewable	Total segments	Corporate	Total	Reconciliation with financial statements	Total Consolidated
Sales Revenue	26,970	16,868	1,198	45,036	-	45,036	(130) (a)	44,906
Mark-to-market	-	-	-	-	-	-	(47) (b)	(47)
Cost of goods sold	(25,621)	(15,880)	(916)	(42,417)	-	(42,417)	(102) (c)	(42,519)
Gross profit (loss)	1,349	988	282	2,619	-	2,619	(279)	2,340
Expenses								
General, administrative and sales	(332)	(480)	(72)	(884)	(75)	(959)	(156) (d)	(1,115)
Tax	(5)	-	-	(5)	(7)	(12)	(22) (e)	(34)
Other net revenue (expenses)	(19)	398	3	382	(5)	377	(63) (f)	314
Equity earnings	-	-	-	-	-	-	29 (g)	29
Net finance income/loss	-	-	-	-	-	-	(671) (h)	(671)
Adjusted EBITDA	993	906	213	2,112	(87)	2,025		
Net income (loss) before tax							(1,162)	863

Consolidated statement of Net Income by Business Sector - Mar/24

	Retail	B2B	Total segments	Corporate	Total	Reconciliation with financial statements	Total Consolidated
Sales Revenue	24,357	15,414	39,771	-	39,771	(172) (a)	39,599
Cost of goods sold	(22,984)	(14,501)	(37,485)	-	(37,485)	(3) (c)	(37,488)
Gross profit (loss)	1,373	913	2,286	-	2,286	(175)	2,111
Expenses							
General, administrative and sales	(318)	(394)	(712)	(37)	(749)	(141) (d)	(890)
Tax	(11)	(5)	(16)	(8)	(24)	(11) (e)	(35)
Other net revenue (expenses)	(135)	62	(73)	505	432	11 (f)	443
Equity earnings	-	-	-	-	-	(71) (g)	(71)
Net finance income/loss	-	-	-	-	-	(334) (h)	(334)
Adjusted EBITDA	909	576	1,485	460	1,945		
Net income (loss) before tax						(721)	1,224

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***Reconciliation with financial statements****03/31/2025** **12/31/2024****(a) Sales Revenue**Appropriation of early bonuses awarded to customers

Sales revenue is adjusted for advanced bonuses mainly awarded to service station resellers to which the Company distributes fuel and lubricant. Corresponding to the portion provided mainly in kind and realized under the terms established in advance with such parties, which once completed, become nonreturnable, being absorbed as expenses by the Company. This corresponds to a target scheme which, once met, exempts the customers – resellers of service stations – from returning to the Company these amounts advanced as bonuses. They are classified in profit or loss in proportion to their due dates.

(130) (172)

(b) Mark-to-market

MTM - Future Electricity Purchases and Sales

(47) -

(c) Cost of goods sold

Depreciation and amortization

(102) (3)

(d) General, administrative and sales

Depreciation and amortization

(140) (140)

Expected credit losses

The adjusted values refer to the provisions relating to receivables owed to the Company by the thermal companies of islanded and interconnected power systems, a segment for which the Company substantially provides service.

- (1)

Retention Costs

Non-recurring expenses on plan retention

(16) -

(e) TaxTax adjustments denote tax amnesties and tax charges on financial revenue.Tax amnesties: provisions for joining the amnesty programs established by State Laws.

(4) (3)

Tax charges: the adjustments refer to expenditure on IOF, PIS and COFINS, levied on the Company's revenue and which are classified as tax expenses.

(18) (8)

(f) Other net revenue (expenses)Judicial losses and provisions

The adjusted amounts consist of losses incurred in final and unappealable lawsuits, as well as the provisions made on the basis of the opinions obtained from the lawyers responsible for handling the lawsuits or by the Company's Legal Department.

(58) 28

Commodity hedges - imports in progress

(5) (17)

(g) Equity earnings

29 (71)

(h) Net finance income

(671) (334)

Total**(1,162) (721)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

24.1 Disaggregation of revenue

	Consolidated			
	Three-month period ended March 31, 2025			
	Retail	B2B	Renewable	Total
Goods sold and services				
Domestic				
North	2.190	1.396	-	3.586
Northeast	6.353	3.078	-	9.431
Midwest	3.152	1.768	-	4.920
Southeast	10.301	7.216	-	17.517
South	4.974	2.421	-	7.395
Foreign	-	989	-	989
Energy (*)	-	-	1.198	1.198
Total	26.970	16.868	1.198	45.036

	Consolidated		
	Three-month period ended March 31, 2024		
	Retail	B2B	Total
Goods sold and services			
Domestic			
North	1,971	1,923	3,894
Northeast	5,749	2,763	8,512
Midwest	2,840	1,549	4,389
Southeast	9,433	6,715	16,148
South	4,364	1,497	5,861
Foreign	-	967	967
Total	24,357	15,414	39,771

(*) Energy revenue is substantially generated by the trading company, which purchases energy in the free market, where prices may vary by region. Revenue is determined by how the energy is traded in the market, not necessarily by each region of the country. This revenue is therefore analyzed on a consolidated basis, and includes price fluctuations, costs, and large-scale trading opportunities. A regional breakdown does not provide relevant information.

25 Judicial and administrative proceedings, judicial deposits and contingencies

25.1 Judicial and administrative proceedings provisioned for

The main proceedings provisioned for concern the following events:

Tax Claims

(i) nonratification of federal tax offsets (except IPI) - Federal government proceedings (R\$ 76 as of March 31, 2025 and R\$ 65 as of December 31, 2024).

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

(ii) ICMS – FEEF/FOT (State Fiscal Balance Fund / Temporary Budget Fund) – legal claim discussing the constitutionality of charging FEEF-RJ (State Fiscal Balance Fund of Rio de Janeiro) and FOT-RJ (Temporary Budget Fund of Rio de Janeiro) on ICMS deferrals by the Company, with an unfavorable outcome for taxpayers in ADI 5635, judged by the Supreme Federal Court (STF) (R\$ 132 as of March 31, 2025, and R\$ 129 as of December 31, 2024).

Civil Proceedings

(i) case in which the Company was ordered to indemnify the plaintiff (Valpar) for nonperformance of the Loan, Transportation and Supply Contracts, where the award is being calculated, after the net part of the award was already paid (R\$ 194 on March 31, 2025 and R\$ 187 on December 31, 2024);

(ii) case seeking indemnity for violation of the proportionality clause between volumes of products acquired by the plaintiffs and the volume of cargo to be shipped by Ouro Verde, with which the Company signed binding fuel supply and transportation contracts. The Company was ordered to reimburse shipping costs and to pay losses and damages to the Plaintiffs. After payment of the award had begun, Plaintiffs submitted a petition stating the amount they believed they were entitled to: R\$ 1,041 as gross sales for shipping not provided to the Company and R\$ 83 for lost earnings, with an expert opinion having been ratified by the judge. Both the plaintiff and defendant appealed this decision, and the appeals are awaiting judgment by the STJ. Vibra's Special Appeal was denied on 09/05/2024. We filed a motion for clarification, assigned to Justice Buzzi. The Special Appeal filed by Viação Ouro Verde was not entertained by the São Paulo Court of Appeal (TJSP), and Viação subsequently filed an interlocutory appeal against this decision. (R\$ 94 as of March 31, 2025 and R\$ 90 as of December 31, 2024);

Labor Claims

(i) Supplementary/additional retirement – labor claims involving the Company and Petros filed by former employees claiming differences in amounts received as additional retirement payments (R\$ 62 as of March 31, 2025 and R\$ 64 as of December 31, 2024), and

(ii) RMNR/Risk premium - a claim for payment of additional RMNR without deducting the risk premium from the RMNR, for which there is a final and unappealable decision against the Company (R\$ 53 at March 31, 2025 and R\$ 64 at December 31, 2024).

The provisions are presented according to the nature of the underlying proceedings:

	Consolidated (a)										
	Three-month period ended March 31,										
	2025						2024				
	Tax	Labor	Civil	Environmental	Other	Total	Tax	Labor	Civil	Environmental	Total
Opening Balance	273	317	520	24	1	1,135	265	336	508	26	1,135
Addition, net of reversal	4	14	17	-	-	35	(23)	(5)	3	4	(21)
Use (*)	-	(8)	(27)	-	-	(35)	(1)	(3)	(44)	(6)	(54)
Transfer	-	1	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-
Restatement	7	(2)	18	-	-	23	2	(6)	(2)	(1)	(7)
Business combinations	3	7	4	-	-	14	-	-	-	-	-
Closing Balance	287	329	532	24	-	1,172	243	322	465	23	1,053

(a) Parent company amounts do not substantially differ from the consolidated information.

(*) The judicial deposits written off amount to a consolidated and individual R\$ 23 as of March 31, 2025, as per note 25.2 (R\$ 16 as of December 31, 2024 (consolidated and parent company)).

The Company has assets securing legal processes, such as bank guarantees and surety bonds.

Notes to the interim financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***25.1.1 Provisioned for judicial proceedings and related judicial deposits**

	Consolidated					
	3/31/2025			12/31/2024		
	Judicial proceedings	Judicial deposits	Proceedings net of judicial deposits	Judicial proceedings	Judicial deposits	Proceedings net of judicial deposits
Labor claims	329	67	262	317	67	250
Tax claims	287	220	67	273	219	54
Civil claims	532	41	491	520	49	471
Environmental claims	24	2	22	24	2	22
Other	-	-	-	1	-	-
Total	1,172	330	842	1,135	337	798

25.2 Judicial deposits

	Consolidated					Parent Company
	Tax	Labor	Civil	Environmental	Total	Total
Balance as of December 31, 2023	977	169	133	2	1,281	1,280
Addition, net of reversal	36	(5)	15	-	46	46
Usage (a)	(3)	(8)	(5)	-	(16)	(16)
Monetary restatement / interest (b)	23	(8)	6	-	21	21
Business combinations	-	1	-	-	1	-
Balance as of December 31, 2024	1,033	149	149	2	1,333	1,331
Addition, net of reversal	12	2	(1)	-	13	13
Usage (a)	-	(5)	(18)	-	(23)	(23)
Monetary restatement / interest (b)	19	(2)	(4)	-	13	13
Balance as of March 31, 2025	1,064	144	126	2	1,336	1,334

(a) For payment of legal proceedings.

(b) Includes adjustment to estimated restatement and interest on the deposits recovered.

The Company has R\$ 330 (R\$ 337 as of December 31, 2024) in judicial deposits for provisioned lawsuits (note 25.1.1); R\$ 739 (R\$ 730 as of December 31, 2024) associated with possible contingencies; R\$ 225 (R\$ 232 as of December 31, 2024) associated with remote contingencies; R\$ 19 (R\$ 27 as of December 31, 2024) consists of deposits related to proceedings in which the Company and its investees are plaintiffs and R\$ 23 (R\$ 7 as of December 31, 2024) consists of other.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

25.3 Proceedings not provisioned for (possible losses)

Nature	Consolidated		Parent Company	
	03/31/2025	12/31/2024	03/31/2025	12/31/2024
Tax	7,197	7,026	7,194	7,026
Civil	6,796	6,461	6,703	6,461
Labor	514	503	504	503
Environmental	255	246	255	246
Total	14,762	14,236	14,656	14,236

Seeking to preserve its interests and favorable conditions, the Company may, from time to time, enter into out-of-court settlements to end disputes classified as having a possible loss expectation. See below the main proceedings not provisioned for:

a) Tax proceedings

Description of tax proceedings	03/31/2025	12/31/2024
Plaintiffs: States of Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, São Paulo and Tocantins		
1) Recovery of ICMS-ST on consignment and symbolic return of jet fuel for resale; consideration of establishment as wholesaler retailer, blacklisting of tax documents.	1,072	1,145
Plaintiffs: States of Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, São Paulo and Tocantins		
2) Cases where the company is contesting the lack of ICMS incidence on the variation in fuel volumes due to leftovers and inventory shortages arising from the operation and transportation of products. The Company receives products from the oil refinery invoiced based on a temperature of 20° C. When sold to customers, the Company sells the product at room temperature, resulting in a variation in inventory due to natural volumetric variations caused by temperature.	1,691	1,594
Plaintiffs: States of São Paulo and Discom		
3) Cases where the Company is contesting who is liable for the payment of ICMS not withheld through tax substitution based on injunctions obtained by the buyers, but which now is due because the buyers eventually lost the lawsuits filed against the State.	257	252
Plaintiff: Federal Government		
4) Cases under which Company is disputing the incidence of IPI on oil products and the possibility of maintaining IPI credits on the acquisition of inputs used in the production of oil products (IPI exempt).	693	699
Plaintiffs: States of Amazonas and Pernambuco		
5) Collection of ICMS on alleged aviation fuel sales, with no ICMS tax for national and foreign airlines, for flights to other states or abroad.	390	435
Plaintiff: Federal Government		
6) Cases where the Company is charged for allegedly undue deduction of interest on equity in the IRPJ and CSLL calculation base.	437	451
Plaintiffs: States of Alagoas, Amapá, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Distrito Federal and Federal Government		
7) Punishment applied for non-compliance with auxiliary obligations related to collection and crediting of ICMS, IRPJ, CSLL, PIS and COFINS payable on operations in general by the Company.	173	158
Plaintiffs: State of Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Paraíba, Piauí, Rondônia, Santa Catarina and São Paulo		
8) Cases where the company is contesting whether or not there is a right to credit the ICMS paid when the CIF freight in interstate operations is tax exempt. Distinction between transportation operation and service.	274	267

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Description of tax proceedings	03/31/2025	12/31/2024
Plaintiff: Federal Government		
9) Case where the Company is contesting the Social Security Contribution on profit shares and performance bonuses paid to employees and/or managers.	222	220
Plaintiff: Federal Government		
10) Dispute about the quantitative and qualitative feasibility of tax offsets made by Company, where the DCOMPs have not been ratified by the federal tax authorities - except IPI credits, which are addressed elsewhere.	119	126
Plaintiff: State of Rio de Janeiro		
11) Case disputing the appropriation of ICMS credit, considering that the State assessed the Company for allegedly duplicating recorded credits.	119	116
Plaintiffs: States of Mato Grosso, Pará and Pernambuco		
12) Cases where the Company was assessed by the tax authority, demanding ICMS on deliveries resulting from interestablishment transfers.	91	89
Plaintiffs: States of Ceará, Mato Grosso and Roraima		
13) Cases in which the Company was assessed by the tax authority, demanding differences (additional payments) in relation to the ICMS-ST calculation.	41	61
Plaintiff: Federal Government		
14) Lawsuits in which VIBRA contends that coke, after undergoing certain physical procedures (screening, fractioning, and granulometry), does not lose its status as a petroleum-derived product and is therefore exempt from IPI.	94	-
Plaintiffs: State of PA and Federal Government		
15) Case where the Company was assessed for untimely payment of tax without restating the amounts as required by the Tax Audit.	80	77
Plaintiff: State of Rio de Janeiro		
16) Lawsuits in which VIBRA is assessed as jointly liable for the payment of ICMS, legal charges and fines, related to interstate transactions under the FOB model, due to the lack of issuance of the Electronic Manifest of Fiscal Documents (MDF-e) and/or other ancillary obligations, hindering the tracking of the goods sold.	135	-
Plaintiff: Federal Government		
17) Cases where the Company has been assessed for non-payment of employer social security contributions on management fees paid, given the alleged employment relationship between them and the Company.	212	207
Plaintiff: State of Rio de Janeiro		
18) Cases where the Company has been assessed for using NCM classification (Mercosur Common Nomenclature) with which the State does not agree, and collecting ICMS-ST the Company believes is undue.	72	71
Plaintiffs: States de Mato Grosso, Pernambuco and Santa Catarina		
19) Cases where the Company is being required to pay ICMS-ST on green coke operations. The Company is contending there is no regulation requiring the tax substitution.	41	42
Plaintiff: Federal Government		
20) Federal tax charge related to the treatment of Eletrobras subsidiaries' receipts on the cash basis, given the constituted debt and the rating indicating zero fair value receivable.	366	356
Plaintiff: BA State		
21) Cases where the Company is fined for using ICMS credits for a period exceeding 5 years from their origination, due to the lack of earlier opportunities for their proper utilization.	-	48
Plaintiff: GO State		
22) Cases in which the Company is being charged for not collecting the Poverty Combat Fund percentage with the ICMS.	69	80

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Description of tax proceedings	03/31/2025	12/31/2024
Plaintiffs: States of Paraíba, Pernambuco, Santa Catarina, São Paulo, Amazonia, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Rio de Janeiro and Rio Grande do Sul		
Cases where the tax authority is accusing the Company of having appropriated/used credit in operations in which credits are not entitled, such as the improper application of the noncumulative principle.		
23)	41	42
Plaintiff: State of Rio de Janeiro		
24) Lawsuit disputing the requirement related to an ICMS credit corresponding to 10% of the total benefits granted by Rio de Janeiro state.	58	43
Various tax proceedings	450	447
Total	7,197	7,026

b) Civil proceedings

Description of civil proceedings	03/31/2025	12/31/2024
Plaintiff: Associação de Mantenedores Beneficiários da Petros – AMBEP		
Public Civil Action for the cost to “repair the Plano Petros 1 deficit” to only be allocated to the sponsors, supplementary pension plan administrators and investment funds rather than the plan’s participants, as the deficit has been caused by mismanagement.		
1)		
Status: After an appeal from Petros, the Federal Court of Distrito Federal was assigned jurisdiction. Throughout 2024, the case was reassigned twice due to the disqualification of the designated judges, with the latest reassignment to the 1 st Federal Court of the Federal District on December 09, 2024.	2,601	2,485
Plaintiff: WTorre Engenharia E Construção S.A..		
Arbitration procedure filed by the plaintiffs arising from alleged fraud to the unenforceability of bidding for contracting atypical lease (BTS) for the operation of the Rondonópolis Terminal.		
2)		
Status: Decision staying the arbitration while the injunction order favorable to the company under the Public Civil Action filed against W. Torre. is in force.	1,747	1,698
Plaintiff: CADE - Brazilian Antitrust Authority		
Inquiry converted into Administrative Proceeding in a decision published on 7/2/2020. The violations investigated in this process relating to the DUBAI operation are: agreement to set ethanol prices and share clients in Distrito Federal/DF, and adoption of a policy of discrimination against domestic buyers, affecting the market in Distrito Federal/DF. Any fine is calculated at rates between 0.01% and 20%, with the maximum rate having been used (20%). The calculation base was limited to the Company's annual gross sales (year before the introduction of PA - 2019) in the relevant geographic market defined by CADE in the case records - DF.		
3)		
Status: SG/CADE issued a Technical Note converting the Administrative Inquiry into an Administrative Proceeding. The Company submitted its defense on 05/07/2021. After the witness and personal testimonies, CADE's General Management (SG/CADE) ordered the evidentiary phase be concluded on 09/17/2024. On October 24, 2024, SG/CADE's issued a final opinion recommending the dismissal of the case against Vibra and BR employees. The case was then forwarded to CADE's Tribunal, where it is awaiting a final ruling.	482	472

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Description of civil proceedings		03/31/2025	12/31/2024
Plaintiff: Francisco Messias Cameli			
Civil suit before the courts of the State of Amazonas for collection of rent, due to the demurrage of vessels at the Distribution Base of Cruzeiro do Sul.			
4)	Status: The appeal decision was published on 6/23/2020 denying the Company's appeal by majority opinion, with the Reporting Justice's opinion to accept the appeal being defeated. On 06/29/2020 the Company filed a Motion for Clarification, which was rejected. Special Appeal filed by the Company, which was entertained at the court of origin, with the case records having been sent to the reporting justice at the Superior Court of Justice (STJ).	289	277
Plaintiff: Dislub Distribuidora De Lubrificantes Ltda.			
Plaintiff filed suit against the Company with a view to terminating the distribution contract, the payment of indemnification as losses and damages for a series of alleged losses and payment of a contractual fine. The Company was ordered only to repair the material damages in the form of lost earnings.			
5)	However, the expert's calculation was made based on monthly sales of products by Dislub without deducting operating costs and taxes. Status: The case is in the appeal phase before the Superior Court of Justice (STJ) – a request for resolution of the conflicting decision has been filed, but not yet judged.	185	178
Plaintiff: CADE - Brazilian Antitrust Authority			
This is a legal dispute regarding the fine imposed by CADE on the Company under the scope of the Administrative Proceeding for the alleged anticompetitive practices of abuse of dominant position, initiated by a complaint from GRAN PETRO against the companies that make up the aviation pool at Guarulhos-SP airport.			
6)	Status: Vibra has taken legal action against this CADE administrative decision and obtained a preliminary injunction, suspending the fine and positive covenant until the final judgment of the lawsuit. Secured debt. Injunction granted. Case at lower court pending judgment.	87	82
Plaintiff: CADE - Brazilian Antitrust Authority			
Consists of the annulment action seeking to overturn CADE's administrative decision resulting from the investigation into alleged cartels engaged in the resale and distribution of fuel in Belo Horizonte and surrounding areas.			
7)	Status: On July 04, 2024, an official letter from TRF-1 was filed, informing the judgment of the jurisdictional conflict, which established the prevention and competence of the 4 th Federal Court to adjudicate the annulment case filed by VIBRA. On July 19, 2024, VIBRA filed a motion for clarification against this decision, and the reporting justice summoned CADE to submit its counterarguments to the motion, which were filed on August 19, 2024. The case is now awaiting judgment.	95	90

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Description of civil proceedings		03/31/2025	12/31/2024
Plaintiff: Auto Viação Ouro Verde Ltda			
Case seeking indemnity for violation of the proportionality clause between volumes of products acquired by the plaintiffs and the volume of cargo to be shipped by Ouro Verde, with which the Company signed binding fuel supply and transportation contracts.			
8)	Status: The Company was ordered to reimburse shipping costs and to pay losses and damages to the Plaintiffs. After payment of the award had begun, Plaintiffs submitted a petition stating the amount they believed they were entitled to: R\$ 1,041 as gross sales for shipping not provided to the Company and R\$ 83 for lost earnings. The court has already approved the expert report, not fully accepting the amounts claimed by Ouro Verde, a decision upheld by the São Paulo Court of Appeal (TJSP). The approved amounts are fully reflected by the Company in its financial statements. The contingency specified here represents the difference between the provision made by the company and the restated total as per the award enforcement petition. Both the plaintiff and the defendant appealed to the Superior Court of Justice (STJ) regarding the discussion on the expert report. Vibra's Special Appeal was denied on 09/05/2024. We filed a motion for clarification, assigned to Justice Buzzi, with no decision delivered yet. The Special Appeal filed by Viação Ouro Verde was not entertained by the São Paulo Court of Appeal (TJSP), and Viação subsequently filed an interlocutory appeal against this decision.	116	111
Plaintiff: DISCOM Distribuidora de Combustíveis e Comércio Ltda.			
DISCOM claims that since October 1997 it entered a purchase and sale commitment, which includes the Company's obligation to supply products. It alleges that the Company had failed to perform the agreement without cause, suspending the delivery of products on May 25, 2000, thus violating the agreement signed, causing losses for DISCOM. It is claiming indemnification for losses and damages.			
9)	Status: In the decision reached on May 19, 2021, the Pernambuco State Court of Appeal (TJPE) upheld the decision, except for establishing the SELIC Base interest rate as the index for restating the award. The Company filed a Special Appeal after the TJPE had denied its motion for clarification, entertained at the court of origin. At the Superior Court of Justice (STJ), the appeal was assigned to the reporting justice Moura Ribeiro, who on August 21, 2024, partially entertained the special appeal and then denied it. Interlocutory appeal filed.	84	83
Plaintiff: Posto Pau de Vela Bahia Ltda			
Plaintiff is claiming compensation for losses caused to the gas station due to practices (prices and terms) that make it impossible for the plaintiff to make a profit, in addition to claiming investment expenses and moral damages. Invoking strict liability, this case is seeking reimbursement of losses caused by nonperformance of contracts entered into with the Company, primarily in respect of profits, in order to cover its operating costs and thereby generating the agreed profit.			
10)	Status: An expert report was submitted to the case records stating that a number of the commercial terms imposed by the Company were one of the factors that contributed to the losses suffered by the plaintiff. However, no settlement was reached, as it is not yet possible to precisely quantify the alleged damages. The report prepared by the Company's technical assistant contests the conclusions reached by the court-appointed expert. This case is pending judgment.	84	82
Plaintiff: Compasa - Compañía De Petróleo Y Asfalto Sociedad Anónima			
This is a compensation demand filed by COMPASA against Petrobras and Vibra, based on the breach of an asphalt product distribution contract signed with Vibra with an exclusivity clause. The plaintiff contends that Petrobras and Vibra form the same economic group, and therefore share the duty of exclusivity. As Petrobras sold asphalt in Paraguay without respecting exclusivity, and continued sales even after losing a similar case in 2015, it is due compensation for the period following this condemnation.			
11)	Status: A ruling was issued that, accepting the conclusions of the expert report, ordered VIBRA and Petrobras to jointly pay compensation in the amount of USD 44,175,793.24. Petrobras and Compasa filed motions for clarification, which were denied on 04/24/2024. An appeal was filed by VIBRA and PETROBRAS, which in March 2025 was awarded, resulting in the claim being dismissed. COMPASA filed a motion for clarification.	145	142

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Description of civil proceedings		03/31/2025	12/31/2024
Plaintiff: Grycamp Transportes			
12)	Indemnity lawsuit due to the early termination of two transportation contracts. Grycamp claims to have suffered revenue losses due to a reduction in transported volume and is seeking compensation from Vibra for lost profits for volumes not transported until the end of the contract and compensation for investments made in fleet adaptation. Status: The court ruled the plaintiff's claims as unfounded, and the plaintiff filed a motion for clarification, which was denied on 09/26/2024. In November 2024, an appeal was filed by Grycamp, which has not yet been judged.	47	43
Plaintiff: Lar Cooperativa Agroindustrial			
13)	Lar Cooperativa filed a declaratory lawsuit for contractual termination against the Company and Stemas, seeking the termination of the Purchase and Sale Commitment Agreement and equipment sublease agreement entered into with both companies. They claim excessive costs resulting from legislative changes that made purchasing energy on the free market more advantageous than self-generation. Status: After the lower court ruled against LAR's claims, LAR's appeal was upheld by the TJRJ (Rio de Janeiro Court of Appeal), recognizing the termination of the contract and ordering the Company and Stemas to jointly reimburse all amounts paid as sublease from the date of service of process. The Company filed a motion for clarification, alleging an omission in the ruling, as it failed to consider the expert report conclusions that found no excessive costs, and <i>extra petita</i> judgment, since the claim for reimbursement of sublease payments was not raised in the initial petition, but only in the appeal. The appeal was not upheld, and the Company filed a Special Appeal, which was denied. Subsequently, an Interlocutory Appeal was filed against the decision rejecting the Special Appeal, which was not entertained, and an Internal Interlocutory Appeal was filed, which was also denied. In September 2024, motions for clarification (EDs) were filed and were rejected by a decision in November 2024. A second set of motions for clarification was filed against this decision, which, by December 31, 2024, had not yet been judged. On February 28, 2025, the second EDs were rejected, and the judgment became final on March 26, 2025. Enforcement of the judgment has not yet been initiated.	41	40
Plaintiff: EPCista			
14)	This is a lawsuit filed by an EPC contractor, claiming the existence of amounts to be received due to delays caused by Comerc, as well as the use of direct and indirect labor far beyond what was originally planned. Status: Distributed on 07/17/2024. On 07/31/2024, the court ordered the service of process on the Companies. On 08/19/2024, the first positive service return for the Defendants was filed. On 09/09/2024, Comerc filed a motion to oppose the payment order (monition action). On 09/30/2024, GLD submitted a response to the monition action. On 12/02/2024, the parties were summoned to comment on the production of evidence. On 12/04/2024, GLD filed a petition requesting the production of evidence (witness testimony and accounting expert evidence). On 01/21/2025, Comerc filed a petition reiterating the request for the dismissal of the payment order action.	45	-
Various civil proceedings		748	678
Total		6,796	6,461

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

c) Labor proceedings

Description of labor proceedings	03/31/2025	12/31/2024
Plaintiffs: Other		
1) Judicial proceedings in which the Company's employees/former employees are claiming payment of the additional RMNR without deducting the risk premium.	164	172
Plaintiffs: Other		
Judicial proceedings in which the Company's employees/former employees are claiming the risk premium on the grounds they were working in hazardous conditions, being exposed to harmful agents, in due accordance with Ministry of Labor Prosecutor's Department Regulatory Standard 16.	80	74
Plaintiffs: Other		
3) Labor claims filed by former employees/employees of product transportation firms contracted by the Company.	53	53
Various labor proceedings	217	204
Total	514	503

d) Environmental proceedings

Description of environmental proceedings	03/31/2025	12/31/2024
Plaintiff: Goiás State Public Prosecutions Office		
1) Public Civil Action by which the Goiás State Public Prosecutor's Office (MP-GO) is seeking the conviction of the Company, the hauler Transportadora ITA and the Goiânia municipal government for environmental damages resulting from the spill of 12,000 liters of asphalt into rivers in Goiás state, due to an accident that took place during the unloading of the tanker truck at the Goiânia Works Office, which is the Company's client.		
Status: Case at the evidentiary stage.	192	185
Various environmental proceedings	63	61
Total	255	246

26 Contractual commitments

a) Take or pay purchase agreements

As of March 31, 2025 the Company has purchase commitments for shale oil for the period of three years, amounting to a total of R\$ 340 with Paraná Xisto (R\$ 162 as of March 31, 2024).

As of March 31, 2025, the Company has commitments for oil product purchases for the period of 1 year, amounting to an estimated total of R\$ 218 with Petrobras (R\$ 229 as of March 31, 2024) and R\$ 85 with Refinaria Mataripe (R\$ 86 as of March 31, 2024).

b) Take or pay service agreements

As of March 31, 2025 the Company has commitments towards Logum Logística S.A. for the transportation of ethanol by pipeline, worth an estimated total of R\$ 391 (R\$ 457 as of March 31, 2024) through March 2029. The contract involves supplies for the bases in São Paulo and Rio de Janeiro and establishes a take-or-pay volume for each section.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

As of March 31, 2025 the Company has commitments owed for storage services for the period of fifteen years with SPE – Nordeste Logística, worth an estimated R\$ 90 (R\$ 74 as of March 31, 2024). At March 31, 2025 the Company had commitments for storage services with Ageo Terminais for the period of four years with Granel Química, worth an estimated R\$ 198 (R\$ 4 as of March 31, 2024), with CBL Terminais worth an estimated R\$ 157 (R\$ 45 as of March 31, 2024), Ultracargo worth an estimated R\$ 51 (R\$ 65 as of March 31, 2024) and Ageo Terminais worth an estimated R\$ 41 (R\$ 86 as of March 31, 2024).

As of March 31, 2025, the Company has commitments for railway transportation with Rumo S.A. - Norte for the period of 1 year, worth an estimated R\$ 49 (R\$ 41 as of March 31, 2024) and Rumo S.A. – Sul worth an estimated R\$ 52 (R\$ 34 as of March 31, 2024).

As of March 31, 2025, some of Comerc's subsidiaries have investment commitments in infrastructure already formalized, totaling R\$ 194 in the distributed generation segment for cycle 3 (consolidated Mori 3 and Ares 2).

27 Financial instruments

See below the main financial instruments included in the statement of financial position:

		Consolidated		Parent Company		
	Notes	Fair value hierarchy level	03/31/2025	12/31/2024	03/31/2025	12/31/2024
Amortized cost						
Assets						
Cash and bank deposits	5		1,401	1,309	383	399
Short-term investments	5		4,072	9,171	2,636	8,917
Cash and restricted bank	6		178	-	-	-
Debentures			359	-	-	-
Accounts receivable	7		7,081	5,796	6,720	6,280
Total assets at amortized cost			13,091	16,276	9,739	15,596
Trade payables	13		2,919	2,432	2,394	2,427
Financing of product supply	14		267	-	267	-
Loans and financing	15		25,684	20,449	18,684	19,538
Creditors under the acquisition of equity interests			62	75	-	-
Total liabilities at amortized cost			28,932	22,956	21,345	21,965
Fair value through profit or loss						
Derivative financial instruments - commodities contracts		2	3	4	3	4
Derivative financial instruments - future energy trading contracts		2	6,199	-	-	-
Derivative financial instruments - embedded derivative		2	278	-	-	-
Derivative financial instruments - swap contracts and NDFs		2	310	898	281	898
Derivative financial instruments - options contract		3	-	1	-	1
Total assets at Fair value through profit or loss			6,790	903	284	903
Creditors under the acquisition of equity interests (Merger Earnout)		3	-	2	-	2
Creditors under the acquisition of equity interests (Earnout project under expansion)		3	157	157	157	157
Derivative financial instruments - commodities contracts		2	29	32	9	23
Derivative financial instruments - future energy trading contracts		2	5,690	-	-	-
Derivative financial instruments - swap contracts and NDFs		2	247	38	115	38
Derivative financial instruments - options contract		3	-	48	-	48
Derivative financial instruments - options contract		2	169	-	-	-
Total liabilities at Fair value through profit or loss			6,292	277	281	268

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

The fair values of loans and borrowings is presented in note 15. The fair values of cash and cash equivalents and other financial assets and liabilities are equal to or closely approximate their carrying amounts.

Fair value Hierarchy Level 3

A number of financial instruments were rated by the Company as level 3, as their measurement involved inputs considered significant and non-observable, as per note 27 to the financial statements as of December 31, 2024.

28 Risk management

Vibra Energia's (Company) financial risk management objectives and policies and the nature of the risks involved remained unchanged in the three-month period ended March 31, 2025. They therefore remain the same as disclosed in note 28 of the financial statements of December 31, 2024.

In the period ended March 31, 2025, Vibra Energia's consolidated financial statements began to present the risks inherent to the activities of Comerc Energia and its subsidiaries, as presented in the following risk notes:

28.1 Currency risk

SWAP contracts

As of March 31, 2025 the Company's loans and financing indexed to exchange variance have been fully hedged, both for term and amounts, by swap contracts.

The indirect subsidiary Hélio Valgas entered into a derivative financial instrument to convert its debt from Brazilian Reais to US Dollars, as its revenue is generated in US Dollars.

The Company records the swap contracts gains and losses in profit or loss for the period.

The Company and its indirect subsidiaries have 12 swap contracts in the USD x CDI format and 1 contract in the IPCA x USD format, as shown below:

Contracting party	03/31/2025						12/31/2024	
	Notional (Million)				Fair value (R\$ million)		Swap Earnings	Earnings less credit risk
	Long position		Short position		Long position	Short position		
					(a)	(b)	(a) - (b)	
Vibra Energia	USD	995	CDI	5,393	5,781	5,682	99	99
Nexway Comércio	USD	12	CDI	60	90	86	4	4
Hélio Valgas	IPCA	1,574	USD	273	1,677	1,784	(107)	(106)

The swap's fair value is calculated based on the present value of the future estimated cash flows. The estimates of the floating future cash flows are based on quoted swap rates, future prices and interbank loan interest rates. Estimated cash flows are discounted using a yield curve constructed from similar sources and which reflects the relevant benchmark interbank rate used by market participants for this purpose when pricing interest rate swaps. The estimated fair value of the SWAP result is subject to a credit risk analysis that reflects the counterparty's credit risk, i.e. calculated based on the Anbima credit risk.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Swap operations taken out and in force as of March 31, 2025 are as follows:

Company	Currency	SWAP type	Counterparty		Maturity	Total Debt	Long Position	Coverage %	Average Swap Rates	
			Debt	SWAP					Long Position	Short Position
Vibra Energia	USD	Fixed x DI	NCE Citi	Citi Bank	Feb-28	463	465	100%	6.33% p.a.	CDI + 1.05% p.a.
Vibra Energia	USD	Fixed x DI	4131 BNP	BNP	Feb-26	864	868	100%	2.38% p.a.	CDI + 1.69% p.a.
Vibra Energia	USD	Fixed x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	Feb-26	575	578	100%	1.795% p.a.	CDI + 1.55% p.a.
Vibra Energia	USD	Fixed x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	Oct-27	520	523	100%	2.8075% p.a.	CDI + 1.52% p.a.
Vibra Energia	USD	Fixed x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	Feb-28	348	349	100%	3.12% p.a.	CDI + 1.65% p.a.
Vibra Energia	USD	Fixed x DI	NCE Citi	Citi Bank	Feb-27	434	436	100%	6.61% p.a.	CDI + 1.15% p.a.
Vibra Energia	USD	Fixed x DI	NCE BoC	JP Morgan	Apr-27	527	530	100%	4.10% p.a.	CDI + 1.3158% p.a.
Vibra Energia	USD	Fixed x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	Mar-28	575	577	100%	5.8475% p.a.	CDI + 1.99% p.a.
Vibra Energia	USD	Fixed x DI	PPE Bofa	BofA	Nov-29	736	736	100%	Sofr 6m + 1.85% p.a.	CDI + 0.92% p.a.
Vibra Energia	USD	Fixed x DI	PPE ICBC	ICBC	Nov-29	294	295	100%	Sofr 6m + 1.85% p.a.	CDI + 0.52% p.a.
Vibra Energia	USD	Fixed x DI	PPE Bofa	BofA	Jan-30	436	437	100%	Sofr 6m + 1.85% p.a.	CDI + 2.40% p.a.
Nexway	USD	Fixed x DI	4131 Santander	Santander	May-27	90	90	100%	5.41% p.a.	CDI + 1.02% p.a.
Hélio Valgas	BRL	IPCA x USD	Debentures	BTG	Jun-38	1,643	1,678	100%	IPCA + 8.2561%	6.91% p.a.

Sensitivity analysis - effect of change in fair value of swaps

The Company and its subsidiaries have reported liabilities indexed to foreign currency as of March 31, 2025, and in order to identify possible misstatements from operations involving consolidated derivative financial instruments currently in force, a sensitivity analysis was carried out. The potential fair value was estimated of the instruments in hypothetical scenarios by varying the risk factor impacting each position. The sensitivity analysis presented considered a change in relation to the risk variables assumed, maintaining the others unchanged.

The probable scenario denotes the fair value of the derivatives as of March 31, 2025, calculated based on the selling PTAX rate on the last working day.

03/31/2025						
Type	Scenarios	Fair value (R\$ million)		Swap Earnings	Earnings less credit risk	Δ SWAP Result post credit risk discount
		Long position	Short position			
		(a)	(b)	(a) - (b)		
USD x CDI	Probable scenario	5,871	5,768	103	103	-
	Devaluation of the Brazilian real against US dollar (25%)	7,340	5,768	1,572	1,561	1,458
	Valuation of the Brazilian real against US dollar (25%)	4,404	5,768	(1,364)	(1,355)	(1,458)
IPCA x USD	Probable scenario	1,677	1,784	(107)	(106)	-
	Devaluation of the Brazilian real against US dollar (25%)	1,677	2,230	(553)	(548)	(442)
	Valuation of the Brazilian real against US dollar (25%)	1,677	1,338	339	336	442

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

	03/31/2025	+25%	-25%
USDBRL	R\$ 5.7422	R\$ 7.1778	R\$ 4.3067

Non Deliverable Forward - NDF

The Company takes out forex hedges to: (i) to cover commercial margins on aviation fuel sales made to foreign customers (ii) to hedge against exchange variance on fuel imports (iii) to hedge inventory (iv) to guarantee the price of Cartão Caminhoneiro [Prepaid Trucker's Card].

The hedges procured accounted for approximately 100% of the US dollar export revenue grossed from the aviation segment between January and March 2025. The Company procured forex hedges for imports between January and March 2025 for approximately 100% of the cargo of Vibra Energia, and for approximately 100% of Vibra Importação's cargo in the same period.

The Company's financial risk management policy includes the contracting of foreign exchange hedge operations to cover approximately 100% of both the amount of exports, based on sales estimates, and imports with releases prior to the maturity date.

Hélio Valgas holds Asian-style NDFs (Non-Deliverable Forwards) with maturities up to January 12, 2026, aimed at hedging against exchange rate volatility affecting the revenues of its indirect subsidiaries Hélio Valgas I to V, whose energy contracts are priced in US Dollars. Hélio Valgas also contracted plain vanilla NDFs with maturities up to December 15, 2025, to hedge against exchange rate volatility on the USD liability side of the swap operation.

The settlement of all forex hedges using NDFs between January and March 2025 led to a positive flow to the Company of R\$ 41 and a consolidated positive flow of R\$ 29. It led to a negative flow of R\$ 18 (2024) in the same period the previous year.

Note that the Company and its subsidiaries did not use any other derivative instruments in relation to forex hedges besides NDFs and Swaps.

None of these hedges required guarantee margin deposits.

03/31/2025									
Contracting party	Notional (Million)					Fair value (R\$ million)		Maturity	
	Long position		Short position			Long position	Short position		
Vibra Energia	USD	\$	94	USD	\$	144	(2)	5	2Q25
Vibra Importadora	USD	\$	31	USD	\$	1	-	-	2Q25
Comerc Energia	USD	\$	16	USD	\$	12	2	(2)	2Q25
Comerc Energia	USD	\$	-	USD	\$	12	-	(2)	3Q25
Comerc Energia	USD	\$	15	USD	\$	12	4	(3)	4Q25
Comerc Energia	USD	\$	-	USD	\$	4	-	(1)	1Q26

The following sensitivity analysis was conducted for the fair value of the foreign currency derivatives. The probable scenario is the fair value as of March 31, 2025, calculated based on the selling PTAX rate on the last working date restated by the free coupon obtained from the B3 site, which adjusts the value according to the maturity of each contract. Intermediate dates are interpolated.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Foreign Exchange Derivatives	Company	Devaluation of the Brazilian real against US dollar (+25%)	Valuation of the Brazilian real against US dollar (- 25%)
Non deliverable forwards (NDF) (*)	Vibra Energia	(74)	70
Non deliverable forwards (NDF)	Comerc Energia	(14)	5

(*) The Company has more short positions than long positions in USD.

See below the sensitivity analysis of the other financial instruments subject to exchange variance:

Consolidated				
	Exposure at 03/31/2025	Risk	Scenario I	Scenario II
Assets				
Cash equivalents	441	US dollars / Real	110	(110)
Trade receivables	294	US dollars / Real	74	(74)
Embedded derivative (a)	261	US dollars / Real	65	(65)
Liabilities				
Trade payables	(1,568)	US dollars / Real	(392)	392
Financing	(6,326)	US dollars / Real	(1,582)	1,582
Impact on profit or loss				
Gain/(loss)			(1,725)	1,725

Criteria

Probable scenario 1- Weakening of 25% of Real against US Dollar. Scenario 2 - Appreciation of 25% of the Real against the US Dollar.

(a) Embedded derivative - energy sale contracts

The revenue of the indirect subsidiaries Hélio Valgas I to V is indexed to the US Dollar and is subject to exchange rate fluctuations, which may impact the profitability of the project.

The energy sale contract signed by the subsidiaries, which has a 20-year supply term, contains an embedded derivative related to foreign currency (US Dollars), since this currency is not typically used in the economic environment for energy trading, and the parties involved do not have the US Dollar as their functional currency. The notional amount involved in the energy sale contract as of March 31, 2025, is USD 907,191.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

28.2 Interest rate risk

Derivatives contracts – Swap IPCA x CDI

The Company has four contracts of this type, totaling R\$ 2,382 in operations of this nature with maturities until February 25, 2033.

					03/31/2025			12/31/2024	
Contracting party	Notional (Million)				Fair value (R\$ million)		Swap Earnings	Earnings less credit risk	Earnings less credit risk
	Long position		Short position		Long position	Short position			
					(a)	(b)	(a) - (b)		
Vibra Energia	IPCA	2.382	CDI	2.382	2.614	2.550	64	64	42

Swap operations taken out and in force as of March 31, 2025 are as follows:

Currency	SWAP type	Counterparty		Maturity	Total Debt	Long Position	% Coverage	Average Swap Rates	
		Debt	SWAP					Long Position	Short Position
BRL	IPCA x CDI	CRA 43	JP Morgan	Sep-31	985	985	100%	IPCA + 5.3995%	111.10% of CDI
BRL	IPCA x CDI	CRA 11	BofA	Jul-25	397	397	100%	IPCA + 5.5914%	113.55% of CDI
BRL	IPCA x CDI	CRI 100	BofA	Feb-32	285	285	100%	IPCA + 4.9781%	98.28% of CDI
BRL	Fixed x CDI	DEBI 100	Itaú	Feb-33	1,000	1,000	100%	15.13% p.a.	CDI + 0.12% p.a.

Sensitivity analysis - effect of change in fair value of swaps

The Company has reported local-currency liabilities indexed to the IPCA rate as of March 31, 2025, and in order to identify possible misstatements from operations involving consolidated derivative financial instruments currently in force, a sensitivity analysis was carried out. The potential value was estimated of the instruments in hypothetical scenarios by varying the risk factor impacting each position. The sensitivity analysis presented considered a change in relation to the risk variables assumed, maintaining the others unchanged.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

The probable scenario denotes the fair value of derivatives at March 31, 2025.

03/31/2025						
Type	Scenarios	Fair value (R\$ million)		Swap Earnings	Earnings less credit risk	Δ SWAP Result post credit risk discount
		Long position	Short position			
		(a)	(b)			
		(a)	(b)	(a) - (b)		
IPCA x CDI	Probable scenario	2,614	2,550	64	64	-
	+ 25% in the projected implicit inflation curve	2,698	2,550	148	147	83
	- 25% in the projected implicit inflation curve	2,537	2,550	(13)	(13)	(77)

See below the sensitivity analysis on the main financial assets and liabilities subject to floating interest rates as of March 31, 2025.

Consolidated					
Book at March 31, 2025	Risk	Scenario Probable	+25%	-25%	
	CDI	14.15%	18.19%	10.25%	
	IPCA	5.06%	6.39%	3.75%	
	SELIC	14.25%	18.32%	10.32%	
	TR	1.09%	1.37%	0.82%	
	IGPM	8.58%	10.91%	6.30%	
	INPC	4.87%	6.15%	3.61%	
Financial instrument assets					
Short-term investments - CDI	2,203	CDI	312	401	226
Debenture receivable - CDI	325	CDI	46	59	33
Debenture receivable - IPCA	34	IPCA	5	6	4
Financing receivable - CDI	249	CDI	35	45	26
Financing receivable - IPCA	555	IPCA	28	35	21
Financing receivable - IGPM	73	IGPM	6	8	5
Financing receivable - INPC	67	INPC	3	4	2
Payable financial instruments					
Loans and Debentures in CDI	(12,083)	CDI	(1,710)	(2,198)	(1,238)
Loans and Debentures in IPCA	(6,195)	IPCA	(313)	(396)	(232)
Loans and Debentures in SELIC	(11)	SELIC	(2)	(2)	(1)
Loans and Debentures in TR	(21)	TR	(0)	(0)	(0)
Net financial income, as per estimates					
Gain/(loss)			(1,590)	(2,038)	(1,154)
Change in gain/(loss)				(448)	884

Criteria

Probable scenario - considers the interest rate in force in the market as of March 31, 2025, based on the sources: Central Bank of Brazil, IBGE and B3.

The sensitivity analysis only took into account the change in the interest rate in relation to the debtor balance as of March 31, 2025, undertaking no other changes.

The table demonstrates the net finance revenue (cost) for one year based on the aforesaid criteria.

Notes to the interim financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***28.2.1 Price risk****a) Petroleum Derivatives**

The derivative price risk management policy remained unchanged in the three-month period ended March 31, 2025. They therefore remain the same as disclosed in note 28.2.1 of the financial statements of December 31, 2024.

All commodity derivative transactions are secured by commercial and procurement activities.

See below the derivatives sensitivity analysis:

Contracts						(in millions of Reais)	
Company	Type	Unit	Amount	Average sale price	Closed on 03/31/2025	MTM (Contract Value)(*)	Possible Scenario (Δ of 25%)
Vibra Energia	RBOB (Gasoline)	cpg	126	1,253	1,315	(3)	(21)
Vibra Energia	HO (Diesel)	cpg	228	1,281	1,309	(3)	(34)
Vibra Energia	GO (Diesel)	MT	-	3,817	3,939	(8)	-
Vibra Trading Importação	GO (Diesel)	cpg	440	1,253	1,309	(10)	(71)
Vibra Trading Importação	GO (Diesel)	MT	-	3,878	3,935	(3)	-

Ptax sale 03/31/2025 5.7422

(*) Import operations only.

Vibra Trading BV

Type	Amount	(in millions of Reais)	
		MTM	Possible Scenario (Δ of 25%)
Gasoline	124	(7.2)	(23.1)
Diesel	(51)	1.0	7.2
Freight	-	0.1	0.1

Ptax sale 03/31/2025 5.7422

b) Energy futures trading contracts

As part of its trading operations, Comerc Energia takes long or short positions in energy according to its strategy and price forecasts, and these are subject to volatility. If there are significant changes in prices, Comerc's profitability may be impacted.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

The differences between the volumes of energy generated or purchased (supply) and the volumes of energy sold or consumed (demand) are settled by the Electric Energy Trading Chamber (CCEE) based on the Difference Settlement Price (PLD). The PLD is calculated daily for each submarket and is based on the Marginal Cost of Operation (CMO), within minimum and maximum limits set by ANEEL. The PLD minimum and maximum values are reviewed and set annually by ANEEL. Short-term market price fluctuations can lead to potential losses in trading activities. The factors that may affect the PLD include: (i) changes in forecast and actual load; (ii) reductions or increases in forecast and actual inflows; (iii) early or delayed operation of new generators and/or transmission facilities; and (iv) changes in forecast and actual generation of small plants. The occurrence of any of these factors may cause substantial changes in the PLD, and these factors also influence the entire forward energy price structure, including long-term prices (to a lesser extent, as volatility tends to decrease over longer periods). This may result in increased costs or reduced revenue in energy trading and may also negatively affect cash flow.

There may also be changes in the pricing methodology, shifting from a computational model-based structure to an offer-based pricing structure. Such a change could impact short-term price volatility and, consequently, medium and long-term prices.

Additionally, market price fluctuation risk may affect the positions of trading companies (and also impact the residual exposure of centralized generation), with potentially significant effects on the revenues and results of the Company's economic group as a whole.

Fair value of energy futures contracts

Comerc Energia and its trading segment subsidiaries have energy future contracts with maturities through 2045.

The fair values of the energy purchase and sale agreements were determined through information available in the market and appropriate valuation methodologies. The discount rate used is based on the risk-free market return rate, adjusted by the inflation index applicable to each contract, when applicable.

The actual results of the financial instruments (future contracts) may vary, since the fair value measurements are based on specific reference dates.

The negative impact on fair value for the period ended March 31, 2025, mainly results from the variation in future energy prices.

The mark-to-market impact is recorded in the operating margin, as it relates to the main activity of the energy trading segment.

Sensitivity analysis of energy purchase and sale transactions

The main risk factor is exposure to market price fluctuations for energy. Changes in the discount rate do not significantly affect the calculated fair value.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

The sensitivity analyses were prepared considering two scenarios: a 25% and a 50% increase or decrease in future prices, applied to the forward market price curve for each of the contract maturity dates. The Company believes that the probable scenario is reflected in the amounts recognized, as these contracts are marked to market based on available quotations. The results are shown below:

	Change in price	Position at 03/31/2025	Projected scenarios	
			Scenario 1 (25%)	Scenario 2 (50%)
Unrealized gains on electricity purchase and sale transactions	Elevation	510	252	44
	Drop	510	667	877

28.3 Liquidity risk

The Company and its subsidiaries main liquidity sources derive from (a) the cash flow generated by its operations (b) the balance of cash and short-term investments and (c) any loans and borrowings.

The Company believes that these sources are suitable for meeting its current sources, which includes but are not limited to working capital, investment capital, debt amortization and dividend payments.

The flow not discounted to present value of principal and interest on loans and financing by maturity is as follows:

Consolidated								
Period	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031 onwards	Total
Principal	997	1,904	4,244	3,544	3,610	2,952	6,923	24,176
Interest	2,486	2,673	2,442	2,247	1,971	1,566	5,170	18,556
Total	3,484	4,577	6,687	5,792	5,581	4,518	12,094	42,731

The remaining financial assets are expected to be realized in the short term and have therefore been classified in current liabilities, except for derivatives, which have different terms as disclosed in the notes above.

28.4 Credit risk

Credit Risk of Commercial Counterparties

The Company's commercial loans portfolio is highly diversified, serving customers from the automotive sector and major consumers, consisting mainly of industries, carriers, government clients and the air sector. Credit risk exposure is mainly represented by the balance of accounts receivable. The expected settlement of these receivables is detailed in note 7.

The Company's portfolio amounted to R\$ 17,600 as of March 31, 2025 (R\$ 18,278 as of March 31, 2024).

The expected credit losses are based on default risk assumptions, determining whether or not there is a significant increase in the credit risk, recovery factor and others.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

The Company assesses the estimated credit losses based on segments and the customer's payment history. The rates are calculated based on behavior in the last 3 years, and are reassessed quarterly.

See below the current matrix in force:

	Outstanding	1 to 30 days	31 to 60 days	61 to 90 days	91 to 365 days	Over 365 days
Receivables						
Retail	0.22%	69.51%	81.21%	87.12%	90.71%	100.00%
B2B	0.16%	39.02%	63.99%	74.61%	77.07%	100.00%

Credit Risk of financial institutions

In the financial institutions credit risk analysis, it tracks the exposure of each counterparty, its credit quality and long-term ratings published by rating agencies through limits: (i) Minimum Rating on Local scale; (ii) Minimum Equity of the Financial Institution; (iii) % exposure to Equity of financial institution and (iv) % maximum exposure of Company to a financial institution.

Credit granted to financial institutions in relation to derivative activities is distributed among the main international banks rated by international risk rating agencies as Investment Grade, and all major Brazilian banks. See the rating below:

Name	Company	Country of bank branch	National Scale Rating	Risk Agency	Global Scale Rating	Risk Agency
Citigroup	Vibra	Americas	BBB+	S&P	BBB+	S&P
Banco Bradesco	Vibra/Comerc	Brazil	AAA	S&P	BB	S&P
Banco do Brasil	Vibra/Comerc	Brazil	AAA	Fitch	BB	S&P
Banco Itau Unibanco	Vibra/Comerc	Brazil	AAA	Fitch	0	0
Banco Safra	Vibra	Brazil	AAA	S&P	BB	S&P
Banco Santander S.A. - Brazil	Vibra/Comerc	Brazil	AAA	S&P	BB	S&P
Caixa Econômica Federal	Vibra/Comerc	Brazil	AAA	Fitch	BB	S&P
Citibank	Vibra	Brazil	AAA	S&P	BB	S&P
Banrisul	Vibra	Brazil	AA+	S&P	BB-	S&P
JP Morgan	Vibra	Brazil	AAA	S&P	-	-
JP Morgan	Vibra	United States	-	-	A	S&P
Scotia bank	Vibra	Canada	-	-	A+	S&P
MUFG	Vibra	United States	-	-	A-	S&P
MUFG	Vibra	Brazil	AAA	S&P	-	-
BofA	Vibra	United States	-	-	A-	S&P
BNP	Vibra	France	-	-	A+	S&P
ABC	Comerc	Brazil	AAA	Fitch	BB	S&P
BNB	Comerc	Brazil	AAA	Fitch	BB	S&P
BNDES	Comerc	Brazil	AAA	Fitch	BB	S&P
XP	Comerc	Brazil	AAA	Fitch	AAA	S&P
BTG Pactual	Vibra/Comerc	Brazil	AAA	Fitch	BB	S&P
BRAZIL (Sovereign)	Vibra		AAA	S&P	BB	S&P
Vibra Energia S.A.	Vibra	Brazil	AAA	Moody's	-	-

Notes to the interim financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***Guarantees awarded to customers**

The Company has dealer financing operations in the sale of its own properties, characterized as 'vendor operations', in which Vibra issues guarantees to Santander, preserving the statutory lien over the property until full payment of obligations by the customers. In these operations, the maximum exposure as of 03/31/2025 is R\$ 252 with the final maturity in Mar/30.

28.5 Capital management

Capital management is the set of procedures that aims to ensure an adequate capital base for the Company to operate, allowing it to honor all of its financial commitments and risks, pursuing an adequate debt profile whilst guaranteeing a return for shareholders. The Company can change its capital structure to suit macroeconomic conditions, and as a result of the development of organic and inorganic projects in its portfolio.

	Consolidated		Parent Company	
	3/31/2025	12/31/2024	3/31/2025	12/31/2024
Financing (note 15)	25.684	20.449	18.684	19.538
Financing of product supply (note 14)	267	-	267	-
Leases (nota 16)	666	359	656	675
Gross debt from borrowing and leases	26.617	20.808	19.607	20.213
Derivative financial instruments (Swap)	(61)	(875)	(163)	(875)
Gross debt after derivative instrument	26.556	19.933	19.444	19.338
Less: cash and cash equivalents (note 5)	(5.473)	(10.480)	(3.019)	(9.316)
Less: cash and restricted investments (note 6)	(178)	-	-	-
Less: debentures	(359)	-	-	-
Net debt	20.546	9.453	16.425	10.022

28.6 Fair value measurement

Fair value measurements are classified at different levels in a hierarchy, as described below, based on the degree to which the fair value measurement information can be observed:

- Level 1 – quoted prices (without adjustments) in active markets for identical assets or liabilities to which the entity could have access at the measurement date;
- Level 2 - inputs other than quoted prices included in Level 1 that are observable for the asset or liability, either directly or indirectly;
- Level 3 - inputs for the asset or liability that are not based on observable market data.

The Company classifies a financial instrument measured at fair value as level 3, when one or more significant data are not observable.

As of March 31, 2025 the estimated fair value for the Company's financing calculated at market rates in force is presented in note 15.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

29 Related parties

29.1 Commercial transactions and other transactions

29.1.1 By company

	Consolidated					
	Profit or loss		Assets		Liabilities	
	03/31/2025	03/31/2024	03/31/2025	12/31/2024	03/31/2025	12/31/2024
Company's Joint ventures						
Evolua	-	-	-	-	303	133
Navegantes	1	-	37	29	-	-
Nordeste I	-	-	9	9	-	-
Zeg Biogás e Energia	-	-	11	11	-	-
	1	-	57	49	303	133
Joint ventures / Comerc's associated companies						
Estrela do Norte Geração de Energia SPE - Head office (SPE I)	15	-	290	-	-	-
Estrela do Norte SPE II S.A.	-	-	79	-	-	-
Micropower Comerc Energia	1	-	26	-	-	-
Newcom Comercializadora Ltda	17	-	8	-	9	-
Ventos de Santa Amélia	-	-	1	-	-	-
Ventos de Santa Sofia	-	-	1	-	-	-
Ventos de Santo Abelardo	-	-	1	-	-	-
Ventos de Santo Artur	-	-	1	-	-	-
RDVE	-	-	1	-	-	-
Other	-	-	2	-	-	-
	33	-	410	-	9	-
Total	34	-	467	49	312	133

	Parent Company					
	Profit or loss		Assets		Liabilities	
	03/31/2025	03/31/2024	03/31/2025	12/31/2024	03/31/2025	12/31/2024
Company Subsidiaries						
Fundo Invest.Imobiliário FCM	(18)	(20)	528	540	279	373
Vibra Trading B.V.	(3)	(2)	-	-	106	20
VBBR Conveniência	7	4	158	160	225	228
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda.	(14)	-	28	11	94	9
	(28)	(18)	714	711	704	630
Company's Joint ventures						
Evolua	-	-	-	-	303	133
Navegantes	1	-	37	29	-	-
Nordeste I	-	-	9	9	-	-
Zeg Biogás e Energia	-	-	11	11	-	-
	1	-	57	49	303	133
Total	(27)	(18)	771	760	1,007	763

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

29.1.2 By operation

	Consolidated			Parent Company		
	Net income	Assets	Liabilities	Net income	Assets	Liabilities
Net Income						
Revenue	17			-		
Net monetary and exchange variance	-			(13)		
Net finance income (costs)	17			(16)		
Other income and expenses	-			2		
Asset						
Account receivable (note 7)		8			714	
Dividends		7			1	
Debentures		359			-	
Other current assets		37			-	
Other noncurrent assets		56			56	
Liabilities						
Trade payables			310			521
Other accounts and expenses payable			2			225
Leases			-			261
As of 03/31/2025	34	467	312	(27)	771	1,007
January to March/2024	-			(18)		
As of 12/31/2024		49	133		760	763

As of March 31, 2025, the purchases of oil products from the subsidiary Trading BV total R\$ 103 million (R\$ 438 million as of March 31, 2024) and from the subsidiary Vibra Trading Importação e Exportação Ltda R\$ 1,281 (no value on March 31, 2024). As of March 31, 2025, the purchases of anhydrous and hydrated alcohol from ECE (Evolua Ethanol) total R\$ 1,316 (R\$ 930 as of March 31, 2024).

As of March 31, 2025 the Company had guarantees provided to Trading BV for purchases made by this subsidiary up to the amount of USD 1 billion (USD 1 billion as of March 31, 2024). The Company is also the guarantor of the loan obtained by Trading BV of USD 80 million (USD 80 million as of March 31, 2024) and CSP – Credit Support Provider guarantees for USD 50 million and Futures Guarantee of USD 2.

The Company also has corporate guarantees submitted to Comerc Participações in the amount of R\$ 204 as of March 31, 2025 (R\$ 274 as of March 31, 2024).

As of March 31, 2025, the Company has a Future Guarantee issued to Vibra Trading Importação e Exportação Ltda. in the amount of USD 8.

As of March 31, 2025, the Company has a loan of R\$ 37 to Navegante Logística Portuária S.A., R\$ 12 with Zeg Biogás e Energia S.A and R\$ 8 to Nordeste Logística I S.A.

Notes to the interim financial statements

*(In millions of Reals, unless stated otherwise)***29.2 Key executive compensation**

Compensation paid to all members of the Company's board of directors and executive board was as follows:

	Parent Company							
	Three-month period ended March 31,							
	2025				2024			
	Executive Board (statutory)	Board of Directors	Other members of the statutory committee	Total	Executive Board (statutory)	Board of Directors	Other members of the statutory committee	Total
Benefits								
Short-term employee	9.0	2.5	0.2	11.7	8.3	2.7	0.2	11.2
Post-employment	0.3	-	-	0.3	0.3	-	-	0.3
Share-based payments	5.1	0.9	-	6.0	2.1	1.4	-	3.5
Total	14.4	3.4	0.2	18.0	10.7	4.1	0.2	15.0

At March 31, 2025 the Company had six members on the Executive Board (six members as of March 31, 2024) and seven members on the Board of Directors (seven members as of March 31, 2024).

The consolidated expense on director and officer fees amounted to R\$ 32 (R\$ 15 as of March 31, 2024).

Notes to the interim financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***30 Additional information to the statements of cash flow**

	Consolidated		Parent Company	
	03/31/2025	03/31/2024	03/31/2025	03/31/2024
Investment and financing transactions not involving cash				
Leases	80	24	78	13
Amounts withheld under the business combination – note 2.3	92	-	92	-
Other transactions				
Use of judicial deposit to pay contingency	23	2	23	2

It is Company practice to present interest paid as a financing activity and dividends received as an investment activity in the statement of cash flows.

The factoring cash flows are presented as operational activities as they consist of payments derived from the acquisition of operational goods and services.

31 Subsequent event

In April 2025, the Company completed its permanent withdrawal from the company ZEG Biogás e Energia S.A. ("ZEG"). The transaction was approved by the Brazilian Anti-trust Authority – CADE. The Company made contributions and capitalized credits in ZEG totaling R\$40, and paid a total of R\$20 to the current shareholders, as per the terms of the transaction.

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Correlation between the notes as of December 31, 2024 and March 31, 2025

Titles of notes	Number of notes to the financial statements	
	2024 Annual	1 st ITR-2025
General considerations	1	1
Basis of presentation of the financial statements	2	2
Use of estimates and judgments	3	3
Material accounting policies	4	4
Cash and cash equivalents	6	5
Net accounts receivable	7	7
Inventories	8	8
Advanced bonuses awarded to clients	9	9
Investments	10	10
Property, plant and equipment	11	11
Intangible assets	12	12
Suppliers	13	13
Financing	14	15
Leases	15	16
Taxes	16	17
Payroll, vacations, charges, premiums and profit sharing	17	18
Employee benefits	18	19
Equity	20	20
Sales revenue	21	21
Cost and expenses by nature	22	22
Net finance income/loss	23	23
Segment reporting	24	24
Judicial and administrative proceedings, judicial deposits and contingencies	25	25
Contractual commitments	26	26
Financial instruments	27	27
Risk management	28	28
Related parties	29	29
Additional information to the statements of cash flow	30	30
Subsequent Event	31	31

Notes to the interim financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

The notes to the 2024 annual report which have been removed from the ITR as of March 31, 2025 due to not presenting any material changes and not being applicable to the interim financial statements are as follows:

Titles of notes	Number of notes to the financial statements
New standards	5
Summary financials	10.1
Description of the subsidiaries' activities	10.2
Description of the activities of joint ventures	10.3
Agreement to advance the acquisition of 50% of Comerc Energia S.A	10.4
Impairment of joint ventures	10.5
Business combinations	10.6
Composition in equity interest investments	10.7
Deferred income and social contribution tax / Estimated realization	16.3.2
Pension plan assets	18.1
Actuarial assumptions used in the calculation	18.2.3
Sensitivity analysis	18.2.4
Obligation maturity profile	18.2.5
Provision for Decarbonization Credits (CBIO)	19
Profit reserves	20.3
Asset and liability valuation adjustments	20.5

Vibra Energia S.A

Representation of the Officers about the Interim Financial Statements and Independent Auditors' Report

Pursuant to article 25 (V,VI) of CVM Directive 480 issued December 07, 2009, the CEO and officers of Petrobras Distribuidora S.A - BR, a listed company having its registered office at the address Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, corporate taxpayer number (CNPJ) 34.274.233/0001-02, hereby represent that they have:

(i) reviewed, discussed and agree with the Company's interim financial statements for the period ended March 31, 2025;

(ii) reviewed, discussed and accept the conclusions expressed in the report issued by KPMG Auditores Independentes Ltda., relating to the Company's interim financial statements for the period ended March 31, 2025.

Rio de Janeiro, May 06, 2025.

ERNESTO PERES POUSADA JUNIOR

Chairman

AUGUSTO RIBEIRO JUNIOR

Vice President Executive Officer of Corporate Finances, Strategy and IR

JULIANO JUNQUEIRA DE ANDRADE PRADO

Vice President Executive Officer of B2B Commerce

CLARISSA DELLA NINA SADOCK ACCORSI

Vice President Executive Officer of Renewable Energy

VANESSA PEDREIRA DE FREITAS GORDILHO

Vice President Executive Officer of Retail Commerce

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA

Vice President Executive Officer for Operations and Supply

BOARD OF DIRECTORS

SÉRGIO AGAPITO LIRES RIAL

Director

CLÁUDIO ANTONIO GONÇALVES

Director

FABIO SCHVARTSMAN

Director

MARCEL JUVINIANO BARROS

Director

MATEUS AFFONSO BANDEIRA

Director

NILDEMAR SECCHES

Director

WALTER SCHALKA

Director

EXECUTIVE BOARD

ERNESTO PERES POUSADA JUNIOR

CEO

AUGUSTO RIBEIRO JUNIOR

Vice President Executive Officer of Corporate Finances, Strategy and IR

JULIANO JUNQUEIRA DE ANDRADE PRADO

Vice President Executive Officer of B2B Commerce

CLARISSA DELLA NINA SADOCK ACCORSI

Vice President Executive Officer of Renewable Energy

VANESSA PEDREIRA DE FREITAS GORDILHO

Vice President Executive Officer of Retail Commerce

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA

Vice President Executive Officer for Operations and Supply

ACCOUNTANT

LUÍS CLÁUDIO SACRAMENTO BISPO

Accountant - CRC - RJ – 077.292/O-2



KPMG Auditores Independentes LTDA.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Report on the review of interim financial statements

(A free translation of the original report in Portuguese, as filed with the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM), prepared in accordance with the accounting policies adopted in Brazil, CVM rules and the International Financial Reporting Standards - IFRS)

To the Members of the Board and Shareholders of
Vibra Energia S.A

Rio de Janeiro - RJ

Introduction

We have reviewed the individual and consolidated interim financial information of Vibra Energia S.A. ("Company"), included in the quarterly information form – ITR for the quarter ended March 31, 2025, which comprises the statement of financial position as of March 31, 2025 and the respective statements of income, comprehensive statements of income, the statements of changes in shareholder's equity and cash flows for the three-months-period then ended, including the explanatory notes.

The Company's Management is responsible for preparation of these individual and consolidated interim financial information in accordance with Technical Pronouncement CPC 21(R1) and with the international standard IAS 34 - Interim Financial Reporting, issued by the International Accounting Standards Board - IASB, as well as the presentation of these information in accordance with standards issued by the Brazilian Securities and Exchange Commission - CVM, applicable to the preparation of quarterly information form - ITR. Our responsibility is to express our conclusion on this interim financial information based on our review.

Scope of the review

We conducted our review in accordance with the Brazilian and International Standards for Reviews of Interim Financial Information (NBC TR 2410 - Review of Interim Information Performed by the Auditor of the Entity and ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectively). A review of interim information consists of making inquiries, primarily of persons responsible for financial and accounting matters, and applying analytical procedures and other review procedures. A review is substantially less in scope than that of an audit conducted in accordance with Brazilian and International Auditing Standards and, consequently does not enable us to obtain assurance that we would become aware of all significant matters that might be identified in an audit. Accordingly, we do not express an audit opinion.

Conclusion on the individual and consolidated interim financial information

Based on our review, we are not aware of any fact that might lead us to believe that the individual and consolidated interim financial information included in the aforementioned quarterly information was not prepared, in all material respects, in accordance with the CPC 21 (R1) and IAS 34, applicable to preparation of quarterly information form – ITR and presented in accordance with the standards issued by the Brazilian Securities and Exchange Commission.

Other matters**Statement of added value**

The interim financial information referred to above, include the individual and consolidated statements of value added for the three-month-period ended March 31, 2025, prepared under the responsibility of the Company's management and presented as supplementary information for the purposes of IAS 34. These statements have been submitted to review procedures performed together with the review of the quarterly financial statements to conclude whether they are reconciled to the interim financial information and accounting records, as applicable, and whether their form and content are in accordance with the criteria set by Technical Pronouncement CPC 09 - Statement of Value Added. Based on our review, nothing has come to our attention that causes us to believe that these statements of value added have not been prepared, in all material respects, according to the criteria set by this Standard and in a manner consistent with the individual company and consolidated interim financial information taken as a whole.

Rio de Janeiro, May 6th, 2025

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Original report in Portuguese signed by

Juliana Ribeiro de Oliveira

Accountant CRC RJ-095335/O-0